

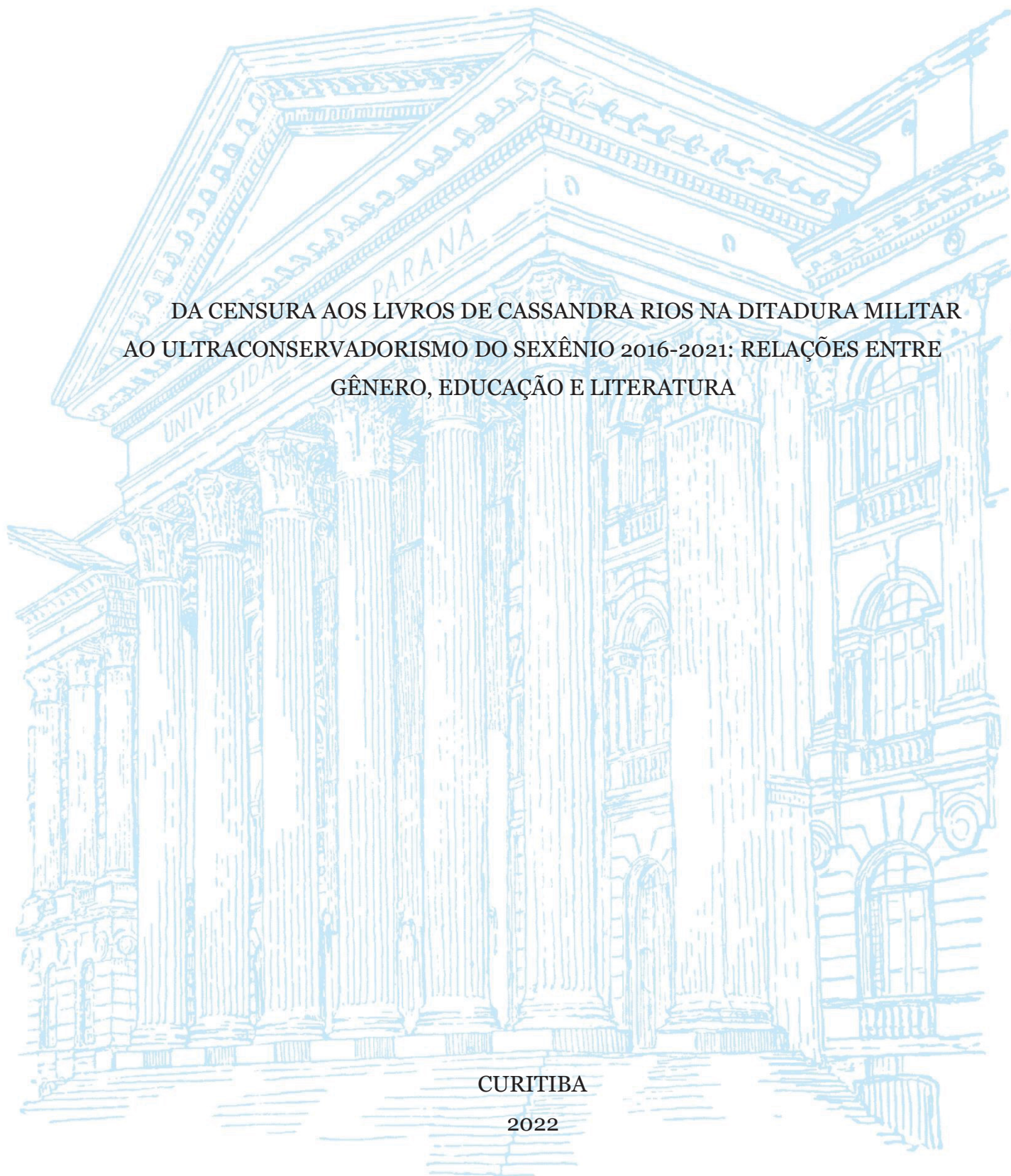
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALINE SOPELSA

DA CENSURA AOS LIVROS DE CASSANDRA RIOS NA DITADURA MILITAR
AO ULTRACONSERVADORISMO DO SEXÊNIO 2016-2021: RELAÇÕES ENTRE
GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA

CURITIBA

2022



ALINE SOPELSA

DA CENSURA AOS LIVROS DE CASSANDRA RIOS NA DITADURA MILITAR AO
ULTRACONSERVADORISMO DO SEXÊNIO 2016-2021: RELAÇÕES ENTRE
GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação

Orientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Sopelsa, Aline.

Da censura aos livros de Cassandra Rios na ditadura militar ao ultraconservadorismos do sexênio 2016-2021 : relações entre gênero, educação e literatura / Aline Sopelsa – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Prof. Dr. Jamil Cabral Sierra

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Rios, Cassandra. 3. Ditadura militar. 4. Escritores latino-americanos – Censura. 5. Livros – Censura.. I. Sierra, Jamil Cabral, 1967-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ALINE SOPELSA** intitulada: **DA CENSURA AOS LIVROS DE CASSANDRA RIOS NA DITADURA MILITAR AO ULTRACONSERVADORISMO DO SEXÊNIO 2016-2021: RELAÇÕES ENTRE GÊNERO, EDUCAÇÃO E LITERATURA**, sob orientação do Prof. Dr. JAMIL CABRAL SIERRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 21 de Setembro de 2022.

Assinatura Eletrônica
06/10/2022 11:03:59.0
JAMIL CABRAL SIERRA
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/10/2022 16:57:02.0
JUSLAINE DE FATIMA ABREU NOGUEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
05/10/2022 18:37:51.0
PATRÍCIA LESSA DOS SANTOS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica
20/10/2022 14:48:42.0
CÉLIA RATUSNIAK
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

À Cassandra Rios, que nos deixou há vinte anos, mas
permanece eterna em muitas memórias.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, *Izabel da Silva*, e ao meu pai, *Neri Sopelsa*, por me apoiarem em todos os meus sonhos e me guiarem sabedoria para realizá-los.

Ao professor e orientador, *Jamil Cabral Sierra*, por segurar minha mão (virtualmente durante o tempo de pandemia) durante esta jornada, pronto para me ouvir e organizar tantas ideias.

À todas as colegas do *GILDA – Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação*, em especial meus companheiros e companheiras de orientação, pelas valorosas contribuições e trocas.

À banca desta dissertação, *Célia Ratusniak*, *Juslaine Abreu Nogueira* e *Patrícia Lessa dos Santos* pelo cuidado com minha pesquisa, contribuindo de maneira inestimável ao que esta se tornou; também à professora *Elisiani Vitória Tiepolo* que fez parte da banca de qualificação.

À Universidade Federal do Paraná por mudar a minha vida com educação gratuita e de qualidade.

“Cassandra Rios, uma devassa! Imoral! Acusavam eles, anônimos e covardes para se identificarem nos jornais e processos, mas corajosos para suas calúnias e inveja, denunciavam, alegavam que com a minha literatura eu estava aliciando, corrompendo e encaminhando toda juventude, toda sociedade brasileira para a homossexualidade, com romances eróticos, por ligações ilícitas, fora dos padrões normais. Por explorar e mostrar o amor sem reservas, cultuando-o como sempre puro, lindo e ardente, com total liberdade; pelos personagens mergulharem em paixões arrasadoras, por ter o poder de influenciar pessoas com sensualidade e suspenses no modo de escrever. Pela força, trama e ineditismo dos argumentos, com os quais as tendências afloravam, e milhares de leitores identificavam-se e revelavam-se, ao lerem-me! Induziam-se, ou apenas por mera curiosidade, pervertiam-se, empolgados pelo forte imã das minhas palavras, magnéticas, raras, por isso acusavam-me por acharem que meus leitores eram atraídos e seduzidos para experimentar as avassaladoras emoções e sensações do estranho e anti-natural sentimento, por esse motivo os meus livros eram proibidos e considerados pornográficos, obscenos, perigosos.”

CASSANDRA RIOS, 2000

“A arte sempre resistiu a todas as ditaduras.”

PAULO BRUSCKY, 2019

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central investigar a relação entre censura a livros no período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) e as proibições/perseguições a livros de ficção e/ou educacionais, especialmente aqueles que abordam gênero e diversidade sexual, no contexto dos discursos ultraconservadores no sexênio 2016-2021. Como uma pesquisa qualitativa, esta dissertação se apoia nos Estudos de Gênero de perspectiva pós-estruturalista, nos estudos lésbicos, nos estudos foucaultianos, bem em autoras e autores que problematizam o período ditatorial no Brasil e seus entrelaçamentos com campo educacional. A vida e obra de Cassandra Rios, heterônimo de Odete Rios (1932-2002), e sua autobiografia MezzAmaro, Flores e Cassis (2000), se constituem no material empírico dessa pesquisa, servindo de base para as possíveis conexões entre passado e presente, já que seus livros, majoritariamente de temática lésbica, foram os mais proibidos à época da Ditadura Militar Brasileira. A “rainha dos malditos”, como assim era chamada, também serve de elo para pensar como a abordagem a gênero e diversidade sexual em livros de ficção e/ou educacionais pode ser resistência na educação em tempos ultraconservadores.

Palavras-chave: Cassandra Rios. Lesbianidade. Educação. Ditadura Militar Brasileira. Ultraconservadorismo.

ABSTRACT

The present work has as its center objective investigating the relation between censorship in the military dictatorship period in Brazil (1964-1985) and the prohibitions/persecution of fictional and educational books, specially those addressing gender and sexual diversity, in a context of ultraconservative discourses in the 2016-2021 sexennium. As a qualitative research, this dissertation based itself in the studies of gender in a post-structuralist perspective, the lesbian studies, foucauldian studies, and female and male authors who question the dictatorial period in Brazil and its connections with the education field. The life and work of Cassandra Rios, heteronym of Odete Rios (1932-2002), and her autobiography *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000), are used as this work's empirical materials, basing the possible connections between past and present, since her books, mainly discussing lesbian issues, were prohibited in the dictatorship period in Brazil. The "queen of the damned", as she was called, also is used as a link to think of how gender and sexual diversity in fictional and educational books can be adopted as resistance in education, in ultraconservative periods.

Keywords: Cassandra Rios; Lesbianity; Education; Brazilian Military Dictatorship; Ultraconservatism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRODUÇÕES SOBRE CASSANDRA RIOS	43
QUADRO 2 – CONTOS E CRÔNICAS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS	76
QUADRO 3 – LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS.....	76
QUADRO 4 – ADAPTAÇÕES DE OBRAS LITERÁRIAS DE CASSANDRA RIOS	80
QUADRO 5 – TEMÁTICAS DAS OBRAS DE CASSANDRA RIOS	82
QUADRO 6 – LIVROS DE CASSANDRA RIOS COMO “NO PRELO/A SAIR”	83
QUADRO 7 – OBRAS LÍTERO-MUSICAIS DE CASSANDRA RIOS.....	84
QUADRO 8 – LIVROS SOB PSEUDÔNIMOS DE ODETE RIOS	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 “PALAVRAS TÊM EFEITO DE BOMBA ATÔMICA!”	29
1.1 PESQUISA QUALITATIVA E O PÓS-ESTRUTURALISMO	29
1.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA NO AMBIENTE ESCOLAR	33
2 “CONDENADA PELO PECADO DE SER ESCRITORA!”	43
2.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE	43
2.2 (RE)CONSTRUINDO CASSANDRA RIOS	47
2.3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DE ODETE RIOS	75
3 “PROBLEMÁTICO QUERIA DIZER HOMOSSEXUAL.”	88
3.1 CENSURA A LIVROS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	88
3.2 <i>MEZZAMARO, FLORES E CASSIS</i> ENTRE DRINKS E MEMÓRIAS	94
3.3 <i>MEZZAMARO, FLORES E CASSIS</i> E MULHERES LÉSBICAS NO PERÍODO DITATORIAL	104
4 “MINHA ARMA É A PALAVRA!”	125
4.1 O ULTRACONSERVADORISMO E A PERSEGUIÇÃO A LIVROS NO SEXÊNIO 2016-2021	125
CONSIDERAÇÕES TRAÇADAS	142
REFERÊNCIAS	146
APÊNDICE 1 – LINHA CRONOLÓGICA DE CASSANDRA RIOS	152
ANEXO 1 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO DE CASSANDRA RIOS	153
ANEXO 2 – LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS	157
ANEXO 3 – LIVROS PUBLICADOS POR ODETE RIOS SOB PSEUDÔNIMOS	159
ANEXO 4 – ADAPTAÇÕES DE OBRAS LITERÁRIAS DE CASSANDRA RIOS	160

INTRODUÇÃO

“Enquanto houver, nem que seja uma só pessoa, que de mim se lembre, serei Cassandra!” (RIOS, 2000, p. 77)

“Quando pensamos em Literatura Brasileira, grandes nomes surgem em nossa memória. Não raro nos lembramos de Machado de Assis ou Carlos Drummond de Andrade. Mas por qual motivo surgem apenas nomes de homens em nossa cabeça?”¹: Assim foi a primeira pergunta escrita por mim em uma trajetória que alcançaria o Mestrado.

Em 2017, no segundo ano de graduação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral, eu escrevia um projeto denominado “Elas Entre Linhas”. Parte da disciplina nomeada Projeto de Aprendizagem (PA), este documento foi minha primeira inserção no campo da pesquisa. Explico: o Projeto Político Pedagógico (PPP) do setor previa para todas as estudantes a disciplina PA, cujo currículo incentivava a autonomia das alunas² em pesquisa científica a partir de um tema escolhido, sozinha ou sob orientação, que levasse até o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Deste modo, tínhamos no primeiro ano da licenciatura dois módulos de estudos que nos preparavam metodologicamente para pesquisar. Ao fim das disciplinas, era necessário elaborar um pré-projeto de PA e indicar quem seria a orientadora de TCC (que poderia continuar sendo a mesma que mediava o PA).

Antes de escrever o trecho mencionado, em meu pré PA eu estava entusiasmada para pesquisar as mulheres da Literatura Brasileira. Rachel de Queiroz foi o tema do pré-projeto em que eu elaborava brevemente uma linha do tempo do Modernismo *versus* a escritora, buscando entender quais episódios levaram Queiroz a ter a primeira obra escrita por uma mulher a ser considerada *best-seller* e a primeira mulher integrante da Academia Brasileira de Letras (ABL)³. Eram questionamentos

¹ Compreendo que “os grandes nomes” são resultado de um longo e intérrimo processo de cisheteronormalização e branquitude (que deslegitimou a negritude de Machado de Assis, inclusive), logo, a pergunta de pesquisa à época era verificar como ocorriam estes processos.

² No texto desta pesquisa opto por utilizar o feminino gramatical genérico em substituição ao masculino gramatical genérico ao me referir a grupos, substituindo “alunos” por “alunas”, ou “professor/es” por “professora/as”, por exemplo. Substituo também quando o sujeito não é específico, como “a pesquisadora” ao invés de “o pesquisador”. A substituição não ocorrerá em citação direta de autoras e autores específicos, mas ocorrerá nas citações que mencionam grupos. “Sujeito” e “indivíduo” como substantivos sobrecomuns masculinos permanecerão originais.

³ Não é intenção desta pesquisa de mestrado se aprofundar nas características da ABL, suas competências na escolha das obras, ocupantes das cadeiras ou, ainda, os conceitos de cânone literário e *best-seller*; aqui apenas relatos de como ocorreu meu trajeto acadêmico à época da graduação.

que sofreram mudanças, mas sem deixar para trás a curiosidade em entender por que muitas escritoras foram apagadas na literatura nacional e como suas produções eram afetadas de acordo com o tempo em que viviam.

Ao fim do segundo ano da graduação eu tinha um tema, o documento de PA e orientador definido. O interesse pelo tema antecedia a graduação: o amor pelos livros e o encontro com as indagações feministas eram parte de mim antes mesmo de começar uma licenciatura em Língua Portuguesa, mas nesta elas se aprofundaram – entrarei nestas questões posteriormente.

O “Elas Entre Linhas” previa elaborar uma linha do tempo que mostrasse quais eram as escritoras *best-seller* brasileiras entre as décadas de 1930 a 2010. O início em 1930, como já explicado, se deu por ser o período em que o primeiro *best-seller* escrito por uma mulher surgiu. Era um projeto grande, ansioso de uma caloura, mas com perguntas inquietantes: “Por que é importante falar sobre as mulheres na Academia?”; “Por que as mulheres aparecem com menos destaque na literatura?”, por exemplo. O levantamento separou, em espaços de dez anos, duas a três obras por década e intentava problematizar quais foram os fatores que transformaram as obras em sucesso e suas contribuições para o cenário literário brasileiro. A lista trazia o total de dezesseis obras e autoras, sendo duas obras de 1930 a 1940 e, após, duas a três obras de 1960 a 2010. De 1940 a 1950 não foram colhidos resultados. Eram muitos objetivos e diversos resultados. Uma sede que poderia ser suprida numa sequência de pesquisas, talvez, mas que seria impossível nos dois anos restantes de graduação.

No terceiro ano, meu orientador sugeriu a escolha de apenas uma das autoras. Cassandra Rios sucedeu nestes dados em 1965 com *Tessa, A Gata*. Das dezesseis, eu não era familiarizada com cinco delas e, destas, escolhi Rios pelas notícias encontradas sobre proibições a seus livros. Ousada e resistente foram dois adjetivos que surgiram em minha mente e que se ligam tão bem à escritora.

Heterônimo⁴ de Odete Rios (1932-2002), Cassandra Rios ganhou fama ao escrever majoritariamente sobre romances lésbicos em suas obras, e foi a primeira

⁴ O heterônimo é utilizado quando escritoras criam uma personalidade, juntamente de um nome, com características independentes (variando inclusive o estilo de escrita) e a assumem como pessoa real, e não fictícia. Este conceito é diferente de pseudônimo (termo utilizado nas pesquisas sobre Cassandra Rios), empregado para designar um nome escolhido por escritoras para assinarem suas obras diferente do nome real. A adoção de heterônimo nesta pesquisa ocorre tendo em vista que a escritora afirmava que Cassandra e Odete eram duas pessoas diferentes (ver mais ao longo desta pesquisa). Deste momento em diante “heterônimo” será utilizado no lugar de “pseudônimo” para referências a Cassandra; demais casos utilizarão o termo apropriado.

pessoa a vender um milhão de exemplares de livros no Brasil. Autora mais censurada durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), Rios lutou por suas personagens assim como por sua própria voz. A pesquisa era outra, mas a curiosidade se fazia essencialmente a mesma: *Sucesso Passageiro ou Apagamento Histórico: Do Que Cassandra Rios Sofreu?* era um PA que, em seu segundo e último ano, tinha como objetivo identificar quem era a escritora, qual a perspectiva política da época e qual era o espaço que as mulheres ocupavam na Censura. O foco era a disparidade de gênero durante a Ditadura Militar Brasileira e seu impacto na literatura e vida de Rios. Enquanto trabalhava nesta nova face da pesquisa, também iniciava meu segundo estágio docente e o primeiro lecionando. Este estágio agregou novas conexões para a pesquisa, visto que não só gênero, como também sexualidade e educação seriam discutidas no âmbito acadêmico.

O Estágio II incentivava a docência mediante um tema pré-definido, em que a estudante poderia escolher um, verificando a melhor forma de abordá-lo nas aulas de Língua Portuguesa. Minha escolha foi o tema Diversidade Sexual, em que optei por trabalhar contos com temática LGBTIA+⁵ (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros, Intersexuais, Assexuais) nas turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foram aulas temáticas que partiam do básico, com vídeos, textos, rodas de conversa e poemas, além das atividades sobre o gênero textual Conto e a leitura dos materiais. A experiência de docência na turma da EJA foi uma troca de aprendizado. Grande parte das estudantes se mostraram interessadas pelas aulas propostas.

O conteúdo foi organizado em três etapas:

a) Orientação Sexual e a Redação: em que a diversidade era abordada de maneira básica e o mais didática possível, como, por exemplo, conceitos das sexualidades (gay, lésbica, bissexual) e gêneros (feminino, masculino, além de falar brevemente com pessoas trans); a diversidade sexual na escola e seus efeitos; os direitos civis LGBTIA+ brasileiros (como o casamento e a adoção); a retomada do conteúdo de redação, visto que o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) estava próximo na época.

⁵ A sigla LGBT é usada oficialmente desde 1990 pelos grupos de gênero e diversidade sexual, mas neste trabalho opto pela utilização de LGBTIA+, reconhecendo a diversidade de expressão de gênero e sexualidade. Os termos Transgênero e Travesti foram substituídos ao decorrer do texto pela expressão Trans.

b) A LGBTIA+fobia⁶ e o Gênero Textual Conto: a proposta de abordagem desta etapa era para conscientizar e impactar as alunas dos efeitos da LGBTIA+fobia, por meio de vídeos, declarações e textos; processos de proteção e acolhimento da pessoa que sofre violência; dados estatísticos de violência e morte; introdução ao gênero Conto literário e seus elementos (proposta pedagógica do estágio).

c) A Homossexualidade nos Contos de Caio Fernando Abreu e as Interpretações Dessas Narrativas: em que previa fazer as alunas identificarem os principais elementos de um Conto; leitura e análise conjunta de um Conto; uma breve biografia de Caio Fernando Abreu e suas obras; a distribuição dos Contos (eram grupos e cada grupo tinha um Conto diferente); a leitura e identificação dos elementos textuais.

Todas as atividades tinham, pelo menos, duas rodas de conversa. O incentivo era que as alunas tirassem suas dúvidas e debatessem entre si. No primeiro dia da docência duas alunas se recusaram a participar do projeto. Como o estágio era uma atividade extraordinária às aulas regulares, as alunas solicitaram à professora da turma que não participassem mais por não estarem de acordo com o tema. Deixaram em aberto em sala de aula, inclusive, afirmações de que a diversidade sexual era contra o que estava na Bíblia e os valores da Igreja Cristã.

Em geral foi uma experiência positiva e importantíssima em minha formação acadêmica, visto que assim sexualidade entrou para o campo teórico da minha pesquisa. Durante este percurso troquei de orientador e entrei para a Iniciação Científica (IC) (julho de 2018); nesta, sob orientação dada pelo professor Jamil Cabral Sierra que se tornaria, à frente, também o orientador desta dissertação.

A poucos meses do último ano da graduação, sabendo que o tema era potente, estendi minhas possibilidades de avançar não só nas inquietações, mas também como pesquisadora na IC. A oportunidade se fez conveniente, visto que eu poderia unir a essência dos dois exercícios (IC e TCC) ao mesmo tempo em que tinha a oportunidade de enxergar Rios sob dois âmbitos. Na IC se dava majoritariamente com um primeiro e breve levantamento da produção literária de Cassandra Rios; nesta, gênero e sexualidade foram trabalhados a partir de uma perspectiva metodológica pós-estruturalista, que oportunizava um constante questionamento, e Cassandra Rios

⁶ Nesta pesquisa utilizo o termo LGBTIA+fobia para designar o conjunto de violências morais e físicas que sofrem pessoas LGBTIA+ no geral. A utilização de termos específicos como “homofobia”, “lesbofobia” ou “transfobia” se dará somente e conforme necessidade.

entrava na pesquisa como personagem inserida em uma sociedade marcada pela censura. Era ela a figura que desequilibrava os estatutos não só de gênero e sexualidade, mas também da “família tradicional”, em plena Ditadura Militar Brasileira.

Durante o último ano de graduação (2019), dei continuidade às discussões construídas com um novo tópico: o de análise literária e identitária das personagens da obra *Nicoleta Ninfeta* (1973), de Cassandra Rios. A monografia apresentou as teorias iniciais nos campos propostos, com finalidade de verificar de que modo a construção de identidade do ser humano pode refletir na constante mudança de identidade de personagens fictícias. Esta desestabilização do “eu” foi visualizada nos campos da sexualidade, já que é um livro de temática erótica lésbica. Ambas pesquisas tiveram como pano de fundo o feminismo e os livros. Estas são duas partes da minha vida pessoal que se alastraram para a pesquisa científica. Os livros refletem categoricamente na escolha do curso de licenciatura, vindo de uma paixão infantil tanto pelo encantamento com a leitura, quanto pela escrita. Desde criança escrevia, amava o clichê de deixar a imaginação correr ao colocar o lápis no papel ou ao folhear páginas de uma obra. Foram os livros meus companheiros desde a infância, sem saber como começou esta paixão, mas sabendo que se expande para todos os lugares em que me insiro.

O feminismo, por outro lado, se fez crescente ao longo de minha trajetória. Nasci mulher cisgênera⁷ e, mais tarde, me entendi como heterossexual na adolescência. Tive muito cedo a consciência de que era preciso, enquanto mulher cis e heterossexual, me proteger em qualquer situação, estar atenta às pressões calcadas na sociedade, mas sem ter propriamente um contato com o feminismo e seus estudos. No fim da adolescência, com a ascensão das redes sociais comecei a ter contato com inquietações feministas; os textos *on-line*, embora breves, foram significativos para que eu começasse a questionar determinados valores e processos na sociedade. Somente na graduação, porém, que tive contato teórico com o movimento e passei a me (re)conhecer a partir de outros marcadores que me privilegiam e atravessam, inclusive, a cor branca da minha pele.

⁷ De forma simplificada, cisgênero ou cisgênera é a pessoa que exerce a identidade de gênero correspondente ao sexo que lhe foi designado no nascimento (o termo desta correspondência é Cisgeneridade).

Isto posto, é que o desejo de cursar um mestrado surgiu. Muito envolvida no ato de pesquisar, tinha sede de questionar mais e ler materiais que me fizessem aprofundar as demandas estudadas até aquele momento. Por sugestão do meu orientador, encontrei no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPR a linha que poderia me auxiliar nos desejos de jovem pesquisadora: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação. Além disso, esta pesquisa acabou posteriormente se inserindo no GILDA – Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação, coordenado pelo professor Jamil Cabral Sierra, cujo propósito é o de pensar gênero e sexualidade no campo dos processos discursivos e das práticas educacionais, ao mesmo tempo em que se relaciona com outras pesquisas da área.

José Kuiava, Jamil Cabral Sierra e Juslaine de Fátima Nogueira Wiacek (2009) dão algumas dicas de como constituir uma pesquisa a partir de um Inventário da Produção Acadêmica – que foi a tentativa posta em prática aqui. O Inventário, de acordo com as autoras, consiste na interlocução entre a pesquisadora e a leitora: é uma tentativa de ruptura do usual acadêmico e pedagógico e uma transformação, de certo modo, literária. Neste processo foi preciso que, além de conhecer a metodologia a ser utilizada, eu me encontrasse como sujeito que entende o lugar que está inserida para que, a partir dele, proponha as mudanças desejadas. Não é possível que eu seja a mesma após estas vivências: fui atravessada por experiências acadêmicas que constituíram minha identidade. Pensar neste inventário foi, na verdade, uma tentativa de choque e balanço para que o exercício de pesquisa não se torne apenas uma continuidade do passado, mas um novo modo de enxergar o que já foi e o que está por vir.

Estes processos como pesquisadora foram importantíssimos para determinar um novo problema a ser estudado. Para isso foi necessário o suporte de textos pós-estruturalistas que encaminhavam primeiramente questões a serem enxergadas no trajeto de pesquisa e, depois, a possibilidade de verificar as mudanças na sociedade. Um constante questionamento é feito a fim de quebrar normalidades características de determinadas estruturas.

Marisa Vorraber Costa (2007) afirma que os modos de pesquisa contemporâneos são consequências de mudanças organizadas a partir do século XVII, em que o indivíduo desejava abandonar as tradições e ir para o moderno (moderno este que se constitui como uma ideia de “melhor” simplesmente por ser o futuro, o

esquecimento do “antigo”). A ciência, que ganhou força neste movimento, se faz uma fonte de questionamentos e o ser humano se torna obcecado pela novidade nesta pretensão de desfazer o passado. As intenções são de crer na razão (parte daí o culto à ciência), objetividade e na soberania do humano perante outros seres. A subjetividade das ciências humanas era descartada, visto suas constantes mudanças e questionamentos, e não a certeza em propor alguma razão sobre determinado fenômeno. Já no século XX, essas certezas começam a ser questionadas. Transformam-se as estruturas organizacionais das sociedades e surgem os fragmentos. Tendo em vista esta transformação na organização da sociedade, se transformaram também a ciência, o modo de pensar, de agir e criar. A perspectiva pós-estruturalista surge diante de uma adoção da linguagem e suas possibilidades como caminho.

Para Alfredo Veiga-Neto (1995), o que importa não é o olhar através dos enunciados, mas um olhar sem perspectiva privilegiada. Deste modo, o autor sugere que a linguagem seja “[...] entendida como um instrumento capaz de descrever o mundo e, de certa forma, representá-lo” (1995, p. 3), e foi desta capacidade que Cassandra Rios se apossou e me aposso como pesquisadora. Além disso, o autor afirma que nossa visão de mundo não passa de olhares que colocamos nele e, ao falarmos de alguma coisa, falamos a partir da nossa constituição sobre ela, não sobre como ela é, nem sua representação. O que interessa, em contexto geral, é o sentido que damos à realidade, que só pode ser adquirida através dos enunciados; por isso que pensar a linguagem se faz essencial, pois por meio dela entendemos que os enunciados não possuem controle individual.

Em outro artigo, Alfredo Veiga-Neto (2014) sinaliza a importância da linguagem na Academia. Especialmente sobre o processo de escrita, o autor afirma que é necessário que a pesquisadora se posicione e não neutralize seu discurso, caso contrário, pode caracterizar distanciamento da pesquisa, e não o que de fato se espera que pesquisar seja: o enlace entre objeto de estudo e o atravessamento de suas práticas. Estas vivências resultam na visão daquela que está dando voz ao texto na pesquisa: se lemos algo, o lemos a partir de nossas próprias experiências, logo, a explicação de uma teoria pode se misturar com estas experiências. Aliás, um dos objetivos da ciência é que se dê continuidade ao tema estudado, que adicione conteúdo ao que vinha sendo produzido. Se pesquiso, uno minha bagagem à bagagem do autor referido, e agrego cientificamente para que novas pesquisadoras unam suas bagagens à estas. “[...] criam-

se coisas novas, mas sempre a partir das coisas que já estavam aí.” (VEIGA-NETO, 2014, p. 66).

O que Veiga-Neto sugere é que problematizemos constantemente nossas ideologias e ações: não interessa o constante, o definitivo, mas os novos olhares. “[...] tudo aquilo que pensamos sobre nossas ações e tudo aquilo que fazemos tem de ser contínua e permanentemente questionado, revisado e criticado.” (VEIGA-NETO, 1995, p. 7). São com estas ações que me relaciono nesta pesquisa: adoto o entendimento de que não encontrarei resposta definitiva para as perguntas e de que, embora não busque verdades, anseio encontrar ferramentas teórico-metodológicas que possibilitem o questionamento dos temas aqui tratados. Esta perspectiva é um modo de ver a pesquisa: não como certa, única ou invariável, mas como um círculo que possibilita a conexão de muitos pontos. E se esta é uma possibilidade acadêmica, pode ser também um modo de vida, que modifica a pesquisadora e reflete em seu ato de escrita.

Na relação entre construção da identidade e diferença e suas possíveis “consequências”, é que Cassandra Rios e sua obra se situam. Se até então a literatura erótica lésbica brasileira não havia ganhado espaço nacional notável, Rios rompe com os estigmas acerca dessas diferenças no momento em que se torna escritora, e mais fortemente quando ganha fama nacional. Propõe em suas aparições – tanto literárias quanto em entrevistas – a celebração da diversidade (especialmente a lésbica), mas principalmente as críticas e danos sofridos por estes grupos “inferiorizados”⁸.

“Pornográfica”, “imoral”, “papisa do homossexualismo” [sic] e “demônia das letras” eram apenas algumas das ofensas direcionadas à escritora. Seus livros tratavam predominantemente do romance entre mulheres⁹, mostrando de forma nua e crua relacionamentos, fossem de amor, interesse, manipulação ou sexuais. As personagens eram reais: fortes, fracas, amantes, manipuladoras, crianças, adultas, solteiras, casadas, fiéis, traidoras. Era direta ao falar sobre as mais variadas vivências: a lésbica casada com homem; a lésbica “caminhoneira”; a lésbica que acredita em uma imagem feminina das mulheres e por isso acaba sendo agressiva com as que fogem disto; a mulher que sente desejos por outra, mas que não se arrisca por medo, e assim por diante.

⁸ O uso das aspas aqui é para que se note um processo poderoso de inferiorização, não que haja propriamente em qualquer tipo de grupo uma característica inferior às demais.

⁹ Rios publicou também romances com temática homossexual, com protagonistas trans, livros de poesias e autobiografias (ver tópico 2.3).

Foi utilizando a linguagem que Cassandra Rios conseguiu se inserir em espaços que a excluía, apontou as perversões existentes na sociedade e sofreu ameaças por defender o que acreditava não ser nada além do normal. Inteligente e astuta, se infiltrou nas brechas da censura para poder escrever e ser ouvida. Suas obras podem ser consideradas relatos de uma sociedade repressora marcada pela censura às vivências e às obras artísticas, às manifestações de amor e desejo. As expressões afetivas e sexuais eram delimitadas, e permitidas ou não a partir de espaços de poder que vigiavam as ações dos indivíduos para além do Estado de exceção, como o ambiente político e escolar.

Especialmente sobre o ambiente escolar, Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (2019) discute como a escola fez parte do processo de manutenção da censura na época da Ditadura Militar. Os atos que previam bom comportamento e ordem eram visíveis como: o canto do hino nacional, a saudação à bandeira, a aprendizagem das “normas morais” e a educação cívica. Tudo isso fazia parte do agenciamento de poder da época, de modo que os discursos se transformavam em verdades por meio de diversas práticas autoritárias.

Esta padronização de hábitos foi inserida de modo que atribui uma rotina normatizadora no ensino de conteúdos que poderiam e podem variar de acordo com o tempo em que se vive¹⁰, objetivando transmitir conhecimento de forma igualitária mediante práticas consideradas apropriadas; a partir disso surgem as “práticas pedagógicas” visando facilitar estes tramites. Diante de artefatos pedagógicos como livros didáticos e práticas é que podem ser vistas as particularidades que existem no ambiente escolar: a organização do tempo e espaço, além da regulação do discurso aceitável ou não, assim como o livro didático, que tem seu uso direcionado; especialmente durante a ditadura, este serviu para normalizar os discursos e versões do governo sobre o que estava acontecendo com o Estado.

No artigo em questão, Esquinsani analisa doze livros didáticos da época (sendo sete de Estudos Sociais e História e cinco de Educação Moral e Cívica). Os livros de

¹⁰ Não muito distante do período analisado por Esquinsani, a gestão presidencial 2019-2022 aumentou o número de escolas cívico-militares no país, com justificativa de “Mostrar para todos os pais que onde há hierarquia, disciplina, respeito, amor à pátria, dedicação, a garotada tem como aprender e ser alguém lá na frente”. Ver mais sobre no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares e sobre censura e ultraconservadorismo no tópico 4.1 desta pesquisa. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-11/governo-preve-implantacao-de-216-escolas-civico-militares-ate-2022> Acesso em 07 fev. 2022.

História, tratavam o ano de 1964 como a “revolução” de 1964 e que o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) foi instituído a partir de atitudes antigovernamentais de revolucionários comunistas, que tentavam “retomar o poder do Estado”. Os livros de Educação Moral e Cívica, sendo também uma disciplina, trabalhavam ativamente em favor da manutenção do Estado, para que os discursos fossem favoráveis ao regime.

[...] os livros didáticos apresentavam um discurso alinhado com a Ditadura Civil-Militar que se seguiu, produzindo representações e narrativas que culpavam sujeitos externos pelo que as Forças Armadas foram “obrigadas” a fazer, colocando brasileiros contra brasileiros a partir de um discurso de legitimação e defesa (de alguns) (ESQUINSANI, 2019, p. 132).

Os livros didáticos da época tinham a máxima de direcionamento do pensamento, invalidando a capacidade do aluno de ter sua própria reflexão. Mais ainda: dava à escola a obrigação de construir o caráter do sujeito, fazendo com que esta fornecesse todos os âmbitos sociais de convivência possíveis para que o aluno saísse da instituição disciplinado de acordo com o que se esperava de um cidadão dedicado à pátria e aos bons costumes.

Ao mesmo tempo em que ocorriam as publicações de Rios e a regulação dos livros didáticos no ambiente escolar, os movimentos de gênero e sexualidade buscavam espaço no ambiente educacional. As tensões corriam, portanto, pela literatura ficcional e pelas tomadas políticas. De forma sintetizada, Maria Rita de Assis César (2009) comenta que nos anos 1960 os movimentos sociais tiveram força nas reivindicações contra a censura, refletindo no ensino escolar. A autora chama este período de segunda onda da educação sexual brasileira, pois escolas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte retomaram o tema para inseri-lo nos currículos, mas, obviamente, foram reprimidas pela Ditadura Militar. Em 1965 professoras do estado de São Paulo foram proibidas de falarem sobre sexualidade e contracepção em suas aulas; em 1968 a deputada federal Júlia Steimbruck propôs um projeto que inseria a educação sexual nas escolas primárias e secundárias nacionais, ineditismo no cenário do Estado.

Estas ações construíram reflexos principalmente dos debates feministas e gays e lésbicos que estavam em ascensão à época, e que buscavam brechas nos espaços escolares para a democratização de ensino sobre gênero e sexualidade. As críticas ao ensino nas décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelas tentativas de burlar o sistema e resistir ao mesmo tempo. Estas marcas foram suavizadas pela desaprovação que sofreram, de modo que as ações se dissiparam.

Nos anos 1980, a sexualidade entra para o espaço da saúde, especialmente no que concebe as práticas sexuais, a fisionomia humana e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)¹¹. Já nos anos 1990, com o aumento das contaminações pelo vírus HIV, a escola se tornou também um local de propagação à proteção ao vírus. Ainda nesta década, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são diretrizes elaboradas de forma a regular a educação no país – e que incluíam a educação sexual. Especialmente nos PCNs, o objetivo era de prevenir quaisquer riscos como o vírus HIV ou a gravidez.

A partir desse momento, o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência, tomadas como sinônimo de problema de saúde física e social. (CÉSAR, 2009, p. 42)

Esta constante insistência ao falar da sexualidade e suas práticas, tinha propósitos de regulação, de forma que não era por meio do medo que os objetivos eram atingidos, mas por meio do fazer-falar, em que se elegia um modelo único e aceitável de práticas somente após a confissão dos atos pelo sujeito praticante; assim, se enxergava quais pontos eram necessários serem ajustados.

Esta insistência discursiva constituiu, ao contrário daquilo que se acostumou a pensar sobre o silenciamento em torno do sexo e das práticas sexuais, a produção de um discurso verdadeiro sobre o sexo que, por sua vez, não poderia se calar. Tratava-se de falar sem corar-se, de falar racionalmente sobre o sexo, de utilizar um saber recém produzido pelo discurso e pelas práticas institucionais da medicina e da psiquiatria, ou seja, tratava-se de falar a verdade do sexo (CÉSAR, 2009, p. 39).

Resumidamente, há o cerceamento e depois o incentivo à fala que transforma o discurso da sexualidade de tenebroso à sutil regulador. Este discurso encontra lugar dentro de outro espaço normatizador, a escola, que regula pensamentos e práticas desde a mais inicial idade, por meio dos materiais pedagógicos citados por Esquinsani, por exemplo. Torna-se assim a sexualidade um dos pilares discutidos na escolarização.

César busca suporte em Michel Foucault para reafirmar a presença do discurso normatizador como aquele que dá espaço para que existam os “marginais”, que vivem à margem do que se espera e estão fora da padronização social, médica e psiquiátrica,

¹¹ O termo antigo, Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), foi abandonado em 2016 pois uma pessoa pode transmitir um vírus mesmo sem haver sinais ou sintomas aparentes, comum nas doenças, e não nas infecções.

logo, a escola auxilia na criação do que vai ser o “sexo seguro”, e não mais o “sexo bem-educado”, mas que ainda é o sexo heterossexual, monogâmico e reprodutivo.

A autora afirma também que é antiquada a ideia de gênero nos PCNs, pois o termo no documento se refere aos papéis de gênero e suas características, e há certa simplicidade ao falar sobre a diversidade ao dizer que meninos também podem ser delicados ou meninas também podem ser agressivas.

No âmbito daquela confusão conceitual, só há espaço para a correspondência entre corpo-sexo-desejo, isto é, corpo “masculino-pênis-desejo feminino” e “feminino-vagina-desejo masculino” de modo que as características atribuídas aos dois gêneros, isto é, meiguice, objetividade e agressividade, constituem uma resposta imediata a esse sistema normativo de sexo-gênero (CÉSAR, 2009, p. 46).

César diz que muitas profissionais da educação preferem não abordar o tema, até mesmo negando a existência de diferentes sexualidades manifestadas pelas alunas, esperando silenciosamente que a orientação sexual destas transcorra para o “normal” – é possível que até interfiram para que se alcance o “normal”. Finaliza afirmando ser importante se posicionar enquanto pesquisadora porque esta é, também, uma posição política, e que a adoção dos estudos de gênero faz ser possível a transição do ensino para além do binarismo heteronormativo. Estudar estas entradas de problematização se torna uma obrigação pessoal e profissional, não só pelas demandas que a educação exige, mas também para o crescimento pessoal, questionando processos normatizados; cabe uma breve articulação de como se dá este recurso, especialmente a partir de discursos ultraconservadores brasileiros que têm estado em pauta nos últimos anos.

Amana Rocha Mattos (2018) fala sobre a disputa regida nos ambientes escolares a partir da chamada Ideologia de Gênero, em que ultraconservadores afirmam ser um programa a favor da diversidade de gênero e sexualidade e contra a moral familiar. A autora afirma que o ataque à gênero e sexualidade na educação e nos movimentos sociais tem vindo de grupos ultraconservadores, e que estes alegam que a proliferação do ensino de tais temáticas promove a Ideologia de Gênero, que forçaria algum tipo de doutrinação sobre os temas para as estudantes.

A investida do ultraconservadorismo na educação tem impacto direto na docência, de maneira que as professoras sejam proibidas de elaborar aulas e ações que promovam a diversidade, provocadas

[...] majoritariamente, por atores sociais que não atuam diretamente na Educação Básica, como políticos e religiosos, e amplamente repercutido nas redes sociais, sem diálogo com questões complexas que são vividas nas escolas por docentes, estudantes e funcionárias/os. (MATTOS, 2018, p. 575)

Estas ações se desdobram também fora da educação, especialmente sobre os direitos conquistados por movimentos sociais LGBTIA+. A autora entende como ultraconservadores “grupos e movimentos políticos que têm se organizado e ganhado espaço na política institucional brasileira” (2018, p. 576), que “tem promovido um ataque permanente aos direitos de minorias de gênero, sexuais e raciais no país e na América Latina como um todo” (2018, p. 576) e, além disso, “caracterizam-se por se posicionarem abertamente contra a garantia de direitos constitucionais a minorias, em uma expressão específica e bastante extremada do conservadorismo político” (2018, p. 576); a mesma definição deste conceito será considerada ao longo desta pesquisa. A principal afronta destes grupos é no ambiente escolar, concentrados a partir dos anos 2000 “[...] na mobilização da sociedade civil em torno da defesa da moral, dos bons costumes, da família heterossexual e nuclear.” (MATTOS, 2018, p. 576).

Os ataques provenientes destes grupos, diz Mattos, se mostram inicialmente no uso incorreto de termos que nada tem a ver com gênero e/ou sexualidade, de forma a simplificar e transformar expressões que foram construídas durante anos por teóricas feministas. Na sala de aula o Escola Sem Partido, por exemplo, impede que as alunas recebam orientações apropriadas sobre gênero e diversidade sexual, e confere obrigação às professoras para que as guiem a partir do que é normativamente aceito. Conforme afirma Mattos, as alunas nesta ótica são vistas como “receptáculos daquilo que docentes lhes imporiam” (2018, p. 577), ou seja, incapazes de questionarem qualquer ensinamento, mas levadas, ao mesmo tempo, à ideia simplista de que gênero e sexualidade são escolhas arbitrárias.

Não só as alunas, mas as teóricas e os próprios movimentos sociais são incentivados a corroborar com a “simplicidade” do “homem/mulher” como possibilidade de identidade. Os grupos ultraconservadores afirmam que determinadas “práticas que questionem a naturalidade dos gêneros, das sexualidades e dos arranjos familiares, que discutam a historicidade das relações de poder – abordando, assim, os processos de construção das opressões [...]” (MATTOS, 2018, p. 577) promovem a “ideologia de gênero”. Os efeitos destes discursos reducionistas propagam a ideia de que professoras são responsáveis por doutrinar suas alunas no que concerne não só à gênero e sexualidade, mas também temas como raça, classe ou política, por exemplo.

A confusão do discurso é estabelecida no momento em que a ideologia de gênero,

[...] de um lado, critica a suposta defesa de que os indivíduos devem escolher seus gêneros por si sós, conscientemente; de outro, afirma que crianças e jovens são sujeitos doutrinados e treinados por educadores mal intencionados para desenvolverem gêneros ‘não naturais’. (MATTOS, 2018, p. 578)

A cartada final se dá na promoção do ódio contra as pessoas marginalizadas e as entradas de problematização citadas.

Este caminho construído “a favor da família” nos espaços políticos e escolares por grupos ultraconservadores se parece muito (resguardado evidentemente os períodos históricos distintos) com as justificativas utilizadas à época ditatorial brasileira, que também proibia qualquer fuga às normas. As ofensivas dos últimos anos podem não ser as mesmas das décadas de 1960 a 1980, mas agem por meio de proibições muito mais sutis, evocando sempre o cidadão do bem que vai escolher, acima de tudo, o sagrado núcleo familiar. Diante destas aproximações, entre vigilância a livros didáticos e movimentos sociais em exercício durante a Ditadura Militar e as atuações de grupos ultraconservadores nos últimos anos no país, me parece que, juntamente das pessoas LGBTIA+, as docentes também são afetadas.

Portanto, retomando Cassandra Rios, nesta pesquisa encontro espaço para discutir o impacto da censura e repressão na vida e obra da autora, por meio da sua segunda autobiografia *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000), bem como de que forma é possível conectar esses fatos com as proibições e perseguições que temos assistido na Educação brasileira mais recentemente. Embora no cenário do sexênio 2016-2021 se mostre com articulações distintas de outrora, as intervenções¹² permanecem e são empreendidas por grupos ultraconservadores tanto no meio literário quanto educacional.

¹² Nesta pesquisa as duplas de palavras “censura”/“repressão” e “proibição”/“perseguição” serão utilizadas com conotações diferentes. Censura (ação ou efeito de censurar) e repressão (ação de reprimir, aquilo que reprime) serão utilizadas para falar dos atos ocorridos especialmente no período da Ditadura Militar brasileira, enquanto Proibição (ato ou efeito de proibir) e Perseguição (ato ou efeito de perseguir) serão empregadas para falar sobre os atos proibitivos ocorridos na sociedade ultraconservadora que prevê a regulação de abordagens educacionais. Importante destacar esta diferença no uso das palavras pois, como será repetido a todo momento, não vislumbro a ditadura e o ultraconservadorismo como ações correspondentes, especialmente porque o último período é vivido dentro de uma democracia.

Interessa, assim, discutir de que maneiras a literatura pode experimentar e contribuir na luta contra as práticas de repressão a gênero e diversidade sexual que temos experimentado. Estes objetivos se transformaram nas seguintes perguntas de pesquisa: a) Quais continuidades e descontinuidades históricas operam entre a censura e repressão a livros (ficcionais ou educativos) que abordavam gênero e diversidade sexual à época da Ditadura Militar e as proibições e perseguições empreendidas pelo ultraconservadorismo brasileiro do sexênio 2016-2021? b) Em que medida as censuras e repressões impostas a Cassandra Rios impactaram sua carreira e vida pessoal, relatado a partir do livro autobiográfico *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000) e como tais fatos podem nos ensinar nos dias de hoje? c) Como a abordagem de gênero e diversidade sexual em livros (ficcionais ou educativos) pode ser resistência na Educação em tempos ultraconservadores?

Com o objetivo de dialogar organizadamente sobre as questões aqui postas, esta pesquisa se divide em quatro partes. Na primeira parte, “Palavras têm efeito de bomba atômica!”¹³, dividida em dois tópicos, busco localizar a metodologia em que esta pesquisa foi construída. O objetivo do tópico 1.1 é compreender a pesquisa qualitativa com Maria Cecília de Souza Minayo (2009), após, pensar o pós-estruturalismo com Michel Peters (2000) ao mesmo tempo em que linguagem e identidade são questionadas na concepção do sujeito deste período. O tópico 1.2 engloba as questões de identidade e diferença. Identidade é discutida com Kathryn Woodward (2014) ao mostrar como estas podem ser móveis, transformadas e reguladas na sociedade. Joan Scott (1995) e Judith Butler (2020) auxiliam a abordagem a gênero enquanto entradas de problematização para verificar, junto de Rogério Diniz Junqueira (2012), como as diferenças dissonantes da heteronorma aparecem e são reforçadas no ambiente escolar.

Na segunda parte da pesquisa, “Condenada pelo pecado de ser escritora!”¹⁴, dividida em três tópicos, o tratamento é direcionado à Cassandra Rios, heterônimo de Odete Rios. O tópico 2.1 traz o levantamento do estado da arte (a partir das bases de dados Google Acadêmico e Lattes – CNPq), que antecede a pesquisa e justifica também a escolha de trajetória desta. No tópico 2.2 reconstruo memorialmente a vida e carreira da escritora a partir de pesquisa a documentos. Já o tópico 2.3 mapeia toda a produção

¹³ RIOS, 2000, p. 398.

¹⁴ RIOS, 2000, p. 405.

dela: contos e crônicas publicados pela autora, livros publicados por Cassandra, livros no prelo/a sair, publicações com pseudônimos, categorização das obras, letras musicais censuradas, editoras em que foi publicada e adaptações cinematográficas de obras literárias de Rios.

Na terceira parte da pesquisa, “Problemático queria dizer homossexual.”¹⁵, o foco é construir um entrelaçamento entre a autobiografia *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000), de Cassandra Rios, e as censuras empreendidas na Ditadura Militar direcionadas à gênero e diversidade sexual. Neste âmbito, há três discussões funcionando: O tópico 3.1 opera a partir de Sandra Reimão (2011) e pesquisa ao Arquivo Nacional e antigas leis, a fim de investigar de que forma a censura a livros acontecia na Ditadura Militar. O tópico 3.2 é a exposição da autobiografia em questão, a fim de mapear os pontos altos da narrativa, junto de Maria Lygia Quartim de Moraes (2013) que serve de suporte para evidenciar como os relatos de uma experiência traumática refletem na narrativa de Rios. Já o 3.3 apresenta os movimentos lésbicos das décadas de 1970 e 1980, organizando afinidades entre os tópicos debatidos e excertos de *MezzAmaro, Flores e Cassis*¹⁶ para que se averigüe as continuidades e descontinuidades entre passado e presente, paralelos que indicam em quais vestígios de proibições e perseguições ainda escorregamos.

A pesquisa se encerra na parte quatro, “Minha arma é a palavra!”¹⁷, ao discutir ultraconservadorismo e discurso. Jamil Cabral Sierra e Tamires Tolomeotti Pereira (2019) sinalizam a construção de um panorama ultraconservador brasileiro que envolve os impactos da religiosidade e seus efeitos críticos na política do país. Após, manchetes, leis e projetos de lei são versados para verificar de que maneira estes efeitos irrompem nas escolas brasileiras de modo que culminam nas perseguições e proibições de livros que abordam gênero e/ou sexualidade destoantes. A noção de discurso a partir de Michel Foucault (1999) auxilia a discussão de linguagem feita previamente.

As conclusões desta pesquisa apontam para as censuras que operam na literatura e na educação há muitos anos, e que crescem forças ao promover perseguições e silenciamento em torno da diversidade e diferença, especialmente de

¹⁵ RIOS, 2000, p. 48.

¹⁶ A partir desta introdução, *MezzAmaro, Flores e Cassis* será referido com a sigla MAFC para maior fluidez do texto (exceto nos quadros do tópico 2.3).

¹⁷ RIOS, 2000, p. 30.

gêneros e sexualidades no ambiente escolar, e ressaltam a importância da continuidade diária nos enfrentamentos a LGBTIA+fobia.

1 “PALAVRAS TÊM EFEITO DE BOMBA ATÔMICA!”

“Eu vim, sofrendo em prol dessa inocente gente que nem sabe de mim, leitores que me escreveram e que talvez hoje nem se lembram que existo – decorridas tantas gerações no meu silêncio – que, arriscando minha segurança, moral e dignidade, escancarei portas para a sua passagem, imbui-os de coragem para manifestarem-se.” (RIOS, 2000, p. 73)

1.1 PESQUISA QUALITATIVA E O PÓS-ESTRUTURALISMO

Maria Cecília de Souza Minayo (2009) diz que, antropologicamente, sempre houve no ser humano a preocupação com o conhecimento. Entre os mais diversos meios que explicam a relação entre o coletivo, a Ciência se tornou o mais importante mecanismo de informação da construção da realidade. Especialmente na sociedade ocidental, este mecanismo de saber foi batizado como único e verdadeiro, configurando no meio mais seguro de trazer respostas aos anseios humanos. Minayo aponta, brevemente, duas características para que este interesse tenha se tornado hegemônico: a primeira sendo as possibilidades de responder a alterações na sociedade devido ao crescimento industrial, e a segunda

[...] consiste no fato de os cientistas terem conseguido estabelecer uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para compreensão do mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações. Essa linguagem é utilizada de forma coerente, controlada e instituída por uma comunidade que a controla e administra sua produção. (MINAYO, 2009, p. 10)

Embora seja considerada a forma mais segura de se obter dados da realidade, a ciência não se constitui linear. Conflitos são comuns, especialmente no que tange à afirmação de que há meios que devem ser seguidos para que um conhecimento se torne científico. As pesquisas sociais, na contramão das comprovações laboratoriais, buscam compreender os fenômenos sociais ocorridos. Não há necessariamente um anseio pela objetivação, mas um caminho subjetivo, próprio dessas ciências.

As ciências sociais, de acordo com a autora, têm como objeto principal a historicidade, e são produzidas a partir de um diálogo entre o passado, presente e futuro. São analisados os fatos em comum entre as sociedades e as travessias entre as relações. A autora reafirma que nenhuma ciência é neutra, especialmente porque a relação entre pesquisadora e objeto é atravessada por visões particulares de mundo e pelas escolhas na etapa de preparação da pesquisa, ainda que não apareçam no

resultado. Desta forma, é inevitável afirmar que as pesquisas sociais são comumente qualitativas, visto que “a realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante” (MINAYO, 2009, p. 14). Estas ciências possuem procedimentos e métodos para tentar compreender as relações humanas, suas transformações e desenvolvimento.

Minayo aborda ainda uma série de “complementos” que dão significado a pesquisas deste caráter. A começar pela metodologia (que nesta pesquisa é de caráter pós-estruturalista; ver adiante), que se forma também pela “[...] teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade da pesquisadora (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).” (MINAYO, 2009, p. 14). Estes três andam entrelaçados. É a teoria que dá a marcha para a investigação e criatividade da pesquisadora; sem esta base sólida de estudos anteriores, é pouco provável que se rompa as especulações já construídas, que vá além do que já foi dito, sistematizado e que faz parte do discurso acadêmico. Sem a teoria não há pesquisa. “Uma pesquisa sem teoria corre o risco de ser uma simples opinião pessoal sobre a realidade observada.” (MINAYO, 2009, p. 19)

Retomando a pesquisa qualitativa, ela tem por significado “[...] um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (MINAYO, 2009, p. 21), ou seja, seus anseios investigativos giram em torno de compreender processos, ações e acontecimentos sociais diante de determinada realidade. Especialmente nesta pesquisa, surge a partir do propósito de compreender certas restrições (proibição de livros que abordam diversidade sexual) levando em conta momentos da história (Ditadura Militar Brasileira e o ultraconservadorismo). Este entrelace é que reafirma a pesquisa qualitativa, já que não prevê resultados numéricos, mas se firma nos processos de compreensão; é uma pesquisa de natureza humana.

[...] *compreender*: este é o verbo da pesquisa qualitativa. *Compreender* relações, valores, atitudes, crenças, hábitos e representações e a partir desse conjunto de fenômenos humanos gerados socialmente, compreender e interpretar a realidade. O pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com a matéria-prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-nas como ação humana objetivada. Ou seja, para esses pensadores e pesquisadores, a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis. (MINAYO, 2009, p. 24, grifos da autora)

A teórica afirma que a pesquisa qualitativa se forma por ciclos, sendo primeiro a fase exploratória, após o trabalho de campo e por fim a análise do material empírico

e documental. Foram nestas etapas que a presente pesquisa se constituiu: sendo a fase exploratória a produção do projeto e organização dos materiais necessários para sua execução, elaborei o levantamento de estado da arte e operacionalizei um sumário, que já previa a escolha das autoras e teorias a serem discutidas. Na etapa de trabalho de campo, que consiste no levantamento documental dos objetos pesquisados, é o momento em que se realiza o levantamento de produção de Cassandra Rios e o reconhecimento com o objeto a ser analisado, sua segunda e última autobiografia. Na terceira etapa, de análise documental, é que se realizam as hipóteses das perguntas elaboradas nesta pesquisa: os encontros entre educação e proibição. É a etapa que concretiza o trabalho da pesquisadora, ganha identidade e espaço no meio acadêmico.

A pesquisa ao invés de ser concluída, se abre a novos olhares, contribuições e leituras. Não para no tempo, começa a se mover nele. Por este motivo, é necessário aprofundar a escolha metodológica desta que, junto com a escolha de tipo de pesquisa, dão gancho para que as indagações possam trilhar o ambiente acadêmico.

O pós-estruturalismo surge como metodologia diante do objetivo de tensionar e continuar, por meio da linguagem, a discussão sobre a construção dos sujeitos e das entradas de problematização (nesta pesquisa, gênero e sexualidade) presentes na sociedade e nos movimentos sociais. Uma das estratégias desta metodologia é a de não tomar como verdade qualquer constituição do indivíduo e seu meio. Visando o poder como instituição que regula a sociedade, as perguntas giram em torno de como este age sobre o macro e o micro. Não há, na perspectiva pós-estruturalista, verdades absolutas, conceitos fixos ou lógicas imutáveis. O constante ir e vir de incertezas é, para dizer o mínimo, um elemento que precede a metodologia. Se faz necessário estimular novas perspectivas e aprofundamentos, seja do objeto que for. “Como” e “por meio de quê” são palavras-chave que antecedem o mapeamento da pesquisa.

Neste sentido, é preciso verificar como o sujeito compreendeu a si por meio da linguagem nas últimas décadas. Michel Peters (2000) dialoga sobre essas mudanças ao falar sobre Estruturalismo e seu Pós movimento. De forma sucinta, ele caracteriza o estruturalismo francês (1958-1968) como tendo início com a linguística de Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. Este não surgiu como uma corrente, mas se originou aos poucos de uma análise do discurso. Saussure (considerado criador da linguística moderna) tinha como característica os estudos sobre a língua e a linguagem (a diferença entre a fala e o sistema), denominando os signos e seus significantes e significados, a função de todos eles. Jakobson (considerado criador da linguística

estrutural), que teve sua formação influenciada por Saussure, fundou o Círculo Linguístico de Praga e foi o primeiro a abordar o estruturalismo teoricamente, em 1929, como termo para uma “[...] abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos” (PETERS, 2000, p. 22). Para ele, o termo estruturalismo dizia respeito a uma análise de fenômenos da ciência moderna, que não era nada além de estrutural, e que esta seria a teoria para estudar esses meios internos.

O pós-estruturalismo é uma resposta filosófica ao estruturalismo, em que avança e ao mesmo tempo questiona seus fundamentos:

[...] O pós-estruturalismo enfatiza a constituição discursiva do eu – sua corporeidade, sua temporalidade e sua finitude, suas energias inconscientes e libidinais – e a localização histórica e cultural do sujeito. (PETERS, 2000, p. 36)

Peters cita as semelhanças e diferenças entre o estruturalismo e o pós-estruturalismo. Começando pelas afinidades, ele destaca as críticas à filosofia humanista (que vê o homem como sujeito centrado e movido pela razão) e a suposta autonomia e autoconhecimento deste sujeito. Quanto às mudanças e diferenças entre as filosofias, o pós-estruturalismo desconstrói as estruturas e dicotomias que o estruturalismo analisava e que seguramente excluem a diversidade. Além disso, questiona o racionalismo e realismo do estruturalismo e também as ciências humanas. “O pós-estruturalismo questiona as filosofias do sujeito que não levam em conta as condições externas de suas próprias possibilidades.” (PETERS, 2000, p. 36). Peters, por fim, denomina o estruturalismo como movimento cientificista e que perdurou durante a virada linguística recente. Já o pós-estruturalismo “[...] pode ser caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita [...]” (PETERS, 2000, p. 28). São nestas voltas filosóficas que as identidades (individuais e coletivas) também começam a ser questionadas e estudadas.

Cabe aqui relacionar Cassandra Rios, visto que ela e suas personagens são constituídas de identidades móveis, marcadas pela diferença e marginalizadas por isso. Por meio da linguagem literária, Rios subverteu, questionou, recriou e mostrou as variadas faces dos sujeitos. As leitoras das suas “obras malditas” eram postas diante de uma estranheza, relatos crus do que havia de mais vil na sociedade da época de sua produção. Por este motivo é tão importante buscar elementos teóricos, para além da autobiografia *MezzAmaro, Flores e Cassis*, que sugiram esta transitoriedade entre identidades: se está presente na sociedade, intrinsecamente está presente na literatura.

1.2 IDENTIDADE E DIFERENÇA NO AMBIENTE ESCOLAR

Kathryn Woodward (2014) coloca a identidade em pauta a fim de torná-la estrangeira às concepções fixas, a enxergando como em constante mudança. A autora fala sobre como os sujeitos dependem de outros para existirem, e assim são levados a se identificarem com determinados grupos, atividades ou objetos por meio da linguagem e significados que estes possuam na sociedade. Woodward completa que tais identificações se ramificam na construção da diferença, acarretando inferiorização de identidade (processo que determina características de uma identidade em posição superior, melhor a ser seguida, e outra inferior, com características consideradas inapropriadas).

Na contemporaneidade, o processo de globalização permitiu que toda e qualquer identidade possa ser vista de qualquer lugar do mundo. Isto pode levar o sujeito a se distanciar da cultura local e recorrer à antigas identidades culturais para justificar ou criar outras, que se conectam com seu passado e presente ao mesmo tempo. A partir disso, a autora cita Stuart Hall em seu ensaio *Identidade Cultural e Diáspora* (1990), afirmando que o sujeito pode pensar sua identidade de duas formas: a primeira sendo uma retomada do seu passado, uma representação significativa dele, e a segunda é a de tornar o passado parte do presente, já que esta redescoberta “[...] do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise.” (WOODWARD, 2014, p. 12) – aqui crise pode ser vista essencialmente como uma “redescoberta” de características pessoais do indivíduo.

Woodward fala em três possibilidades de construção de identidade: a primeira desde o descentramento da identidade a partir da classe social, deixando de ser o único operador que organiza a vida do sujeito, emergindo daí outras lutas tais como gênero, raça e sexualidade. Se antes o movimento de classe era central e os problemas eram ali discutidos, a partir do pós-estruturalismo outros marcadores sociais surgem com demandas.

A segunda possibilidade surge ao afirmar que os campos sociais são instituições (caracterizados por Woodward, de acordo com Bourdieu, como a família, colegas, grupos de trabalho, instituições educacionais e partidos políticos), ou seja, de acordo com o espaço que o sujeito está, este vive de determinada maneira a partir de

uma determinada face da identidade. Muitos desses diferentes posicionamentos são cruzados pelas significações culturais que cada um possui, e toda diferença do padrão recebe uma marcação social, muitas vezes de inferioridade.

As identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. (WOODWARD, 2014, p. 40)

Terceira possibilidade de construção são os movimentos políticos que surgem a partir de questionamentos sobre o processo de diferenciação que determina grupos como marginalizados, os oprimindo e inferiorizando. Woodward afirma que, sabido que a identidade é expressada por meio de símbolos, a diferença é construída na marcação de identificação ou exclusão desses símbolos no convívio social. A cultura surge como meio de classificação dessas diferenças, normalmente as classificando em binarismos. A binaridade, assim, mantém o controle social, e é “forasteiro” quem sai fora dessa ordem, tornando-se diferente. Esses binarismos são essenciais para a produção do significado: se, por um lado, a diferença (o não-pertencimento ao binarismo) pode ser marginalizada, por outro ela pode ser celebrada como diversidade, construindo assim movimentos que se orgulhem de suas características.

O gênero enquanto entrada de problematização está fortemente ligado a estes binarismos e à construção da diferença. Joan Scott (1995) afirma que gênero só pode ser analisado a partir do momento em que é estabelecido como categoria analítica, buscando compreender a natureza de seus fenômenos. A teórica diz que foi somente no fim do século XX que a palavra foi utilizada para denominar a análise da desigualdade entre homens e mulheres. Neste contexto também surgiram os cientistas sociais, que se apossam do paradigma linguístico e tomam as realidades como parte de uma construção social; dentro disso, o gênero é articulado como um elemento constitutivo das relações sociais e principalmente das relações de poder.

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para divessas [sic] formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que homens têm força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de idéias [sic] sobre os papéis [sic] adequados aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75)

Tendo como objetivo principal separar a identidade (gênero) do corpo biológico (sexo), o movimento questionava sobretudo os problemas de papel de gênero. Os estudos ainda focavam em desigualdade social, baixos salários, desemprego e escolarização, por exemplo, e eram abordados enquanto também se preocupavam em estabelecer lugares nas ciências para mulheres.

Tais investigações permitiram ramificações que indagam de forma mais intensa os arquétipos de gênero. Estas se aprofundaram a partir do fim da década de 1980, início de 1990, enxergando o “ser mulher” não mais com identidade definida, mas como “produtos naturalizados”. Assim como Scott afirma que “famílias, lares e sexualidades são, no fim das contas, todos, produtos de modos cambiantes de produção” (1995, p. 78), é Judith Butler (2020) quem vai rastrear a naturalização dessa produção e mobilizar debates sobre possíveis identidades de gênero.

Especialmente no primeiro capítulo de *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (2020), *Sujeitos do Sexo/Gênero/Desejo*, Butler incita discussões sobre quando e como são formados os sujeitos, e de que forma seu sexo, gênero e desejos são atribuídos ao longo de sua vida. Munida de um passado teórico que já vinha discutindo gênero, sexualidade, feminismo e regimes de poder, Butler se apropria e dá continuidade aos conceitos de Luce Irigaray, Monique Wittig e Michel Foucault.

No capítulo em questão, a autora afirma que os sujeitos são formados por exclusões que não aparecem nitidamente, que são naturalizadas, e continua dizendo que ser mulher não é tudo: há travessias feitas por classe, raça e região, por exemplo, e que são estas que constroem e mantêm a “mulher”. Butler fala em “pós-feminismo” como uma necessidade de recriar a corrente com novos debates e vertentes, enquanto cita Foucault, que observa que o poder produz sujeitos e suas representações, logo, até mesmo as mulheres feministas são produtos de uma formação discursiva, sendo inevitável por este motivo pensar que o feminismo está fadado ao fracasso em si próprio. “A crítica feminista também deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação.” (BUTLER, 2020, p. 20).

Butler discorre sobre a ordem compulsória entre sexo e gênero, em que define como sexo parecendo intratável (biologia) e o gênero culturalmente construído, sendo assim, a binaridade do sexo não pode aparecer no gênero.

E o que é, afinal, o ‘sexo’? [...] Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? [...] Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. (BUTLER, 2020, p. 27)

A partir daí, nesta tensão que Butler aciona para tentar compreender algumas construções compulsórias, perguntas como “gênero é algo que alguém possui ou lhe é atribuído?”, “O gênero se torna determinado e/ou fixo de acordo com a cultura que se constrói?” e “Como acontece essa construção ou essa escolha?” aparecem.

Dado o momento em que a cultura atribui/apresenta o gênero a partir do sexo, ela aplica também no corpo determinadas características que condizem com “feminino” ou “masculino”: o corpo se torna passível de intervenção desde o nascimento. Seguindo este pensamento, Butler afirma ainda que é um erro discutir identidade antes de gênero, pois as pessoas só são inteligíveis após receberem a denominação: sexo > gênero > desejo > prática. Para um gênero ser inteligível, não podem existir desvios no caminho a ser seguido; caso isto ocorra, esta identidade seria inexistente. A existência daqueles que subvertem a ordem tensiona um sistema articulado de poder que impõe que as identidades sejam imutáveis e unificadas.

Diante disso, as identidades “desviantes” tornam-se questionáveis também no campo da linguagem, pois, se a linguagem igualmente presume que há uma binaridade de gênero, ela assim regula práticas e se torna um campo de poder. Se estas identidades, no entanto, se apropriam dos seus desvios, elas se solidificam de alguma forma para além daquilo que “não pode existir”. Isto cria oportunidade para que os subversivos questionem e tensionem espaços reguladores.

Rogério Diniz Junqueira (2012) descreve de que maneira estas marcações de diferença se organizam no espaço educacional. O autor afirma que com o passar do tempo o cotidiano escolar tende a se emaranhar com o currículo, interferindo naquilo que se tem como documento oficial. Este cotidiano formaria o “currículo oculto”, que é definido por um conjunto de aspectos da escola (não presentes no currículo formal) que contribuem direta ou indiretamente na formação da aprendizagem, como a obediência e determinados valores.

Junqueira declara que o currículo oculto caracteriza as:

[...] relações sociais da escola, a organização dos espaços, o ensino do tempo, o conjunto de rituais, regras, regulamentos e normas, as diversas divisões e categorizações explícitas e implícitas próprias do mundo escolar (“boas”/“más” alunas), entre outras. (JUNQUEIRA, 2012, p. 278)

Apesar disso, o currículo formal está inserido na relação de organização da obediência, pois ele, além de documento político, prevê regras, organização e, principalmente, avaliação do conhecimento escolar. É a partir daí que o autor sugere o termo “currículo em ação” (2012, p. 278), para agrupar as ações curriculares reais presentes na escola, sejam elas formais ou informais. Todos estes currículos são vivenciados por todos os membros escolares, não apenas estudantes. O currículo em ação permite pensar as ações executadas na escola, sejam elas previstas ou não anteriormente pelo currículo formal. Estas vivências podem, inclusive, indicar diferenças sociais que influenciam o conhecimento, categorizando conseqüentemente as alunas em certas dicotomias.

Junqueira afirma que a escola exerce o incentivo à diferença (que é denominado de “outro” aquele que não é o “normal”, e que ao primeiro é reservado o lugar de estranho, inferior), além de diariamente oportunizar a marginalização, ocorrida muitas vezes por meio do racismo, LGBTIA+fobia e classismo. Estes atos são “[...] cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as” (JUNQUEIRA, 2012, p. 281). Ademais, todas as ações do currículo estão cercadas pela heteronormatividade, a qual não só legitima um determinado modo de viver/agir, mas que regula e reitera essas práticas diariamente.

Assim como a heteronorma está presente na vida do sujeito desde seu nascimento, ela também não escapará ao ambiente escolar, um ambiente que passa pela vida de muitos indivíduos. Ainda que a escola reafirme a heterossexualidade compulsória, ela também vigia o corpo daqueles considerados “normais”. As vivências de gênero e sexualidade não podem se dar de maneira exacerbada e demonstrações de afeto não podem ser compartilhadas aos olhos dos outros. Junqueira diz que a imposição da heteronormatividade pode acatar em homofobia que, para além do popular conceito de desprezo ou aversão aos sujeitos homossexuais, ele entende como:

[...] fenômeno social relacionado a preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2012, p. 282, grifos do autor)¹⁸

¹⁸ Conforme citação, Junqueira em seu artigo fala em homofobia como um fenômeno que atinge todas as identidades transgressoras; nesta pesquisa o termo foi substituído por LGBTIA+fobia quando fala de grupos marginalizados, e as demais designações correspondentes aos grupos específicos a que se referem (lesbofobia a lésbicas, etc.).

Temos um ponto afirmando que, embora o termo esteja relacionado a certas discriminações sobre estes sujeitos marginalizados, ele não afirma que todos sofrerão dos mesmos martírios. Na escola, a LGBTIA+fobia pode se mostrar de inúmeras maneiras:

[...] no livro didático, nas concepções de currículo, nos conteúdos heterocêntricos, nas relações pedagógicas normalizadoras. Explicitam-se na hora da chamada (no furor em torno do número 24, mas, sobretudo, na recusa de se chamar a estudante travesti pelo seu “nome social”), nas brincadeiras e nas piadas consideradas inofensivas e usadas inclusive como instrumento didático. Estão nos bilhetinhos, carteiras, quadras, banheiros, na dificuldade de ter acesso ao banheiro. Afloram nas salas dos professores, nos conselhos de classe, nas reuniões de pais e mestres. Motivam brigas no intervalo e no final das aulas. Estão nas rotinas de ameaças, intimidação, chacotas, moléstias, humilhações, tormentas, degradação, marginalização, exclusão etc. (JUNQUEIRA, 2012, p. 283-284, nota de rodapé 11).

Para Junqueira, estas ações implicam muitas vezes em uma “saída forçada do armário”, por meio da vigilância de palavras e ações das estudantes. Comportamento, fala e escolha de companhia, revelam para olhos alheios marcas que permitem encaixá-las em certa identidade e forçá-las a se exporem se ainda não o fizeram. Meninos gays e meninas lésbicas podem sofrer com as afirmativas “veadinho”, “sapatão”, com ofensas escritas, com desenhos insinuosos e possivelmente violência física¹⁹. Esta identificação não assumida da sexualidade pode trazer dificuldades, já que as humilhações permanecem inscritas na subjetividade e na história do sujeito.

A pedagogia do armário (termo cunhado pelo autor) se junta contra os indivíduos que de certa forma não se encaixam na bolha heteronormativa. Aqueles que estão “fora” são os que recebem insultos, injúrias, processos de heteronormatização por meio de classificação e/ou marginalização. Deve-se cumprir o acordo velado da masculinidade ou feminilidade, seguir seu gênero a partir de seu sexo determinado e agir de acordo com as normas. Não existe meio termo: o armário silencia ou expõe e julga. Age diretamente na sexualidade.

¹⁹ Embora Junqueira não fale sobre isto, a “saída do armário” muitas vezes pode ser considerada um privilégio de pessoas gays e lésbicas brancas, visto que de pessoas trans não são elaboradas ferramentas ou violências que as forcem expor sua identidade. Frequentemente a “saída” desejada destas é a saída da escola, não do armário. A intersecção com raça também poderia sugerir o mesmo apontamento (diversos estudos apontam relação entre evasão escolar *versus* transgeneridade ou *versus* raça). Uma sugestão de leitura sobre este tema é: GOMES, Megg Rayara de Oliveira. **O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador: Editora Devires, 2021.

Junqueira diz que há um esforço constante para que se permaneçam masculinos e femininas os meninos e meninas, respectivamente. Não há, na escola, nada que indique que a “desconexão” possa ser feita. Desde atividades e brinquedos, à espaços e nomeações, tudo sugere que se “vire homem” ou “vire mulher”. Estas ações são internalizadas à medida que, reforçadas as identidades de gênero e sexualidade esperadas, a estudante sinta a necessidade de “suprir” o desvio por meio da excelência em notas ou comportamentos. “Quem não se mostrar apto a ser normalizado torna-se digno de repulsa e abjeção, ocupando um grau inferior ou nulo de humanidade.” (JUNQUEIRA, 2012, p. 291). Junqueira ainda sugere que a escola, enquanto instituição regulatória de poder disciplinar, age regulando os corpos e os corpos regulam a si próprios. Mais do que isso: a não-heterossexualidade torna-se algo que atrai ira e essa ira encontra acolhida no ambiente educacional.

Este ato de não enxergar o outro como merecedor das mesmas oportunidades que os “normais”, faz com que se estabeleça hierarquias. Estas servem também para refletir de que maneira a escola, enquanto instrumento de aprendizado, se cala e se esconde, ou, ainda, se nega diante de casos de ódio e LGBTIA+fobia. Este acordo velado de participação coloca o currículo em questionamento: o que significa esta normalização? Quais são as regras organizadas pedagogicamente diante de uma situação extraordinária (ou que se torna até mesmo ordinária pelo período vivido atualmente)?

A heteronormatividade é, indiscutivelmente, um aspecto presente no currículo em ação. Esta afirmação traz conseqüentemente outra: a de que a violência, discriminação de gênero e a LGBTIA+fobia também estão presentes. Junqueira afirma que estes aspectos estão inseridos na sociedade intrinsecamente, mas que também se manifestam isoladamente na escola, não apenas como um reflexo do mundo exterior. “[...] a escola *consente, cultiva e promove* homofobia e heterossexismo, não só repercutindo o que se produz em outros âmbitos, mas oferecendo uma contribuição decisiva para a sua atualização e o seu enraizamento.” (JUNQUEIRA, 2012, p. 297-298, grifos do autor).

Um dos reflexos violentos da heteronormatividade são as proibições, conforme relata Bruno Molinero (2021), em artigo para a Folha de S. Paulo, sobre repressões feitas a livros infantis ao redor do mundo, dando exemplos de livros proibidos que abordavam de alguma forma gênero, raça, sexualidade e classe. Molinero diz que estas coibições não passam de “[...] uma vontade incontrolável de decidir o que os outros

devem ler e impedir a circulação daquilo que nos é estranho ou que ponha em xeque o nosso status quo” (2021, não p.), e critica esta proteção:

Em qualquer lugar, sob qualquer regime, a qualquer hora, basta levantar a bandeira da segurança. E, com ela, a do medo. Uma violência é cometida – e, nos dias de hoje, é fundamental reforçar que qualquer censura é violência – em nome da proteção às indefesas criancinhas.

Se não quero que meninos e meninas leiam histórias com personagens gays porque acho isso prejudicial, eu censuro livros para supostamente proteger essas crianças. [...] Nascem aí os super-heróis que blindam a pureza e a inocência, como pregam vários deles em Brasília hoje, sobretudo no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (MOLINERO, 2021, não p.)

O jornalista afirma que estas “indefesas criancinhas” são alvos fáceis para justificar a falta de postura na educação domiciliar, que é necessário que não só educadores, mas também pais, contextualizem, eduquem e mostrem a diversidade nas obras e na sociedade. Leiam-nas. Mas, “[...] ter esse papo dá um baita trabalho. [...] Dá preguiça mesmo. É mais fácil proibir – ou fazer uma fogueira.” (MOLINERO, 2021, não p.).

Mas que criança ou adolescente defendida é esta?

Beatriz Preciado²⁰ (2013) sugere que a proibição de temas polêmicos (como diversidade sexual) é justificada majoritariamente por conta das crianças, já que as intenções repressivas são fundadas a partir da proteção da heteronormatividade, defesa da família tradicional, e, para além disso,

[...] conservar o direito de discriminar, castigar e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, mas também para lembrar aos pais dos filhos não-heterossexuais que o seu dever é ter vergonha deles, rejeitá-los e corrigi-los. (PRECIADO, 2013, p. 99)

A mudança de identidade ocorrida durante os processos de crise, a identidade “desviante” e as intervenções do Estado provocam coibições especialmente a temas de diversidade sexual, corpos e identidades que fogem do cisheteronormativo. Esta opressão às comunidades diversas ganha força à medida que as crianças, usadas como justificativa, não podem se rebelar contra os adultos, visto que estarão privadas de

²⁰ Beatriz Preciado era o nome pelo qual Paul B. Preciado foi registrado em seu nascimento. Em 2014 o filósofo iniciou a transição de gênero e em 2015 começou a assinar como Paul no lugar de Beatriz. A primeira citação aqui utiliza “Beatriz” pois este foi o nome utilizado na publicação do texto “Quem Defenda a Criança *Queer*?” (2013). Após, somente Preciado.

qualquer tipo de liberdade de manifestação corporal, seja ela de gênero ou sexualidade. Elas perdem o direito de existir e crescem na caixinha, com sua infância determinada, sua identidade moldada e seus pensamentos direcionados.

Preciado afirma que este controle está reservado a crianças cisgêneras, que embora não exerçam o desejo, são vistas como heterossexuais. O problema é que a criança que foge às normas fica desamparada.

Quem defende o direito das crianças diferentes? Os direitos do menino que adora se vestir de rosa? Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga? Os direitos da criança *queer*, bicha, sapatão, transexual ou transgênero? Quem defende o direito da criança a mudar de gênero, se for da vontade dela? Os direitos das crianças à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade? Quem defende os direitos da criança a crescer num mundo sem violência sexual ou de gênero? (PRECIADO, 2013, p. 97)

O direito da criança está preservado enquanto ela se mantiver no eixo. Se a normatividade que lhe foi imposta for seguida, ela será aceita na sociedade e, muito possivelmente, reproduzirá as mesmas proibições que a “protegeram”, seja no âmbito familiar ou social. “A criança é um artefato biopolítico que garante a normalização do adulto.” (PRECIADO, 2013, p. 98).

Como exemplos cotidianos, Junqueira (2012) traz relatos anônimos de profissionais da educação à época de construção do Brasil Sem Homofobia, em 2005, que resumidamente exploram a falta de suporte jurídico e pedagógico para lidar com a diferença, especialmente de gênero e sexualidade, e até mesmo a violência. Há aqueles que desistem de enfrentar o sistema por se sentirem solitários nesta tentativa, e outros que confidenciam o “vira homem, moleque!” em seu cotidiano, corrigindo as identidades dissidentes. O autor diz que muitas tentativas-narrativas de buscar solução às violências fazem parecer que

[...] respeitar o ‘outro’ seria um gesto humanitário, expressão de gentileza, delicadeza ou magnanimidade. Indicam uma espécie de benevolente tolerância que deixa ilesas as hierarquias, as relações de poder e a heteronormatividade. (JUNQUEIRA, 2012, p. 299)

Já Preciado, afirma que os “projetos de proteção” (como o Brasil Sem Homofobia) estão mais ligados ao terror e ao colapso psicológico do que à preservação de fato. Eles são responsáveis por reprimir, constranger, amedrontar as crianças. “A norma ronda os corpos meigos. Se você não é heterossexual, é a morte o que te espera.” (PRECIADO, 2013, p. 98). Começa na infância a perseguição a pessoas LGBTIA+.

Inicia ali o desaparecimento da vida livre sob a vigilância do fantasma heteronormativo. Não se protege a criança, mas o que se espera dela.

Por este motivo, é que não basta denunciar os preconceitos, mas tentar uma efetiva quebra da normalização a começar, por exemplo, com a utilização da literatura como experiência de novas práticas.

2 “CONDENADA PELO PECADO DE SER ESCRITORA!”

“Meus livros têm cheiro de gente atrás das grades, mas são provas da liberdade que outros conseguiram com as minhas torturas [...]” (RIOS, 2000, p. 153)

2.1 LEVANTAMENTO DO ESTADO DA ARTE

Para que esta pesquisa se desenvolvesse, foi necessário organizar um levantamento do estado da arte referente a Cassandra Rios. O número de produções sobre a escritora foi recolhido a partir das bases de dados Lattes – CNPq e Google Acadêmico²¹ (ambos nos idiomas inglês, espanhol e português). O seguinte esquema foi utilizado: a palavra-chave “Cassandra Rios” era buscada no Lattes – CNPq e as produções²² que constavam no perfil de cada acadêmico com “Cassandra Rios” (ou, por vezes, somente “Cassandra” ou derivações como “Cassandrianas”) no título eram sinalizadas e tabeladas. Após, cada sinalização era pesquisada no Google Acadêmico a fim de encontrar o documento PDF, DOC, DOCX ou *on-line* (fosse artigo, monografia, dissertação etc.) para que pudesse ser lido de acordo com os interesses desta pesquisa.

Foram contabilizadas 218 produções tendo “Cassandra”, “Cassandra Rios” ou suas derivações no título, sendo elas numeradas abaixo conforme o ano:

QUADRO 1 – PRODUÇÕES SOBRE CASSANDRA RIOS

Quantidade de produção	Ano
1	2000
0	2001
0	2002
2	2003
2	2004
3	2005
0	2006
3	2007

²¹ Outras plataformas como SciELO e Portal de Periódicos CAPES surgiram com resultados menores, mas idênticos aos do Google Acadêmico. Por este motivo, o último foi escolhido como base para o levantamento.

²² Utilizo a palavra “produções” como referência a produções construídas no meio acadêmico, sejam elas apresentações orais (em Seminários, Simpósios e Eventos), artigos publicados em revistas (que têm foco em artigos acadêmicos) ou anais, Monografias de Graduação, Dissertações de Mestrado, Teses de Doutorado e/ou Pós-Doutorado, livros/e-books ou capítulos de livro/e-book. Importante ressaltar que trabalhos com poucos meses de distância e pequenas variações nos títulos (comum apenas em apresentações orais) não foram incluídos aqui, considerando que seria a exata tratativa com igual reprodução. Compreende-se, ainda, que ficaram de fora as produções não descritas no currículo de cada pesquisadora.

0	2008
4	2009
3	2010
6	2011
13	2012
10	2013
10	2014
16	2015
4	2016
18	2017
30	2018
30	2019
30	2020
33	2021

FONTE: A autora (2022).

NOTA: O levantamento produzido nesta pesquisa indica que as pesquisas sobre Cassandra Rios dobram a partir de 2011 e triplicam em quantidade a partir de 2018. Uma sugestão para futuras pesquisadoras é a de investigar os possíveis motivos pelos quais a escritora vem sendo mais estudada na última década – o que não caberia apurar nesta dissertação e/ou de maneira breve.

Importante destacar que o levantamento, embora não tenha delimitado período (os últimos 21 anos), surgiu com apenas 1 produção anterior a partir do Lattes – CNPq: em 1993 uma apresentação de Danielle dos Santos Corpas em evento, titulada de “Cassandra Rios: o buraco é mais embaixo”.

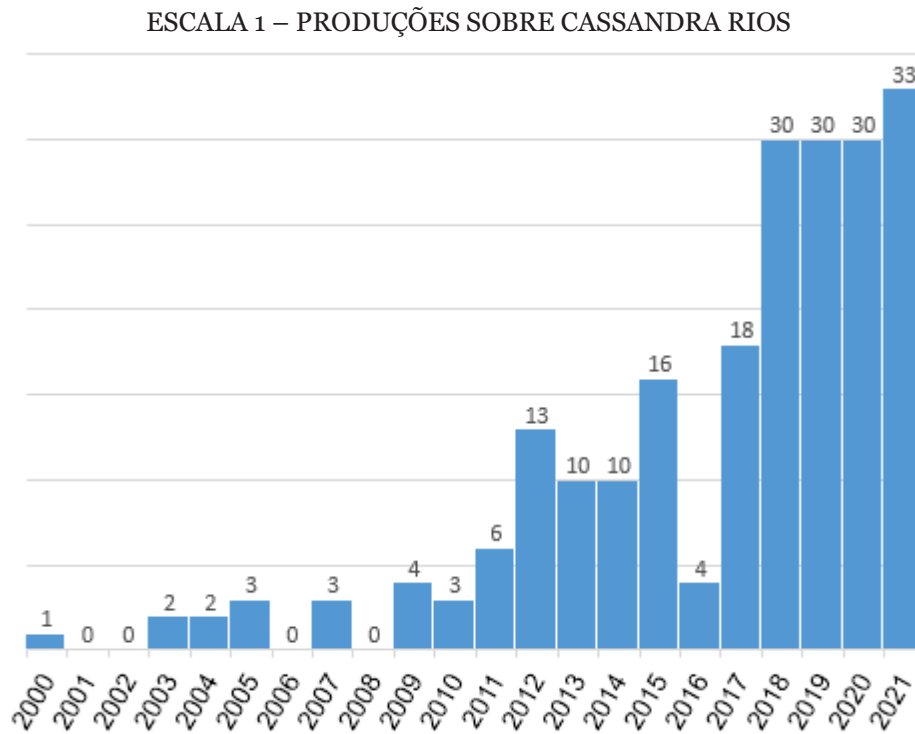
Nota-se, curiosamente, que nos anos de 2001, 2002, 2006 e 2008 o levantamento não obteve resultados. Dos 5 trabalhos publicados entre 2000 e 2004, 4 são do pesquisador Rick Santos. Foram contabilizados no levantamento minhas três produções sobre Cassandra Rios, exceto esta dissertação (2022), sendo: 1 artigo produzido para a Iniciação Científica e apresentado na 11^a Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão – SIEPE (2019), 1 monografia de graduação (2019), e 1 artigo publicado em e-book (2021).

Cinco produções com “Cassandriana” no título foram contabilizadas por compreender que esta é uma flexão de Cassandra. No ano de 2017 foi contabilizado o artigo *Eu Sou Uma Lésbica: Representação das Monstruosas*²³ de Renata de Souza Spolidoro e Ana Cristina dos Santos por este ser o título de uma obra de Rios. No ano de 2019 foi contabilizada a apresentação *A Escritora Mais Proibida do Brasil em*

²³ SPOLIDORO, Renata de Souza; SANTOS, Ana Cristina dos. Eu sou uma lésbica: Representação das Monstruosas. In: **XV Congresso Internacional da ABRALIC**, Simpósio 55, Rio de Janeiro, 2017, p. 5597-5604.

*Copacabana Posto 6 – A Madrasta (1972) e Marcellina (1980)*²⁴ de Izadora Fernanda Reichert Rodrigues por estes também serem títulos de obras de Rios.

Abaixo o esquema visual que evidencia em escala as publicações sobre Cassandra Rios:



FONTE: A autora (2022).

Do total de 218 produções, 82 foram encontradas disponibilizadas *on-line*, de forma gratuita e com seu conteúdo completo (inclusive alguns capítulos de livros); pouco mais de trinta e cinco por cento do total (um percentual consideravelmente baixo). São, do total, 3 produções nos idiomas estrangeiros verificados. Além disso, 5 documentos foram encontrados *on-line*, mas incompletos ou sendo somente seus resumos. Alguns dos livros sobre/com capítulos sobre Cassandra Rios foram encontrados *on-line*, mas precisam ser adquiridos por compra.

A partir deste número de 82 publicações gratuitas e completas, foram lidos seus resumos²⁵ a fim de encontrar indícios que os conectassem com três pontos: educação, censura e autobiografia. Embora a conexão desta pesquisa seja entre

²⁴ RODRIGUES, Izadora Fernanda Reichert. A Escritora Mais Proibida do Brasil em Copacabana Posto 6 – A Madrasta (1972) e Marcellina (1980). In: **IV SELAC – Seminário de Literatura e Arte Contemporânea**, Dourados, 2019, p. 18.

²⁵ Aqueles que porventura não possuíam resumo tiveram suas duas primeiras páginas lidas.

Educação e Repressão, o afunilamento dos trabalhos a partir da adição de outros conectivos permitiu maior clareza sobre o que vem ou não sendo trabalhado a partir de Cassandra Rios.

Os resultados dessa etapa mostram que, dialogam com intensidade 3 trabalhos com “educação”²⁶, 5 trabalhos com “censura” e 7 trabalhos com “autobiografia”. As demais publicações tinham como objetivo, majoritariamente, análise de livros, contribuição ou valor literário ou algum aspecto sobre a autora que não se encaixa nos pré-requisitos deste refinamento – na maior parte das pesquisas são abordadas questões de gênero, sexualidade, censura, subversão etc., embora não se torne central.

Em “educação” foram selecionados trabalhos que tinham foco no campo educacional, em como Rios pode ser tratada nos debates da área. Preferi não selecionar os trabalhos que falam propriamente da construção das suas obras (literatura), e sim em um aspecto passível de resistência (que tensionam o sistema), conforme explicado na introdução. Em “censura” foram selecionados trabalhos que tinham como foco traçar a resistência da autora durante a época da Ditadura Militar Brasileira. Em “autobiografia”, por fim, foram selecionados trabalhos que analisavam/discutiam/abordavam uma ou as duas autobiografias da autora.

A partir disso, selecionei os três trabalhos que conversam com educação para um resumo, visto que os trabalhos de “censura” e “autobiografia” são mais direcionados e a síntese acima mostra isso. Deste total, são 1 dissertação de mestrado e 2 artigos (usando ordem cronológica).

Na dissertação de mestrado de 2013²⁷ a discussão é aprofundada. Dividida em três capítulos (além de introdução e considerações finais), na primeira parte Ana Gabriela Pio Pereira aborda ferramentas teóricas pós-estruturalistas de identidade. A segunda parte consiste em problematizações sobre gênero e sexualidade, especialmente a lesbianidade. A terceira parte consiste em abordar os Estudos Queer e a produção literária de Rios, mostrando como as personagens desestabilizam o esperado cenário literário.

²⁶ Neste tópico foram utilizadas aspas apenas para demarcar as palavras-chave.

²⁷ PEREIRA, Ana Gabriela Pio. **Escritas excessivas**: disposições de lesbianidades na narrativa “As traças”, de Cassandra Rios. 2013. 89f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Colegiado de Letras. Campus II. Alagoinhas, 2013.

No artigo de 2018²⁸, Leonardo Alexander do Carmo Silva busca mostrar como os livros de Rios deram visibilidade à causa lésbica. O artigo inicia com a afirmação de que a comunidade acadêmica permaneceu anos a fio sem estudar a escritora por sua qualidade (julgada como sublitteratura por sua linguagem e erotismo) e temas literários (abrangência das minorias e de assunto polêmicos para a época). Prosseguindo, ele caracteriza os lugares de onde falam as personagens de Rios e de como se dá a performatividade de gênero e sexualidade nestas, declarando os percalços que sofrem não só as personagens, mas pessoas com as mesmas identidades de gênero e sexualidade. O autor utiliza teóricos dos Estudos Culturais para embasar o artigo.

O segundo artigo, de 2019²⁹, faz parte de uma tese de doutorado, e foi apresentado em um simpósio. Neste, as autoras Danielly Christina de Souza Mezzari e Fernando Silva Teixeira-Filho se propõem a analisar os binarismos encontrados nas obras de Rios, afirmando que suas obras e o protagonismo lésbico de suas personagens foi/é um posicionamento político de enfrentamento às tradições. Utilizam teóricas da literatura, de gênero e estudiosas de Rios como base para sua pesquisa.

Os três trabalhos consistem no seguinte esquema: introdução (podendo incluir breve história de Rios) – desenvolvimento (Rios *vs.* A Ditadura ou Rios *vs.* A lesbianidade) que inclui teóricas de gênero e sexualidade – conclusão. Ainda, todos os trabalhos citam (com uso de trechos) a obra *As Traças* da escritora, e o segundo e terceiro citam *Eu sou uma lésbica*.

Interessa, a partir da síntese dos trabalhos acima, investigar de que maneiras a literatura que aborda gênero e diversidade sexual se faz presente dentro ou fora das instituições escolares, quais são seus processos de proibição e, mais importante ainda, como a literatura pode se aliançar nas discussões sobre gênero e sexualidade na educação.

2.2 (RE)CONSTRUINDO CASSANDRA RIOS

[Cassandra]: Uma pessoa comum, que escreve e vive para a família. Moralista. Extremamente moralista.

²⁸ SILVA, Leonardo Alexander do Carmo. Construção e problematização da identidade lésbica na obra de Cassandra Rios. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 33, p. 81-94, 2018.

²⁹ MEZZARI, Danielly Christina de Souza; TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva. Deslocamentos do Feminino - Quem tem medo de Cassandra Rios?. **Anais do VI SIES: Gêneros, sexualidades e diferenças: Categorias de análise, (des)territórios de disputas**, Maringá, GT 01 – A representação das personagens femininas na literatura: feminismo, resistência e subversão, s/p., 2019.

É assim que se considera a si própria Odete Rios Pérez Perañez Gonzales Hernández Arelano, 41 anos, brasileira, desquitada, 1,68m de altura, 55 quilos, olhos castanho-claros e cabelos tingidos de louro. (GANDARA, 1974, p. 55)

O trecho acima faz parte de uma entrevista concedida por Cassandra Rios a Nello Pedra Gandara na Revista Manchete em 1974, e a sucinta resposta é uma autoavaliação da pergunta feita “E quem é você?”. Interessa iniciar este tópico falando da autora a partir da entrevista acima por ela ser a única em que Odete Rios é referida como “Odete Rios Pérez Perañez Gonzales Hernández Arelano”. A informação, repetida muitas vezes por pesquisas³⁰ sobre a autora, se constata falha.

A certidão de nascimento de “Dete” (apelido que gostava de ser chamada) registrou sucintamente Odete Rios no dia dezoito de outubro de 1932, sendo seu nascimento no dia três de outubro do mesmo ano. Seu pai, Graciano Rios, negociante, e sua mãe, Damiana Rios, ambos naturais da Hespanha (conforme consta no documento), constam nos registros da menina que nasceu às 14h30 (RIOS, 2000, p. 168) na Rua João Ramalho do bairro Perdizes em São Paulo capital.

Não se sabe de onde a informação (mesmo da entrevista) de um nome mais longo da escritora foi retirado, mas talvez seja de uma junção dos sobrenomes dos avós paternos (Lauriano Fernandes e Elisa Rios) e maternos (Antonio Rios e Elvira Peres), que também constam no registro de nascimento, ou ainda dos nomes de família, conforme sugere Rios em MAFC: “Meus avos [sic] maternos, Antonio Rios e Elvira Perez Rios. Avos [sic] paternos, Elisa e Laureano Perez Rios. Hernandez, Arrellano, Periañes, Gonzales, *alguns sobrenomes da família.*” (RIOS, 2000, p. 233, grifo meu). Observa-se a dessemelhança entre os sobrenomes dos avós na certidão de nascimento e na informação fornecida pela escritora na autobiografia, diferença inclusive na grafia de alguns dos sobrenomes. Por ser um documento lavrado, no entanto, mantenho a primeira informação³¹.

O nome, registro imposto no nascimento de uma criança, é de importante valor na identidade do sujeito. E começar trazendo à tona estas discrepâncias no registro de

³⁰ Algumas das pesquisas levantadas (conforme tópico 2.1) sugerem “Odete Rios Pérez Perañez Gonzales Hernández Arelano” como nome completo da escritora; outras, sugerem “Odette Pérez Rios”; a unanimidade se dá por “Odette Rios” ou “Odete Rios” (diferença apenas na grafia). Todas as pesquisas que citam o nome mais longo não mencionam de onde tiraram a informação (o palpite é que foi da entrevista para a Revista Manchete).

³¹ Optei por utilizar “Odette” em minha monografia (SOPELSA, 2019, p. 12) para falar do nome de batizado da escritora; esta decisão se torna outra diante da pesquisa de mestrado, assim justificada neste tópico pelos materiais coletados.

Odete Rios conseqüentemente leva à escolha feita por esta mulher em se tornar Cassandra; mas, antes disso, é preciso pautar alguns acontecimentos que a levaram à decisão.

FIGURA 1 – CASSANDRA RIOS AOS 3 ANOS



FONTE: Revista TPM (2001) via Blog Identidades Marginais (<https://www.identidadesmarginais.com/cassandra-rios>)

Escritora desde muito jovem, Odete Rios teve uma criação comum para a classe média. Filha de espanhóis e irmã caçula (sendo Ruth a do meio e Judith a mais velha³²), teve uma educação rígida, tendo estudado em um colégio de freiras durante a infância. Falava somente espanhol desde seu nascimento, e com o passar dos anos aprendeu a falar português, além de inglês e francês antes dos doze anos. Frequentou da infância até a adolescência a Igreja São Geraldo das Perdizes, onde fez a escola dominical e recebeu a primeira comunhão, estudando o evangelho e indo aos cultos. Na adolescência foi Bandeirante e escoteira na Companhia Atalaia.

Tocava alternadamente percussão, bateria, afuchê, maracas, timbale e violão, e ainda era crooner na primeira Orquestra Feminina das Américas. Na mesma época, tocava alguns dias da semana à noite em um restaurante em Jundiaí e bateria no

³² Relatos da autobiografia indicam que Ruth era mãe de Nelson (p. 229). A autora cita ainda Nara (p. 35) e Liz como sobrinhas, mas não indica de quem são filhas.

horário de almoço com outro músico. À época, já tinha composições gravadas (foi contratada para a Orquestra por este motivo). Escrevia poesias durante este período e dedilhava piano também. Conta em MAFC que Esmeralda Munhoz, sua professora de português no ginásio particular, um dia pegou seu caderno de poesia como punição por não estar prestando atenção na aula, depois, se surpreendendo com a qualidade, levou as poesias da menina para serem lidas em um programa da Rádio Gazeta (RIOS, 2000, p. 41).

Dos treze aos quatorze anos venceu diversos concursos pelos contos que escrevia. Ainda aos quatorze (especificamente em nove de maio de 1946), escreveu uma carta “à minha mãe, ao meu pai, aos meus amigos” (RIOS, 2000, p. 113) em que afirmava já saber que enfrentaria as dores do mundo, mas que era forte o bastante para vencê-las. “[...] Eu sei, meu pai, que sou criança fútil, mas que será inútil tentar demover-me, dessa estranha e absurda luta, que irá vencer-me pela força da fama que esgana, com as contradições do Amor e da Maldade Humana!” (RIOS, 2000, p. 114).

Esta relação de êxtase a levou a terminar *A Volúpia do Pecado*, seu primeiro romance publicado aos dezesseis anos em 1948. Durante o processo contou com a ajuda de Roberto Zorzella, seu vizinho, que emprestava a máquina de escrever para que ela pudesse terminar o livro. O empréstimo era rotina todas as noites, das 19h às 07h. A publicação ocorreu de maneira independente com a ajuda financeira de sua mãe, já que havia sido rejeitada pelas editoras a que levou o manuscrito. Conta em MAFC que a mãe se sentiu traída com toda a exposição que o livro trouxe à filha, e que embora não o tenha lido, tinha conhecimento dos contos e crônicas infantis, pueris, publicados anteriormente.

Nunca pedi perdão à minha mãe por isso, nunca me passou pela cabeça, mas será que deveria ter pedido perdão?! Em princípio eu não a enganara, desde que a fizera jurar que não leria o livro! Era de se supor que havia alguma coisa para se desconfiar. Não se tratava mais de continhos infantis, scripts melosos, crônicas piegas! Poesias românticas! Como poderia ela supor? Tudo o que eu escrevera antes da publicação do romance “A Volúpia do Pecado”, era tão infantil e puro, por isso ela foi ingênua. Com certeza se tivesse lido os originais antes, não teria dado o dinheiro para pagar a gráfica, mas eu, também com certeza teria dado um jeito! (RIOS, 2000, p. 232)

O heterônimo Cassandra Rios surge ainda quando criança, e Odete nega que tenha vindo da profetisa da mitologia grega.

Eu ouvia esse nome. Escutava alguém me chamar de Cassandra. [...] Ouvia e tinha sonhos... [...] Eu era menina e fui pegar um retrós para minha mãe. Abri

a gaveta e ouvi atrás de mim uma voz, ‘Cassandra, Cassandra’ [...] Eu tinha uns 9 anos. [...] (LUNA, 2001, p. 10)

A escritora conta que ouviu mais de uma vez a chamarem pelo nome. Sabia que era com ela que falavam, mas não entendia o porquê de ouvir um nome diferente do seu.

A primeira grande matéria sobre Cassandra Rios foi escrita por Marcos Sá na revista *O Mundo Ilustrado* em 1961, treze anos após sua primeira publicação, e anunciava “Esta é a mulher maldita” com uma foto da escritora ao lado. Sua identidade, até então não revelada midiaticamente, mostra uma mulher sentada na beira da praia, de cabelos curtos, camisa, calça e sapato social. Esta divulgação tardia de quem era a autora mais proibida do país tomou proporção nacional e não permitiu que continuasse assim.

A ‘escritora maldita’ nunca foi identificada. Seus leitores nunca souberam quem era Cassandra. E não podiam ir além dos textos de suas obras. [...] Muitos pensam ser ela uma figura inexistente, apenas o pseudônimo de uma mulher horrenda ou algum escritor. [...] É uma môça [sic] comum. Muito tímida, que evita comparecer a reuniões e nunca promoveu tarde de autógrafos, pois considera isso desnecessário para vender. (SÁ, 1961, não p.)

Esta timidez e os poucos eventos logo se transformariam em uma sucessão de entrevistas em jornais, revistas e televisão, além de eventos de lançamento de livros, de filmes e até mesmo uma candidatura política. A matéria peca pelo erro de dizer que a carreira da escritora iniciou aos dezessete anos, quando na verdade foi aos dezesseis.

Rios afirma, como em todas as entrevistas que deu em vida, que não levava a sério as críticas às suas obras, pois nunca havia recebido *review* de algum profissional sério, e que se manteria firme sabendo que no futuro sua contribuição à literatura (e às discussões LGBTIA+) seria reconhecida. Muitas das críticas direcionadas à Cassandra Rios eram publicadas em formato de resenha em jornais ou revistas, conseqüentemente chegando ao conhecimento da escritora.

[...] Esta é a nova obra [Muros Altos] da escritora que pertence ao círculo ‘maldito’. Maldito, sim, porque ela não teme em retratar os problemas do quarto sexo abordando nas suas obras uma análise psicológica e colocando o leitor numa atmosfera densa, mostrando sem escrúpulos o falso véu que envolve uma sociedade hipócrita, porque vive tão somente a se ludibriar. Cassandra, considerada por alguns míopes como uma escritora pornográfica e nociva, porque tais elementos são incapazes de interpretar a mensagem objetiva e realista das suas obras, e levados por este obscurantismo, é-lhes mais fácil acunhá-la de imoral, indecente e pornográfica. [...] Infelizmente,

devemos concordar, que falar da verdade é criar para si mesmo um exército de inimigos. [...] (LAHDO, 1967, p. 4)³³

A autora usava da justificativa para as críticas o fator de que não a obra não havia sido lida corretamente e que os críticos estariam apenas à procura de sexo e palavrões para assim maldizerem seus livros.

Cassandra Rios afirma que foi na década de 1950 que recebeu a primeira “proibição”: uma lista dos seus livros que estavam sendo excomungados pela igreja que frequentava. Enquanto lia a lista, uma senhora sussurrou para ela:

Não ligue não, todos adoram seus livros. As pessoas leem a lista na porta e correm direto até as livrarias para comprá-los. Essa é sua maior propaganda. [...] Tenho um filho *problemático* que eu adoro e agora sei que ele não é único [...] (RIOS, 2000, p. 48, grifos da autora)

Ao passo que Rios continua: “Problemático queria dizer homossexual” (p. 48).

Odete nesta época não havia sido revelada como a pessoa por trás de Cassandra Rios. Questionando à senhora como é que ela sabia que Odete era Cassandra, esta afirmou que uma amiga de sua mãe havia lhe contado. As primeiras proibições oficiais, entretanto, ocorreram em 1952, em que a autora foi intimada da primeira à nona vara criminal, condenada a um ano de prisão, mas sem ser presa pois recorreu. Em 1962, se tornam públicas e mais rígidas as determinações jurídicas que tentam prender a escritora polêmica.

Por determinação da Procuradoria Geral da Justiça, a Delegacia de Costumes expediu ordem de serviço aos seus agentes, no sentido de que a escritora Cassandra Rios seja localizada, presa e conduzida àquela especializada, para ser indiciada em inquérito por crime de corrupção. Cassandra é autora de vários livros, todos eles de natureza pornográfica. (ÚLTIMA HORA, 1962, p. 2)³⁴

[...] Prende-se o inquérito à publicação, por Cassandra Rios, de um livro intitulado: Eudemonia, que as autoridades consideram pornográfico. Os exemplares já foram apreendidos pela Polícia. [...] [Alberto Silva Franco] nega haver ameaça de prisão de Cassandra Rios, acentua que não se acha ela ameaçada de coação legal. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1962, p. 2)³⁵

³³ LAHDO, Bernardo Elias. Cassandra Rios: a escritora maldita. **Tribuna Liberal**, Cuiabá, abr. 1967. Ano 3, n. 135, p. 4.

³⁴ Acontecimentos de Última Hora. **Última Hora**, Rio de Janeiro, mar. 1962. Ano XI, n. 3.591, p. 2.

³⁵ Denegado habeas-corpus a Cassandra Rios. **Diário do Paraná**, Curitiba, mar. 1962. Primeiro caderno, ano VII, p. 2.

Em 1963, mais uma polêmica surge na vida da escritora. Cassandra Rios foi acusada publicamente de ter sequestrado uma menina de quinze anos após o desaparecimento da jovem. O argumento de acusação era de que haviam sido encontrados no quarto da sequestrada livros de Rios com dedicatória; por serem cientes da censura imposta à ela, os pais acusaram a autora pelo crime.

As acusações de rapto e sedução que lhe foram feitas pelos pais de uma menina de 15 anos, a quem teria dedicado livros imorais, a escritora Cassandra Rios considera ‘chantagem para extorquir dinheiro, pois não é a primeira vez que sou chamada de corruptora e que aparece alguém tentando arrancar de mim o dinheiro que não tenho, apesar da fama que os meus livros alcançaram.’ (ÚLTIMA HORA, 1963, p. 3)³⁶

[...] é apontada [Cassandra Rios] como sequestradora e corruptora de uma jovem de 15 anos, cujos pais, residentes numa humilde habitação de São Miguel Paulista, procuraram a Polícia Feminina para o registro da queixa. O caso foi entregue à Delegacia de Costumes, que está procurando localizar Cassandra Rios para explicar sua ligação com a jovem que se encontra desaparecida há vários dias. (DIÁRIO DA NOITE, 1963, não p.)³⁷

O caso desvaneceu por si só, com pouca repercussão e não há mais informações sobre o retorno da menina ou sobre o andamento do caso.

Em 1974, Cassandra Rios já havia vendido mais de um milhão de exemplares de livros e estava nos nomes brasileiros mais falados. Era um dos períodos de maior represália da Ditadura Militar e a autora fazia questão de separar e defender suas questões pessoais (moralistas, como ela mesma afirmava), de seu heterônimo excomungado. Embora assinando a entrevista como Cassandra, a escritora fazia questão de deixar claro que Odete também “aparecia” nos momentos em que queria desviar de perguntas sobre sua sexualidade. Na entrevista dada para a *Manchete* em 1974, citada no início deste tópico, Rios se afirma moralista muitas vezes, e diz que queriam que ela se transformasse em Cassandra, “aquela de quem falam coisas horríveis” (GANDARA, 1974, p. 55), ao invés de separar sua identidade real de seu heterônimo.

Com quarenta e um anos à época, e sendo publicada há vinte e seis, a escritora não gostava de falar sobre os processos judiciais que sofreu, seu breve matrimônio e

³⁶ Cassandra Rios acusada de seduzir menina de 15 anos. **Última Hora**, Curitiba, jul. 1963. Ano III, n. 659, p. 3.

³⁷ Cassandra Rios acusada de rapto e corrupção de menor. **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, jul. 1963. Ano XXXVIII, n. 11.808.

suas obras. Era mais conveniente ser vista como a mulher que ela acreditava ser: uma pessoa simples, caseira, moralista e reservada. “Odeio falar sobre sexo e não gosto de ser Cassandra Rios quando me vêm com certo tipo de perguntas.” (GANDARA, 1974, p. 55). Esta ambiguidade entre ser assumidamente uma escritora resistente e uma mulher comum era como ela fazia questão de ser retratada em todas as declarações que dava.

FIGURA 2 – CASSANDRA RIOS EM 1970



FONTE: Fotografia de Luigi Mamprin para a Revista Realidade.

“É mais fácil – e mais seguro – esconder-se na pessoa de Odete Rios”: Gandara (1974, p. 55) sugere o que talvez seja o palpite mais correto da decisão de Rios em afirmar ser uma pessoa diferente de quem assinava suas obras.

Para Fernando Luna, em 2001 na Revista TPM, Rios fala sobre essa separação de personalidades: “A Odete sou eu, a Cassandra sou eu quando escrevo.” (2001, p. 9). O entrevistador questiona se não é estranho falar de si na terceira pessoa, ao passo que ela responde: “Não, porque sou a Odete. Quando falo da Cassandra é aquela que criei, aquela que as pessoas vêm [sic]. Foi muito difícil para mim separar a Cassandra da Odete. [...] Odete é aquela coisa pura, quieta, encolhidinha.” (LUNA, 2001, p. 9). Ser Cassandra dá trabalho, leva à prisão, chacota, processos criminais, roubos, difamações. Ser Odete permite ter relacionamentos, não falar de sexualidade, se manter em família.

Ser Odete possibilita ser a pessoa comportada esperada pela sociedade (ainda que fosse uma mulher lésbica, a escritora nunca admitiu isso para qualquer veículo; mas falarei disto adiante).

Rios separava o trabalho da família (a Odete não falava da Cassandra), embora tenha sido a imagem de imoral que lhe proporcionou a fama e o conforto que tanto fazia questão de declarar: “Só com os lucros de O Bruxo Espanhol, Cassandra adquiriu o apartamento em que trabalha. E pôde se dar ao prazer de comprar à vista um enorme carro de luxo e iniciar uma coleção de automóveis.” (GANDARA, 1974, p. 57).

A escritora mais vendida da época deixava a tarefa de defender suas obras às suas leitoras:

Quem a defende [as obras] são aqueles que não lêem [sic] só algumas cenas isoladas, que não procuram apenas certas páginas. São aqueles que entendem que meus personagens, sendo pessoas de emoções fortes, quando se encontram numa cena íntima vão trocar apenas um beijo terno. (GANDARA, 1974, p. 55)

Em 1974, período vigente do Ato Institucional N.º 5, Rios aparecia em pouquíssimos programas de televisão e raramente concedia entrevistas a jornais; aquelas que aceitava, deveriam ser feitas em seu apartamento sob suas condições (e assim foi em todas as entrevistas que concedeu). Fazia questão de se recusar a responder qualquer pergunta que tocasse na censura, e cobrava o cachê mínimo de mil cruzeiros (moeda vigente da época) para aparecer na mídia.

A facilidade com que Cassandra Rios aborda a temática sexual em seus romances, principalmente o homossexualismo feminino (assunto da maioria dos seus livros), se transforma em assunto proibido quando ela conversa. A escritora perde a espontaneidade e dá a impressão de se sentir ofendida com as perguntas. (GANDARA, 1974, p. 57)

Era a única mulher no país que vivia tranquilamente de renda de livros, uma média de vinte mil cruzeiros por mês nos anos 1970 (a escritora relatava que sofria diversos roubos de direitos autorais e que, inclusive, muitas obras circulavam de forma pirateada, além das perdas devido às proibições de livros; este valor poderia ser muito maior caso suas obras circulassem de maneira justa).

Na capa do Pasquim, em 1976, estampava a afirmação de que Cassandra Rios havia vendido 1 milhão de exemplares (embora já tivesse alcançado o número em 1974) de livros e possuía 36 obras apreendidas. Em entrevista à Ione Cirilo, Rios conta que seu envolvimento com a escrita se deu muito precoce. Aos quatro anos já escrevia seu

nome e aos dez já tinha diversas poesias, contos e crônicas escritas. A publicação de *A Volúpia do Pecado* ocorreu aos seus dezesseis anos, mas “a moça da pastinha”, apelido que recebeu à época, tentava a publicação de seu original muito antes disso. Depois, apelidada de “escritora maldita”, ela diz que sua intenção nunca foi publicar livros pornográficos:

Todos repisam que faço literatura pornográfica. Não é nada disso, não. Pornografia seria a exaltação de um vício, de atos libidinosos, prostituição impressa. *Se falassem que existem nos meus livros cenas obscenas... estariam mais próximos da verdade.* Porque a obscenidade existe, é uma verdade. Não é um crime. É um nome que se dá a coisas que não podem ser feitas publicamente. [...] Eu fico realmente indignada e pergunto por que dizer que um livro é pornográfico quando tendo 400 páginas, tem algumas cenas de amor? *Por que é pornografia? Porque ele está tratando de um assunto que é a tragédia de todas as épocas? Como o homossexualismo [sic] por exemplo?* (CIRILO, 1976, p. 7, grifo meu)

A escritora dizia que sua moral era um valor pessoal (assim como justificavam os censores), mas de modo algum achava a homossexualidade um pecado, afirmando que:

Pra mim, o homossexualismo [sic] é uma forma especial de amor, como qualquer outra forma especial de amar. [...] Um dia meus livros poderão até servir como estudo do modo de vida dessas criaturas, do relacionamento entre elas, de como pensam e o que sentem. (CIRILO, 1974, p. 8)

Mesmo declarando durante toda a censura que retratava apenas a vida e o amor cotidiano entre suas personagens, a escritora sabia que suas obras eram uma forma de resistência e manifesto a favor de pessoas LGBTIA+ silenciadas naquela Ditadura, mesmo que esta afirmação tenha sido dada tardiamente.

As críticas à autora persistiram por muito tempo, e muitas delas eram feitas de forma pública por escritoras renomadas. Fernando Sabino, autor de *O Grande Mentecapto* (1979), disse ao jornal *Tribuna da Imprensa*³⁸ em 1979:

O sujeito que escreve deliberadamente para ganhar dinheiro, pornografia? Isso tudo é m.... Cassandra Rios só faz porcaria. Jamais defenderia um livro dela que é a baixa, baixa pornografia. Mas eu posso estar enganado. Daqui a uns cinquenta anos vai chegar alguém e pode descobrir que ela era um gênio. (ANJOS; RODRIGUES, 1979, p. 5)

³⁸ ANJOS, Erildo dos; RODRIGUES, Bete; ALMEIDA, Amylton de. Conheça um Fernando Sabino Diferente. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, dez. 1979. Suplemento da *Tribuna*, ano VII, n. 342, p. 5.

A escritora se defendia publicamente de críticas à sua escrita:

Se um crítico me tacha de literatura inferior, semianalfabeta... eu dou risada. Ele é um carente, ele necessita de um degrau para subir. E eu me sinto um degrau, um pedestal pra colocar esse crítico lá em cima. (CIRILO, 1976, p. 7)

A censura fez com que a escritora sentisse seus direitos humanos cerceados, sem que houvesse alguém para defendê-la. Declara, após Cirilo perguntar se lhe tiraram um pedaço de sua identidade:

Me tiraram inteira. Aqui está um fantasma. Morri mesmo. Pra satisfação de quem se empenhou em me proibir, pra satisfação de quem me rejeita, pra satisfação da calúnia. Mas ainda me sobrou coragem para afirmar que morri mesmo. É desencontro, frustração, abandono, decepção. (CIRILO, 1976, p. 9)

Rios comenta que diante de tantas proibições (e garante que foram os editores que informaram a quantidade de proibições a ela), livros inéditos seriam publicados por ela no exterior e depois começariam a circular pelo país, acreditando que assim não seria proibida. Diz convicta que sempre foi a favor da censura prévia, embora a achasse radical.

Desde que a censura chega, e não está cerceando a criação, mas já vem proibindo violentamente, irremediavelmente, faço uma opção: antes a censura prévia. O escritor pode limitar-se ou até parar de escrever porque sabe que determinadas coisas não pode criar. Aí eu... faria literatura infantil, como já fiz. (CIRILO, 1976, p. 8)

Em 1980 Rios aparece novamente em entrevista para a Manchete com a chamada “Sou Moralista Intransigente”. Camisa, gravata, blazer, calça com cinto e botas até o joelho, assim foi a vestimenta para a entrevista em sua casa, muito parecida com a relatada por Gandara em 1974:

No “pequeno e impenetrável mundo” de Cassandra Rios é possível surpreendê-la sorridente. Às vezes até brincalhona. Quando sorri, revela uma covinha no lado direito da face que atenua a rigidez dos músculos faciais. E mostra uma dentição perfeita. De dentes alvos e brilhantes que vivem escondidos por detrás da boca amarga, seca, de lábios extremamente finos. Os cabelos estão sempre cuidadosamente presos na nuca. A maquiagem é leve, quase imperceptível. A fala é calma, mansa – quando não provocada. E revela fragilidade. Dizem que ela nunca ri. E que não sabe usar de sarcasmo ou ironia.

A fragilidade da voz se choca com a severidade dos trajes. Está sempre de calças compridas, de preferência jeans. Camisas largas ou coletes de brim. Sua

cor preferida é a azul, mas também usa marrom, preto e cinza. Sua roupa social preferida são terninhos, de corte conservador. Sapatos italianos. Não gosta de joias. (GANDARA, 1974, p. 57)

Walterson Sardenberg Sobrinho afirma que era ela quem provocava “[...] o pavor das entidades de defesa dos bons costumes e faz a delícia dos adolescentes ansiosos por suas páginas de delírios e taras sexuais [...]” (1980, p. 23). Apesar de ter recebido diversos apelidos pejorativos, sendo os mais conhecidos “rainha dos malditos” e “papisa do homossexualismo” [sic], a escritora afirmava que o único aceito era o de “autora mais proibida do Brasil”, visto suas 36 obras censuradas³⁹, e o utilizava, inclusive, na capa de suas publicações.

FIGURA 3 – CASSANDRA RIOS E “PABLA” ORTEGA



FONTE: Fotografia de Wilson Chumbo, Manchete, 1980.

Na mesma entrevista, entre diversas fotos da escritora, há uma com Pabla Ortega, sua secretária-executiva. Rios afirma que “ela é como uma filha” e Sobrinho diz

³⁹ O levantamento de Reimão (2011) e o de Silva (1989) (ver tópico 3.1) sugerem a metade deste número. A probabilidade é a de que muitos documentos oficiais foram perdidos e assim as pesquisas não alcancem o mesmo número.

que a escritora possuía duas residências, um apartamento em São Paulo e uma casa de campo em que vivia com sua “secretária” em meio a projetos literários e cursos para o cinema, devido às adaptações que suas obras sofriam (SARDENBERG SOBRINHO, 1980, p. 24). Pabla Ortega se torna a partir da fotografia em revista nacional, uma figura mais conhecida da vida de Rios.

Pedro de Castro Amaral Vieira (2010) afirma que Pabla era um nome fictício para Vera, sua companheira amorosa. Kyara Maria Almeida Vieira (2014) cita Vera e Pabla como duas pessoas distintas, estando Vera a acompanhando em 1978 e Pabla a partir em 1980. São mencionadas como acompanhantes nas entrevistas:

Sobre seus amores, Cassandra Rios não fala tão explicitamente os nomes delas. Mas, no jornal Lâmpião da Esquina (1978), que realizou entrevista no apartamento de Cassandra Rios, Vera foi citada como sua “amiga”, e não só participa da entrevista contando, como testemunha, uma suposta adivinhação que Cassandra Rios fez num restaurante em Santos, como também é Vera quem vai buscar a comenda que Cassandra Rios ganhou do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais em 1964. Outro que nome que aparece é o de Pabla Ortega, que participa da entrevista realizada pelo jornal Lâmpião da Esquina em 1980, definida como “secretária” de Cassandra. O nome de Pabla Ortega volta a aparecer em entrevista que Cassandra Rios concedeu à jornalista Lenira Alcure para a Revista Fatos e Fotos (1983), e a jornalista faz menção discreta, em momentos distintos da entrevista, a “uma aliança fininha” tanto na mão esquerda de Cassandra quanto na de Pabla Ortega, que ao chegar ao Restaurante Bastidores com sua irmã, onde foi realizada a entrevista, Cassandra Rios se referiu como: “Essa é a minha família.” O nome Pabla também é citado em Mezzamaro, Flores e Cassis (2000, pp. 259, 279, 282) quando Cassandra Rios menciona a companhia de sua “secretária”, em viagens que fez para Recife e Salvador em início da década de 1980. (VIEIRA, 2014, p. 133-134, grifo meu)

A informação de Vieira (2014) pode ser entendida de forma ambígua pois não foi “Vera” quem estava com Rios quando esta ganhou a medalha por mérito social em 1964, mas sim que foi Vera quem a buscou no quarto durante a entrevista para o Lâmpião da Esquina (1978) quando Rios, citando a medalha, pede para que ela busque e mostre aos entrevistadores.

Não apenas uma secretária, Pabla era um pseudônimo para Vera Lúcia Ortega Menezes, conhecida como “Verinha” e que, muito provavelmente pela lesbofobia que sofriam as mulheres lésbicas da época (e sofrem ainda), não revelava muitos aspectos de si. A suposição é de que Vera tenha dado seu nome real poucas vezes (como no Lâmpião da Esquina) e, após desconfianças do relacionamento das duas, tenha começado a utilizar Pabla e apenas o Ortega de seu sobrenome.



FONTE: Reprodução.

Na entrevista citada por Vieira (2014) para o *Lampião da Esquina* (1978), Vera aparece como fazendo apenas uma pergunta “a do garçom?” (p. 8) para confirmar uma história que Rios contava, ao passo que ela responde “ela é testemunha” (p. 8). Vera, assim como Glauco Matoso, um dos entrevistadores, são os únicos que não aparecem nas fotografias divulgadas.

Já em 1980, para o mesmo jornal, Pabla é mencionada como secretária e seu nome é divulgado duas vezes como tendo feito dois comentários: “Todo mundo pinta a Cassandra como aquele mito, inacessível... Mas na verdade Cassandra é um bichinho assustado.” (p. 16) e

Você não acha que o machismo tenha influenciado para que o final do filme [Ariella] fosse modificado, não permitindo que a mulher saísse vencedora em relação ao homem e que, por outro lado, descartou-se a hipótese de um *happy end gay*? (p. 17, grifo da autora)

Em MAFC (2000, p. 24), Rios afirma que

Passo a vida inteira curtindo o sentimento do primeiro amor aos meus dezesseis anos, ou uma paixão que acendeu-se na troca de um olhar e ficou por isso mesmo durante mais de dez anos. [...] *Mas confesso que amei alguém, por longos dez anos, em segredo, após desligar-me de um antigo amor de aproximadamente vinte anos.* Talvez eu não tivesse tempo para amar mais! Vivia só para escrever! [...] Para revelar a verdade, amei verdadeiramente, durante toda minha vida, apenas duas pessoas, a primeira e a última! A única que não traiu foi a primeira! Naturalmente poderia um psicólogo analisar que

o amor de uma adolescente é mais forte e definido, que atingindo a maturidade vamos nos tornando mais sujeitos a influências de emoções, e podemos cometer deslizes. Foi o que se deu comigo. (RIOS, 2000, p. 24, grifo meu)

Neste excerto a escritora afirmou amar apenas duas pessoas em sua vida: alguém dos dezesseis anos por aproximadamente vinte anos (até os 36 anos de idade, em 1968) e a outra por dez anos, em segredo (que, pelas datas sugeridas, poderia ser Vera/Pabla). Diz, sofrida, que traiu a segunda. A justificativa de “não traição” à primeira é por acreditar que o amor adolescente é mais forte e definido. Não expõe no relato se foram homens e/ou mulheres, mas todas as pessoas que conheceram a escritora afirmavam sua orientação sexual como lésbica.

Em sua última entrevista pública para Luna (2001), a escritora declarou: “Cassandra Rios é uma homossexual, porque escreve defendendo a homossexualidade.” (2001, p. 11). Quando perguntada sobre Odete, responde que “A opção sexual da Odete é uma coisa... *[Bruscamente]* Acredito que você poderia respeitar minha privacidade! Acho que pelo menos a Odete deve ficar incógnita. Escritor é um mito, tem que se preservar, não tem que aparecer.” (LUNA, 2001, p. 11, grifos do autor).

Sendo uma mulher de intensa fé, quando recebeu a notícia de que sua mãe havia ido para o Centro de Terapia Intensiva (CTI), nos anos 1990, Rios prometeu que jejuaria no dia que ela saísse de lá, assim como prometeu não comer mais carne bovina por um ano e viveria em castidade dali em diante. Três dias depois recebeu a notícia de que a mãe saíra do hospital, e afirma “cumpri rigorosamente as promessas! Até revelei para a pessoa que eu amava, a promessa e troca que fizera, por isso só poderia contar com a minha amizade, meu amor estava enterrado, trocado pela saúde da minha mãe.” (RIOS, 2000, p. 236). A sugestão é que de esta pessoa fosse Vera, pois anteriormente havia confirmado a ação: “[...] não me gasto, não me uso, não me empresto, não me dou, como disse alguém, quando desculpei-me com um fiz voto de castidade [...]” (RIOS, 2000, p. 24, recorte suprimido da citação anterior).

Muitas páginas depois em MAFC, retornando às narrativas sobre seus amores, Rios é sucinta:

Amores?! Poucos! Todos preciosos e simples, sem escândalos, como se atreveram a inventar. [...] Foram sentimentos trocados com pureza, pela atração exercida de um ser sobre o outro, igualzinho como acontece com todo mundo, algumas brigas, separações, finais sempre felizes porque a amizade prevaleceu. *Desses relacionamentos duradouros posso contar fácil, não*

ultrapassam os dedos da mão, da direita, sem dúvida! Para que mencionar essas pessoas maravilhosas que alguma vez disseram que me amavam, se seguiram outros rumos, comprometeram-se com outros amores e devem estar felizes. [...] (RIOS, 2000, p. 238, grifo meu)

Um corte temporal necessário que precisa ser feito aqui é o de que Rios casou muito jovem com um homem, amigo de longa data, apenas para poder sair de casa sem decepcionar sua família e sociedade; por este motivo é citada como desquitada em algumas entrevistas. Rios fala sobre o casamento para Luna (2001): “Ah, casar... Nossa! Minhas irmãs casaram na igreja, eu tive que casar na igreja. Mulher que passasse dos 18 anos era considerada solteirona. Era uma época castradora.” (LUNA, 2001, p. 6). Quando perguntada como foi este período, responde dispersa “[...] É uma coisa que guardo com todo carinho. É sublime. *[Enfática]* Deixa a história de casamento de lado, não tem nada a ver, não tem nada a ver.” (LUNA, 2001, p. 6, grifos do autor). Para a revista Realidade (1970) a autora havia declarado que noivara duas vezes (sem mencionar com quem) e que o tal casamento era uma farsa combinada:

Eu tinha um grupo de amigos, e combinei com um dêles [sic] a farsa completa: namôro [sic], noivado e casamento, com véu e vestido, convidados, igreja e tudo. Fêz-se [sic], assim, no melhor estilo católico e burguês. Após a cerimônia, fomos para a lua-de-mel: o Eugênio para o Rio, eu para o Guarujá... (RIBEIRO, 1970, p. 118)

Para a mãe, o divórcio ocorreu porque o casamento entre os dois não deu certo, mas Rios é sucinta: “Para êles [sic], a filha casada era um suspiro de alívio; para mim, foi o grito de libertação.” (RIBEIRO, 1970, p. 118). Inclusive, de maneira literária e ficcional, a escritora se lançava a questionar quem eram as mulheres lésbicas e que tipo de identidade elas assumiam conforme determinado jogo. Se à noite eram casadas com homens, de dia eram mulheres apaixonadas pela vizinha, chefe ou colega de trabalho. Rios traça caminhos em suas obras em que cutuca as diferentes posições que estas mulheres ocupam (inclusive ela mesma, por que não?), fossem elas tensionadas pela cisheteronormatividade ou receio de se encontrar em uma nova identidade. A autora publicamente proibida que era introvertida no círculo familiar e de amigos, também nos oferece certa ambiguidade passível de ser questionada: que mulher era aquela? Como as influências católicas de sua infância e adolescência a moldaram? Em que momento tomou para si a identidade do heterônimo Cassandra, que oferecia características próprias? O período histórico em que viveu lhe oferecia suporte –

inclusive teórico – de se apropriar das teorias feministas para apresentá-las de outra maneira?

Jandiro Koch, em março de 2021, divulgou uma entrevista concedida a ele por Vera/Pabla Ortega em 2013, em que esta conta como foram seus treze anos de convivência com a escritora. A conversa, porém, foi divulgada como póstuma pois a entrevistada faleceu em 2019.

Koch, especialista em gênero e sexualidade, conta que seu interesse por Cassandra Rios é antigo, e se diz um dos maiores colecionadores de materiais da autora. Começa seu texto afirmando que é quase impossível a separação entre as identidades Odete e Cassandra (sugestão de que eu mesma compactuo, conforme introdução desta pesquisa e menções ao longo do texto):

Nas entrevistas, ela reiterava uma explicação controversa de que Odette, seu nome de batismo, era uma pessoa, enquanto Cassandra Rios, com o qual assinava os escritos, era outra. Conversa tortuosa, provavelmente arquitetada para driblar a Censura, que andava no seu pé dia e noite – praticamente todos os seus títulos foram tirados de circulação. Argumentação que pode ter funcionado, porque não são raros os escritores que defendem o distanciamento de obra e biografia como pressuposto de análise. Todavia, no caso Cassandra-Odette, era embuste. Algo facilmente descoberto por leitores mais acurados desvela haver um bocado de autoficção. Nem tudo; nem nada. (KOCH, 2021, não p.)

Esta afirmação do pesquisador é importantíssima para compreender o desejo desenvolvido por ele em conhecer Rios e coletar materiais inéditos sobre a escritora. Impulso tanto que, apesar de se deparar com diversas afirmações públicas de que Rios não falava sobre sua sexualidade ou vida amorosa, buscou informações de pessoas que estiveram envolvidas na vida da escritora maldita.

Em 2013, após pesquisa *on-line*, encontrou Pabla (da figura 14) e decidiu visitá-la pessoalmente para uma entrevista em 2014 em São Paulo. No ocorrido gravou a conversa, mas quando retornou ao Rio Grande do Sul as pilhas vazaram e o material se perdeu. Felizmente, em 2013, quando encontrou a ex-namorada, o pesquisador enviou algumas perguntas por escrito, ao que ela respondeu e se tornou a entrevista divulgada em 2021. “Seu nome real era Vera, escrevia muito bem, algo constatado em um primeiro capítulo de uma biografia romanceada, que não foi adiante, na qual ela

pretendia contar suas experiências ao lado de Cassandra.” (KOCH, 2021, não p.). De agora em diante Pabla será referenciada somente pelo seu verdadeiro nome, Vera⁴⁰.

Vera afirma à Koch que conheceu Rios em 21 de abril de 1974 e o período de convivência entre as duas foi de treze anos (até 1987 aproximadamente), e negou, à época a informação de que era namorada: “Cassandra comentava muito pouco sobre a sexualidade, não cheguei a conhecer nenhuma namorada dela, ela era muito discreta.” (KOCH, 2021, não p.).

A entrevistada diz que à época que conheceu a autora, suas obras ainda estavam proibidas e que sua assistência jurídica vinha da Editora Record. Rios vivia unicamente da literatura e, sendo tão censurada, apelou no fim da década de 1970 e início de 1980 para pseudônimos masculinos pela Global Editorial para ser publicada (ver mais no tópico 2.3), estratégia que confirmava sua crença de que era proibida por ser uma mulher escrevendo romances lésbicos, já que com Oliver Rivers e Clarence Rivier publicava livros eróticos heterossexuais e nada acontecia.

Usei pseudônimos estrangeiros, pelo que senti estar sendo obrigada a prostituir minha arte. Assim descerrei a cortina para que vissem a cara suja da Censura e ouvissem o estrondo do seu tombo, quando lhe puxei o tapete. (RIOS, 2000, p. 134)

Por este motivo, Vera confirma que Rios era muito procurada e assediada pela mídia. Sua ousadia e até mesmo a maneira de se vestir, eram vistos como fatores que aguçavam a curiosidade, e que assim como a “inveja” que muitas escritoras sentiam das vendas da escritora, muitas outras se aproximavam com intenções de assim também chamarem atenção. Vera comenta que foi provavelmente integrante de vários textos de ficção da escritora, e que:

Cassandra conseguia mesclar ficção com realidade, muitas de suas obras foram feitas assim. Ela lia pra mim todos os capítulos assim que escrevia – menos os mais picantes. Li da Cassandra *Canção das Ninfas*, um livro lindo de poesia, aos meus 18 anos, e nem imaginava que um dia iria conhecê-la – aos 22 anos. (KOCH, 2021, não p.)

⁴⁰ Por ser uma citação informal opto por utilizar o primeiro nome, Vera, ao invés do último, Menezes, como costume em citações acadêmicas.

Quando Vera a conheceu, com 22 anos, Rios tinha 41 (completaria 42 em outubro). O relato de convivência com a escritora (já falecida à época da entrevista) é repleto de elogios:

Cassandra era uma pessoa maravilhosa, humana, educada, gentil, era uma romântica. Nós ríamos muito de pessoas que se aproximavam dela com superioridade, e depois se caíam [sic] de tanto dar em cima dela. Vi artistas, senhoras socialites, casadas, tentando flertar com ela descaradamente, [momentos em que...] ela nem parecia a escritora e, sim, uma pessoa tímida, por incrível que pareça. Vivíamos muito bem dentro de um mundo onde [a] poucas pessoas era permitido entrar. Quando terminamos nosso relacionamento, fui embora para a Europa, retornando para o Brasil em 2000, mas, nas viagens de visita à família aqui, de seis em seis meses, sempre jantávamos juntas e colocávamos as fofocas em dia. Cassandra foi uma pessoa muito querida e importante em minha vida. (KOCH, 2021, não p.)

A afirmação “quando terminamos nosso relacionamento” sugere, novamente, a realização efetiva de um compromisso de namoro ou até casamento, pelo período convivido. Koch, ao fim da matéria, diz que Pabla ainda teve relacionamentos com homens e teve um filho que chegou a conviver com Rios. A ex-namorada faleceu em 2019, conforme citou Koch, em um acidente de carro no Paraná⁴¹. À época, era empresária da Ortega’s Produções, com serviços de organização de feiras e marketing, no centro de Jaboti/PR.

Em 1984, Cassandra Rios retorna às notícias como sendo a primeira pessoa a gravar um audiobook brasileiro. Novidade à época, Rios foi convidada pela empresa de nome homônimo, Audiobook, para narrar a história de *Carne Em Delírio*, livro lançado por ela em 1950.

Na Europa, Estados Unidos e outros países adiantados, a fita cassete tem uma utilidade cultural bem maior que a de um simples veículo reproduzidor de música. [...] No Brasil, a novidade chega pela Audiobook (Rua da Glória, 190 c/301/221-5689, Rio) que está lançando no mercado o livro falado. Como o nome indica, é um K-7 destinado ao público que não tem, normalmente o hábito da leitura [...] O primeiro lançamento da Audiobook, já nas bancas de jornais, é *Carne em Delírio*, de Cassandra Rios [...] Acompanhando o tapecassete, que custa Cr\$ 12.990, o consumidor vai encontrar também um livreto com minibiografia da escritora e um breve comentário sobre ‘Por que Cassandra Rios é a escritora mais proibida do Brasil’. (ÚLTIMA HORA, 1984, p. 11)⁴²

⁴¹ “Colisão Frontal Entre Japira e Ibaiti Mata Mulher.” **NP Diário**, 8 maio 2019. Disponível em: <https://www.npdinario.com.br/cidades/colisao-frontal-entre-japira-e-ibaiti-mata-mulher/>. Acesso em 28 out. 2021.

⁴² Livro falado estreia com a ‘maldita’ Cassandra Rios. **Última Hora**, Rio de Janeiro, dez. 1984. Ano 34, n. 11.456, p. 11.

FIGURA 5 – CASSANDRA RIOS GRAVANDO AUDIOBOOK



FONTE: Fotografia de Gervásio Baptista em 1984 para a Manchete.

A escritora prometia 60 minutos de narração para aqueles que adquirissem o tape cassete junto do livreto contando sua trajetória.

Outra das descobertas na entrevista de Koch é a de que foi Vera quem lançou o nome de Rios como candidata política em 1982 (a entrevista menciona 1982, mas a efetiva candidatura ocorreu em 1986). Militante do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e empresária da escritora, Vera fez com que mais um marco importante na vida desta fosse realizado. Em MAFC (RIOS, 2000, p. 251), porém, a escritora afirma que foi Adhemar de Barros Filho que a convidou para ser candidata em meio à entrevista que ela realizava em seu programa de Rádio na TV Bandeirantes.

Em setembro de 1986, para o ChanacomChana, boletim organizado pelo Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF) (1981-1989), Rios conta sobre sua candidatura à deputada estadual de São Paulo pelo PDT, sob o n.º 12169. A entrevista⁴³ realizada pelo boletim é longa e exhibe uma mulher mais madura, cheia de propostas

⁴³ O documento digitalizado encontrado da edição do boletim está com as páginas embaralhadas, por isso, as referências em páginas poderão não estar em ordem (a entrevista organizada está da seguinte maneira, para exemplificar: p. 11, 18, 17, 16, 12, 15 etc.).

políticas e atenta aos movimentos sociais pautados na época. Os principais pontos de seu programa eram “uma sociedade mais livre, fraterna, igualitária” (GALF, 1986/7, p. 16). Na contramão do que disse à Gandara em 1974⁴⁴, no programa ela inclui as mulheres para que possam viver seus direitos de forma plena:

A mulher negra ela é discriminada enquanto mulher, enquanto negra, enquanto pobre. Precisamos acabar com essa discriminação para que haja igualdade de salários, segurança e equilíbrio, garantia de trabalho para a mulher. (GALF, 1986/7, p. 16)

Rios falava das pautas do feminismo, afirmando na candidatura que as mulheres deveriam poder se aposentar após vinte e cinco anos de trabalho e ganhar um salário igual ao do homem se exercida a mesma profissão.

FIGURA 6 – PANFLETO DE CANDIDATURA DE CASSANDRA RIOS



FONTE: Reprodução.

Especialmente sobre a diversidade, pauta que era “carro-chefe” da escritora, Rios afirmava que era necessário se atentar para a segurança e as necessidades de pessoas LGBTIA+ que sofriam pela violência, inclusive ela mesma: “respondi processo, tive até ordem de prisão e já me esbofetearam querendo que eu dissesse que era uma homossexual [...]” (GALF, 1986/7, p. 12). À época, sua resposta à pergunta se era válido

⁴⁴ “Sou antifeminista. Acho deplorável toda essa movimentação pela tal libertação da mulher. Berram por uma posição e não fazem nada para consegui-la. Desde que é gente, a mulher já tem seu lugar no mundo. A que berra é um fracasso. A verdadeira feminista é a que está trabalhando, em silêncio.” (GANDARA, 1974, p. 57)

o casamento entre homossexuais, Rios responde nas entrelinhas, de modo que a resposta poderia até ser considerada um desabafo:

Porque eu acho incrível e desumano que uma homossexual, ou um homossexual que tenha uma idoneidade moral, uma cultura elevada, uma conduta irrepreensível, que tenha assim um passado ilibado, que tenha se comportado sempre com decência e que não tenha nada atentatório contra a sua conduta moral no seio da sociedade, tenha que dividir a sua solidão e distribuir seus carinhos com um cãozinho, um gatinho, um vasinho de planta [...]. (GALF, 1986/7, p. 12)

A resposta parece um relato de si quando ela mesma alerta em todas as entrevistas ser uma pessoa solitária, culta, moralista, com poucos amores, sem atentar a moral à sociedade (já que afirma que é Cassandra quem faz isso, e não Odete) e amante de animais. A escritora não foi eleita mesmo com seus vinte mil votos, mas conta com orgulho que a experiência valeu a pena.

[...] O que valeu foi a emoção de estar diante de uma multidão que demonstrou carinho pela escritora Cassandra Rios e não pela candidata apenas. Esperando ser vaiada, quando aplaudida, mal pude ficar em pé, tanto me tremiam as pernas. (RIOS, 2000, p. 252)

Esta mudança de posicionamento da escritora (de antifeminista à defensora da igualdade das mulheres) tem muita relação com o período vivido à época da entrevista. Rios estava sendo entrevistada pelo GALF, um grupo ativista lésbico conhecido nacional e internacionalmente por seus posicionamentos frente a uma sociedade heteronormativa (ver mais no tópico 3.3), e vinha de recentes estreias de adaptações cinematográficas de seus livros de temática homoerótica (ver mais no tópico 2.3).

A década de 1980 gerou grande movimento para o ativismo lésbico e o cinema nacional. As pornochanchadas⁴⁵ exploravam a sexualidade feminina erotizada de maneira extrema. Populares e de massa, os filmes uniam cenas cômicas, ironias e até mesmo debates sociais por meio de uma linguagem simples. Sem intenção de dizer se

⁴⁵ Para saber mais sobre as pornochanchadas produzidas no período ditatorial brasileiro, recomendo: ALMEIDA, Guilherme Fumeo. **A política do cotidiano nas pornochanchadas**: construções fílmicas de relações interpessoais durante a ditadura civil-militar brasileira. 2021. 201 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2021.

os filmes de Rios podem ser considerados pornochanchadas ou não, fato é que eles circularam em um período histórico muito movimentado pelo “erotismo dissimulado”, que tentava fugir dos censores. Especialmente sendo sobre relacionamentos lésbicos, os filmes dos livros da autora reforçavam a sexualidade de maneira óbvia, e fugiam muitas vezes do que constava nos livros, conforme a própria Rios afirma em MAFC ao dizer que em *Ariella*⁴⁶ (1980) foi inserida uma cena de masturbação de uma personagem em outra, sem o conhecimento das atrizes e da escritora. Em *A mulher, Serpente e a Flôr* (1983), outra cena pornográfica foi adicionada posteriormente para que o filme figurasse na aba de pornografia das locadoras (RIOS, 2000, p. 132).

Em outro momento, a autora afirma que não queria que seus filmes fossem estereotipados:

[...] eu não queria que cinema com o nome de Cassandra Rios fosse um blefe, como muitos filmes baseados em romances. Então eu exigí que o roteiro [de *Ariella*], feito por mim, fosse seguido rigorosamente, sem transformá-lo numa pornochanchada. Isto era o mais importante para mim. (RIOS, 1980, p. 17)

Adrienne Rich (2010) (ver tópico 3.3), fala sobre a função da pornografia lésbica como

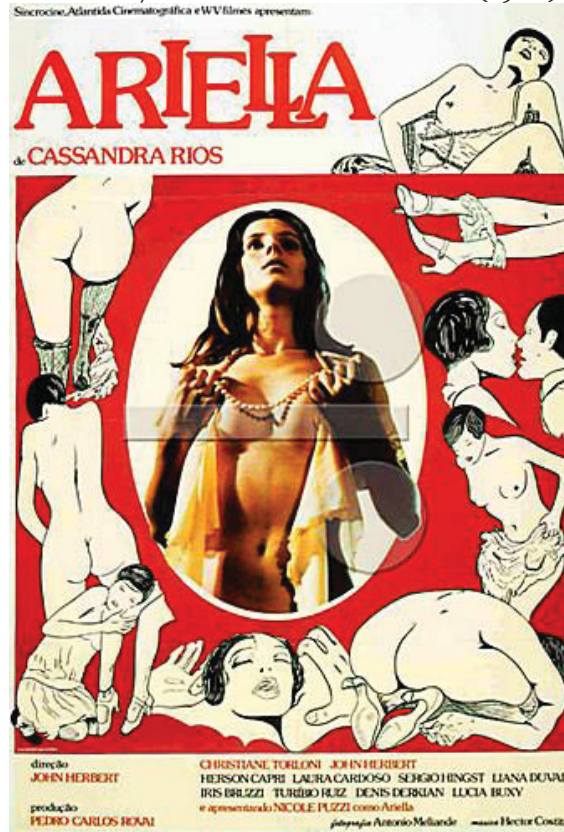
[...] uma grande questão pública de nossos tempos, quando uma indústria multibilionária tem o poder de disseminar imagens visualmente degradantes, crescentemente sadísticas das mulheres. Contudo, mesmo a propaganda e a pornografia, digamos, “leves”, apresentam as mulheres como objetos de apetite sexual sem nenhum conteúdo emocional, sem qualquer significado individual ou personalidade – essencialmente como uma mercadoria sexual a ser consumida por homens. (RICH, 2010, p. 26)

Embora os filmes da escritora não possam ser considerados propriamente pornografia, eles eram eróticos (indicados para maiores de dezoito anos) e exibiam relações lésbicas estereotipadas, culminando com a propagação da banalidade, conforme relata Rich. *Ariella* (1980), baseado no livro *A Paranóica* (1952), por

⁴⁶ “*Ariella* (Nicole Puzzi) é uma jovem confusa, bela e rica. Rejeitada pelos pais e irmãos, se sente uma estranha na própria casa e busca uma explicação para sua existência. Um dia, descobre que sua vida é mesmo uma farsa: órfã, é a única herdeira da fortuna dos verdadeiros pais e foi adotada por um casal de tios (Sérgio Hingst e Laura Cardoso), interessados em usufruir de sua riqueza. *Ariella* então decide se vingar seduzindo os supostos irmãos (Herson Capri e Dênis Derkian), a noiva de um deles (Christiane Torloni) e até o pai adotivo, desmascarando a família. A farsa termina, menos feliz do que ela esperava.” **Sincrocine e Tietê Produções**. “*Ariella*”. Disponível em: <http://www.sincrocine.com.br/producao/ariella/> Acesso em 27 maio 2022.

exemplo, era exibido em televisão aberta no período da madrugada e foi a adaptação mais promovida midiaticamente.

FIGURA 7 – CARTAZ DE “ARIELLA” (1980)



FONTE: Reprodução.

Cassandra Rios vai desaparecendo dos noticiários após a metade da década de 1980 e, a partir de 1990, são ainda mais raras as matérias sobre ela (as citadas são para falar de suas pinturas e vernissages). Sabe-se também que a escritora apareceu nos programas de televisão do Jô Soares⁴⁷ e no programa Silvia Poppovic em 1990 (muitas outras aparições são citadas com detalhes em MAFC).

Rios afirma que no momento em que decidiu parar de publicar⁴⁸, diversos meios de comunicação fizeram sátiras zombando dela, com enunciados “Cassandra Rios não será mais best-seller”, por exemplo. Conta que mesmo após o fim da Ditadura

⁴⁷ Parte da entrevista (1990) foi resgatada e pode ser acessada no blog Identidades Marginais pelo link: <https://www.identidadesmarginais.com/cassandra-rios> A entrevista aparece também no documentário *A Safo de Perdizes* (2013).

⁴⁸ A escritora conta que parou de publicar devido à constante perseguição, e esperou que tudo voltasse ao normal para que enfim retornasse ao mundo das publicações. Coincidentemente encerrou a carreira quando encerrou a censura. Não seria mais, assim, um nome no topo de vendas?

Militar suas leitoras compravam seus livros envergonhadas, e que a leitura se dava de maneira escondida, assim como ficavam os livros nas prateleiras. Em MAFC relata que

Devia ter publicado tudo o que escrevi e que está engavetado. Repito, eu jamais deveria ter parado! [...] Puxa! Eu já estava com quarenta e nove livros publicados! É tão simbólico este! Por essa razão, em prolegômenos festejo o quinquagésimo livro que ainda não publiquei e cinquenta e um anos de profissão! (RIOS, 2000, p. 272)

Pelos cálculos, Rios escreveu este trecho em 1999. A partir desta época a escritora se concentra em programas caseiros em São Paulo, dividindo seu tempo entre tocar violão, cuidar de seus animais e pintar telas. Explana em MAFC que após tantos roubos às suas propriedades e proibições de seus livros, foi acumulando dívidas e suas rendas foram se tornando escassas (além dos assaltos e proibições, conta que pessoas levavam seus materiais para cobrar direitos autorais e sumiam, inquilinos levavam móveis de seus imóveis alugados e amigas iam até sua casa e furtavam pequenos objetos). Foi preciso que, durante certo tempo, fizesse permutas de serviços textuais para que conseguisse o básico em sua casa e ração para seus pets. Sentia-se diminuída e ridicularizada por se submeter a estas situações, e foi nesse tempo que retornou a trabalhar como revisora, editora e *ghost writer* de livros (publicando alguns deles por sua própria editora chamada Cassandra Rios Editora), e voltou a vender telas realizando alguns vernissages. Permaneceu por nove anos fazendo estes serviços.

FIGURA 8 – CASSANDRA RIOS EM SUA MOSTRA DE ARTE EM 1993



FONTE: Fotografia Acervo O Globo.

Na retomada como revisora, se anima e sai à procura de seus livros em sebos, com intuito de reconstruir a coleção furtada. Volta a publicar em 1997 com *Entre o*

Reino de Deus e o Reino do Diabo, em edições caseiras, e afirma que na obra tinha “[...] sexo, sim! Claro! E lindo! *A la Cassandra*, como diriam não alguns, *pero mucha jente!* Além do mais, eu não poderia voltar, dando uma literata angelical [...]” (RIOS, 2000, p. 255, grifos da autora). Revisa alguns dos livros já publicados e torna a reescrever *MezzAmaro*, *Flores e Cassis*, iniciado em 1976. Já não havia mais medo, nem receio tampouco timidez em ir às ruas, pois certamente seria identificada por poucos e era pequena a possibilidade de rechaçamento.

No dia 28 de junho de 1999 (RIOS, 2000, p. 309), descobre graves problemas no coração, e mais tarde o câncer que a acompanhou por três anos. “De acordo com médicos, depois de todas as radiografias e exames, constatou-se que o mal localiza-se [sic] num lugar muito delicado e profundo, junto à coluna vertebral.” (RIOS, 2000, p. 208). Começa assim o processo de isolamento da escritora. Torna-se desapegada dos bens materiais, se concentrando em sua evolução espiritual. Nesta época, Rios era membra da Igreja Messiânica Mundial (mas também frequentava a Igreja Católica), e por este motivo optou por não realizar tratamento ou cirurgia, esperando por um milagre divino e praticando diariamente o auto Johrei⁴⁹ (o processo originalmente depende de um messiânico qualificado para ministrar o processo, mas Rios realizava o auto processo justificando que havia aprendido o ato com sua mãe, que também curava com as mãos), que prometia a cura por meio da luz divina. Relata, inclusive, que quando sentia as dores começarem, “[...] ministrava Johrei e a dor não acentuava, ao contrário, sumia. O milagre era do Johrei.” (RIOS, 2000, p. 300).

Conforme o tempo passava e seu quadro piorava, a escritora admite que “[...] vez ou outra, negligenciava Johrei, tomava um remedinho pra dor nas costas, medicamento sem contra-indicação [sic] que alguém casualmente me recomendara, e que o médico proibiu-me [sic] terminantemente de tomar.” (RIOS, 2000, p. 310). A negligência com sua saúde era dobrada: além de não realizar o tratamento recomendado (realizando somente o tratamento espiritual que menciona), tomava remédios que não eram devidos. Embora não gostasse do diagnóstico, nos relatos da

⁴⁹ De acordo com o site da Igreja Messiânica, o Johrei é “[...] uma espécie de energia espiritual, peculiar ao corpo humano, e seu componente principal é o elemento fogo. [...] Assim sendo, além de ser eficiente na eliminação das doenças, o elemento fogo possui mais um fator de importância decisiva: seu incremento no Mundo Espiritual acelera o processo de purificação do corpo material, porque a transformação ocorrida naquele mundo causa influência direta no corpo espiritual.” **IGREJA MESSIÂNICA MUNDIAL DO BRASIL**. Disponível em: <https://www.messianica.org.br/johrei> Acesso em 12 fev. 2022.

escritora é possível perceber a aceitação da morte e o desejo de encontrar com sua família, especialmente a mãe, no plano espiritual – era o que acreditava e menciona diversas vezes.

Após os anos 2000, a já escassa aparição se torna ainda menor. A entrevista concedida à Revista TPM (2001) (citada algumas vezes neste tópico) é sua última aparição pública, comparecendo posteriormente somente nas poucas manchetes que informaram seu falecimento.

Odete Rios faleceu em 8 de março de 2002 (coincidentalmente no Dia Internacional da Mulher), aos 69 anos, vítima dos diversos problemas de saúde (um tumor espalhado pelo organismo e problemas de coração) que a assolavam.

A escritora Cassandra Rios morreu ontem em São Paulo, aos 69, vítima de câncer. Cassandra ficou conhecida nacionalmente na década de 60 por escrever livros eróticos. Seu primeiro livro, "A Volúpia do Pecado", foi escrito aos 16 anos. Primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos, teve 36 livros proibidos pela censura do regime militar. A escritora será enterrada hoje, no cemitério Santo Amaro, em São Paulo. (FOLHA DE S. PAULO, 2002, não p.)⁵⁰

Sua trajetória repleta de censuras, se esvaiu com pouco alarde. Um silêncio ensurdecedor caiu sobre a escritora tão discutida nos anos ditatoriais.

Em 2013, Hanna Korich⁵¹ lançou sob sua direção o documentário *Cassandra Rios: A Safo de Perdizes*⁵². O filme de 62 minutos conta com depoimentos da família, amigas e pesquisadoras de Rios, além de trechos da entrevista concedida a Jô Soares em 1990 (pelo SBT). A trilha sonora é original, baseada em poesias da escritora.

O documentário retrata a trajetória de Cassandra Rios (1932-2002), escritora lésbica mais censurada pela Ditadura Civil-militar brasileira (1964-1985) sob alegação de pornografia, com 36 livros apreendidos, o que levou à sua bancarrota e ao fechamento de sua livraria. Ela foi a primeira autora a abordar o lesbianismo de forma aberta na literatura brasileira, tendo começado a publicar em 1948, e a primeira também a falar da mulher como um ser sexual, que tinha desejo. Bestseller absoluta nas décadas de 1960 e 1970, com mais de

⁵⁰ Morre em São Paulo a escritora Cassandra Rios. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, mar. 2002. Folha Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult9ou21966.shtml> Acesso em 01 abr. 2021.

⁵¹ “Hanna Korich é paulistana, advogada e graduada em Comunicação Social com especialização em Rádio/TV pela Faap, fez parte do Conselho de Atenção à Diversidade Sexual do município de São Paulo representando as lésbicas. Em 2008, junto com Laura Bacellar criou a primeira e única editora lésbica da América Latina – Editora Brejeira Malagueta. [...]” LEITE, 2014, não p.

⁵² Teaser oficial: https://www.youtube.com/watch?v=L9BqtvHebRo&ab_channel=doccassandrarios Acesso em 22 fev. 2022.

um milhão de exemplares vendidos, é autora de títulos como “A Tara”, “Tessa, a Gata”, “Volúpia do Pecado”, “A Paranóica”, entre outros. (ITAÚ CINEMAS, s/d, não p.)⁵³

Korich afirma em entrevista (2014) que conheceu os livros de Rios nos anos 1990 em um sebo, e se sentiu indignada pelo desconhecimento das obras pelo público em geral. Em 2012 participou do ProAc da Secretaria de Cultura de São Paulo e, ganhando, produziu o documentário diante o desejo de tornar a escritora lembrada. O título do filme remete à poetisa Safo e ao bairro Perdizes de São Paulo. Durante a coleta de informações para o filme, a diretora descobriu que havia sido vizinha de Rios por onze anos, e conseguiu algumas confissões de uma ex-namorada da escritora, que desistiu de última hora de gravar seu depoimento para o documentário:

[...] descobri que o casal nos anos 80 viajou até a Holanda para casar! A namorada relatou que Cassandra chegou em casa com duas passagens para Amsterdã de presente, havia decidido oficializar a relação das duas que ficaram juntas durante 13 anos. Com certeza era uma mulher a frente do seu tempo! [...] (LEITE, 2014, não p.)

Korich não divulga o nome da ex-namorada, mas diante das informações coletadas neste tópico, Vera Ortega era possivelmente esta pessoa, visto que em entrevista à Koch, Vera afirma que o período de convivência com Rios foi de treze anos e as duas eram vistas com alianças finas nos dedos. Nicole Puzzi, que protagonizou as adaptações *Ariella* (1980) e *Tessa, A Gata* (1982) (ver tópico 2.3), afirma que no fim dos anos 1970, Rios era casada com uma mulher, não negando sua sexualidade pessoalmente, mas que ao mesmo tempo não divulgava publicamente por medo da censura vigente. Liz Rios também diz que a tia era lésbica, mas que mantinha a discrição e apresentava a esposa como amiga.

O documentário corre o país desde seu lançamento nos mais variados espaços culturais. Em muitos saraus, eventos presenciais e *on-line*, Korich divulga a escritora e faz expandir o trabalho daquela que não teve oportunidade de ver sua reascensão.

Já em maio de 2012, foi instituída pela ex-presidenta (2011-2016) Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), um órgão que tinha como intenção apurar as violações aos direitos humanos ocorridos durante 1946 e 1988, passando pelo período da Ditadura Militar (1964-1985). O relatório produzido pela CNV foi

⁵³ Filme. Cassandra Rios: a Safo de Perdizes. **Itaú Cinemas**. Disponível em: <https://www.itaucinemas.com.br/filme/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes> Acesso em 22 fev. 2022.

entregue em dezembro de 2014 e dividido em três volumes, revelando uma série de abusos como torturas, execuções e desaparecimentos de cadáveres, além de tornar público os espaços e circunstâncias em que ocorriam as violações.

Especialmente sobre o segundo volume, com foco no regime ditatorial, Cassandra Rios aparece no texto 7 “Ditadura e Homossexualidades”, no subtópico “Censuras”. A autora é reafirmada como a “a artista mais censurada deste país durante a ditadura militar” (BRASIL, 2014, p. 305). Segue parte do trecho mencionado:

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. *As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade*. Os danos financeiros para ela e suas editoras eram enormes, pois as forças da repressão e censura retiravam as suas obras das livrarias e apreendiam os seus livros nas gráficas. Infelizmente, artistas e intelectuais que geralmente se mobilizavam contra os atos arbitrários da ditadura não chegaram a se solidarizar com Cassandra Rios na sua luta interminável contra a censura, provavelmente por causa do conteúdo das suas obras. (BRASIL, 2014, p. 304-305, grifo meu)

Os benefícios do relatório da CNV foram refletidos no resgate da memória social brasileira, para que não se comemore, nem se repita ou incentive qualquer ato que relembre os anos de violência extrema vividos, especialmente direcionados à diversidade e à escritora Cassandra Rios no campo literário.

2.3 MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO DE ODETE RIOS

Uma das demandas que surgiram tanto nesta pesquisa quanto durante meu trajeto acadêmico foi a de mapear a produção artística de Odete Rios, sob o heterônimo de Cassandra Rios e pseudônimos de Oliver Rivers ou Clarence Rivier (a partir do levantamento de estado da arte notei que outras pesquisas não abrangem todo o trabalho de Rios, ou sugerem números menores que os apresentados aqui). A tarefa se mostrou difícil e, por vezes, díspar.

Os levantamentos dos quadros 3, 4, 6 e 8 começaram a ser desenvolvidos em 2019, no Programa de Iniciação Científica da UFPR que participei durante a graduação (ver mais na introdução deste trabalho), e cresceram devido ao maior e constante tempo dedicado à pesquisa de mestrado. Ainda, elaborei outros quadros como

resultado da dissertação. O que se intenta com estes mapeamentos são checar fontes, convergir datas e ampliar outros mapeamentos a fim de que se tenha, finalmente, um material o mais amplo e aproximado possível com os acontecimentos históricos (visto o hábito de editoras da época de publicação de Rios de não informarem datas na ficha catalográfica). Espero que este conjunto de levantamentos auxilie e atenda as necessidades de futuras pesquisadoras ao se aprofundarem em Cassandra Rios.

O primeiro quadro deste tópico reúne os títulos de contos e crônicas publicados pela autora quando adolescente. Os títulos foram levantados a partir de declarações da própria escritora, seja em livros, entrevistas e autobiografias.

QUADRO 2 – CONTOS E CRÔNICAS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS

	TÍTULO	CATEGORIA
1	O Romeu Moderno	Crônica
2	Tião, O Engraxate	Conto
3	Uma Aventura Dentro da Noite	Conto
4	Os Cabelos de Nereide	Conto
5	O Imprevisto	Conto
6	A Casa da Praia	Conto

FONTE: A autora (2021).

Os contos *Tião*, *O Engraxate* e *Uma Aventura Dentro da Noite*⁵⁴ foram publicados pelo jornal O Tempo, sendo o primeiro campeão do concurso Conto Do Dia, de acordo com Rios (2000, p. 232). As demais publicações são mencionadas por ela como publicadas na Revista Capricho, pela Editora Abril, em sua coluna Coisas de Cassandra (a partir de 1954). Em MAFC a autora afirma números grandiosos: “[...] fui tida como mais personagens do que os que criei nos meus *quarenta e nove livros e três mil e seiscentos contos e crônicas*.” (RIOS, 2000, p. 276, grifo meu).

O segundo quadro apresenta a relação das obras publicadas por Cassandra Rios. Neste, optei por adaptar e complementar o levantamento feito por Kyara Maria de Almeida Vieira (2014).

QUADRO 3 – LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS

	TÍTULO DA OBRA	DATA DE PUBLICAÇÃO
1	A Volúpia do Pecado (ou Volúpia do Pecado)*	1948

⁵⁴ Este conto possivelmente foi prolongado pela escritora e publicado posteriormente como livro do mesmo nome.

2	Carne em Delírio	1950
3	Eudemônia	1952
4	A Sarjeta (ou Sarjeta ou A Sargeta)**	1952
5	A Lua escondida (ou Lua Escondida)**	1952
6	O Gamo e a Gazela (ou O Gamo e a Gasela)	195-
7	O Bruxo Espanhol (ou Bruxo Espanhol)*	1952
8	As Vedetes (ou As Vedettes ou As Vedetas)	195-
9	Georgette*	1952
10	Macária (ou Maçaria)*	1952
11	A Paranóica (ou Ariella: A Paranóica)*	1952
12	Minha Metempsicose*	1954
13	A Dama do Colar Vermelho	1957?
14	Copacabana Posto 6: A Madrasta (ou Copacabana Posto Seis)**	1961
15	Tara**	1961
16	A Borboleta Branca**	1962
17	A Breve Estória de Fábria (ou A Breve História de Fábria)**	1963
18	A Noite Tem Mais Luzes*	1964
19	A Serpente e a Flor**	1965
20	Tessa, a Gata (ou Thessa, A Gata)**	1965
21	Uma Mulher Diferente**	1965
22	Um Escorpião na Balança	1965
23	Veneno**	1965
24	Muros Altos (ou Muro Alto)	1967
25	Cascata do Amor	1968
26	Entre Quatro Paredes do SAM	1970?
27	Mutreta**	1971
28	Canção das Ninfas**	1971
29	A Piranha Sagrada	1972
30	Nicoleta Ninfeta**	1973
31	As Mulheres dos Cabelos de Metal (ou As Mulheres de Cabelos de Metal)*	1975
32	Marcella (ou Marcela)	1975
33	As Traças**	1975
34	Patuá	1976
35	Anastácia	1977
36	Censura: Minha Luta, Meu Amor**	1977
37	Marcellina	1978
38	A Santa Vaca (ou A Santa Vaca: A Ovelha Negra)*	1978
39	Uma Aventura Dentro da Noite**	1978
40	Maria Padilha	1979
41	O Gigolô**	1979
42	O Prazer de Pecar (ou Prazer de Pecar)**	1979
43	Eu Sou Uma Lésbica*	1980
44	Os Onze Livros	198?
45	Tentação Sexual	19--
46	Capela do Alto*	1991
47	Entre o Reino de Deus e o Reino do Diabo*	1997
48	MezzAmaro, Flores e Cassis: O Pecado de Cassandra*	2000
49	Crime de Honra	2000

FONTE: A autora (2021) adaptado de VIEIRA (2014).

LEGENDA: Títulos com * tiveram datas de publicação original confirmados pela própria Cassandra Rios. Títulos com ** seguem datas sugeridas por VIEIRA (2014). Títulos sem marcação fazem parte de um levantamento de referências bibliográficas do estado da arte sobre Cassandra Rios em que constam edições/datas mais antigas que as sugeridas por VIEIRA (2014). Títulos com “ou” entre parênteses sugerem dessemelhança nos títulos em diferentes edições das obras.

Optei por seguir o número sugerido por Rios nas primeiras folhas de MAFC: 52 livros publicados com *MezzAmaro, Flores e Cassis* em 2000. Na página 272 da obra, ela afirma que foram publicados 49 livros antes de sua pausa, sendo *Capela do Alto* como 50º, logo, o levantamento difere no total de 4 títulos (visto que *Crime de Honra* foi publicado após MAFC). Por ser a segunda e última autobiografia, e fonte principal de estudo desta pesquisa, é que o foco do quadro “livros publicados por Cassandra Rios” se concentra na quantidade e datas sugeridas, e não na ordem de publicação (há inúmeras divergências nas próprias declarações da escritora sobre o tema, como mostram os veículos revista *Realidade*, *Mundo Ilustrado* e *Jornal do Brasil*⁵⁵, por exemplo).

Em MAFC, Rios afirma: “Eu tinha, já ou ainda, do princípio ao final de 1948 a meados de 1950⁵⁶ [...] apenas quatro livros publicados, ‘A Volúpia do Pecado’, ‘Carne Em Delírio’, ‘Georgette’ e ‘Eudemônia’” (2000, p. 47). Este levantamento opta por manter a ordem conforme a *Revista Realidade*, de 1970, por ser uma declaração anterior de publicação da autora (que mantém *Georgette* em 1952).

A escritora declara que *A Noite Tem Mais Luzes* foi publicado em 1964 por sua própria editora e livraria (2000, p. 69), e fala sobre *Eu Sou Uma Lésbica*: “[...] com um título bombástico inaugurei o folhetim na revista *Status*, um romance dividido em capítulos, em seguidas publicações [...]” (2000, p. 71).

O livro *Muros Altos*, número 24 do levantamento, diz respeito à data de lançamento conforme mencionado na edição do *Jornal do Brasil* em 1974⁵⁷. Em 1976, para *O Pasquim*, a autora afirma que tem 36 livros publicados, o que é similar ao levantamento, que sugere 34 até esta data. Cassandra Rios diz nesta entrevista que foi

⁵⁵ Em 1961 o *Mundo Ilustrado* sugere um total de treze livros publicados até a data, o que chega mais próximo deste levantamento: a sugestão de 16 títulos. A *Revista Realidade*, publicada em março de 1970, afirma que a autora possui 23 obras publicadas; em 1975 o *Jornal do Brasil* afirma que Rios se prepara para o 30º lançamento; ambos números são próximos deste levantamento (26 e 33 respectivamente). Importante ressaltar que esta discrepância pode se dar, inclusive, pelas datas de publicação dos jornais (a entrevista sair em janeiro e um novo livro ser lançado em fevereiro, por exemplo). Segundo a revista *Realidade*, de “De 1962 [...] até 1969, [Cassandra Rios] escreveu mais treze livros” (1970, p. 120), pude, pelo levantamento, sugerir quais foram esses títulos, embora tenha faltado três títulos na quantidade final.

⁵⁶ Foi nessa época que Cassandra Rios afirma que recebeu sua primeira “proibição”, por meio da Igreja São Geraldo: “[...] afixada na porta da Igreja, uma lista dos meus livros que haviam sido excomungados.” (RIOS, 2000, p. 47). O livro em questão era *Georgette* (1952).

⁵⁷ CUNHA, Fausto. Cassandra Rios, o sucesso de quem vendeu 200 edições. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, fev. 1974. Livro: *Guia Quinzenal de Ideias e Publicações*, ano 3, n. 46, p. 2.

em 1975 que ultrapassou 1 milhão de livros vendidos, mas a revista Realidade afirma que este número foi atingido em 1970.

A Volúpia do Pecado foi seu primeiro romance publicado, em 1948, enquanto *Marcela* [sic], *Marcelina* [sic] e *Anastácia* fecham o ciclo de “quarenta e nove romances publicados” (não p.):

Romance em três livros [Marcella, Marcellina e Anastácia], onde a autora desenvolve uma técnica, na qual a leitura independe da sequência de como foram escritos, interligados entre si, por retrospectos; mostra no primeiro volume o perfil de Marcela [sic] visto por Anastácia, no segundo, o perfil de Anastácia visto por Marcella, e no terceiro, Anastácia e Marcela [sic], onde toda trama desenrola-se num final inesperado que pode ser lido como início do romance, sem perder o suspense, o ritmo e a continuidade. A autora recomenda leitura na sequência (RIOS, 2000, não p.).

É sugerido em MAFC que *Capela do Alto* (1991) tenha sido a quinquagésima publicação (o levantamento, porém, reúne outras informações), seguido por *Entre o Reino de Deus e o Reino do Diabo* (1997) e *Mezzamaro, Flores e Cassis* (2000) como 51º e 52º publicações, respectivamente. A autora afirma que *Entre o Reino de Deus e o Reino do Diabo* teve apenas sete ou oito livros impressos por ela mesma (2000, p. 65), e que desanimada voltou a se dedicar à escrita de *Mezzamaro, Flores e Cassis*, iniciado em 1976:

[...] vez em quando escrevia alguma coisa, tornava a parar, desabafava, deixava de lado, retomava o assunto, como se escrevesse aos soluços. Espaços de tempo, pensamentos vivos, momentos esparsos, pedaços de mim, da minha alma. (RIOS, 2000, p. 65)

Acredita-se que a inconsistência no número total de publicações da autora tenha a ver com o fato de que muitos livros desapareceram após suas proibições. Conforme Rios explica, muitas das obras eram queimadas para que não houvesse meios de adquiri-las/lê-las, logo, a sugestão é de que este levantamento seja incompleto em quantidade devido a estes acontecimentos. A intenção de explicação das publicações é para que se obtenha a mais próxima confirmação de publicação/data das obras.

Alguns casos isolados: o livro *A Dama do Colar Vermelho*, número 13 do levantamento, aparece em uma lista de sugestões de leitura no jornal Diário de

Notícias⁵⁸ em 1957, feita pela Livraria Império Editôra [sic]. O livro *Os Onze Livros*, número 44, é noticiado pelo *Jornal dos Sports*⁵⁹ em 1985 como liberado para livre circulação, no mesmo ano que findou a censura. O livro *Cascata de Amor*, número 25, é noticiado como publicado pela *Manchete*⁶⁰ em 1968. O livro *Entre Quatro Paredes do SAM*, número 26 do levantamento, é noticiado como proibido em 1970 pelo *Jornal do Brasil*⁶¹. O livro *Tentação Sexual*, número 47 do levantamento, consta na lista pois foi encontrado no acervo do Arquivo Nacional como oficialmente censurado pela DCDP, de acordo com Sandra Reimão em *Repressão e Resistência* (2011).

Acredito que estes sejam alguns dos livros que “desapareceram” após as inúmeras proibições e queimas de livros, visto que suas aparições como livros publicados constam somente nas fontes informadas acima.

O levantamento deu conta ainda de observar que a autora foi publicada pelas seguintes editoras durante sua vida: Editora Mundo Musical; Editora Científica; Edições MM; Editora Gama; Editora Record; Editora Símbolo; Editora Hemus; Editora Lidador; Editora Discubra; Editora Spiker; Trio Editora; Editora Livraria Cassandra Rios; Livraria Exposição do Livro; Editora Pétalas / Cassandra Rios Editora; Editora Parma; Editora Global; Editora Eli; Editora A Voz dos Livros e Editora Top Livros.

Após seu falecimento, teve edições físicas pela Azougue Editorial e Editora Brasiliense.

O terceiro quadro deste tópico engloba as adaptações das obras literárias publicadas por Cassandra Rios. O intuito é ser meramente informativo no quesito quantitativo, visto que não pretendo abordar as especificidades de cada adaptação.

QUADRO 4 – ADAPTAÇÕES DE OBRAS LITERÁRIAS DE CASSANDRA RIOS

	TÍTULO DA ADAPTAÇÃO	TIPO DE ADAPTAÇÃO	BASEADO EM QUAL OBRA	DADOS TÉCNICOS
1	A Mulher Proibida ou Eudemônia	Peça teatral	Eudemônia	Escrita: 1956 Foi proibida durante a estreia em 1959

⁵⁸ LIVROS Para Todos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, set. 1957. Segunda seção, p. 6.

⁵⁹ LOUZEIRO, José. Fim da censura impõe a reeducação da sociedade. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, jul. 1985, ano LV, n. 17.304.

⁶⁰ ACUIO, Carlos. O clube dos malditos. **Manchete**, Rio de Janeiro, nov. 1968. Ano 16, n. 865, p. 84-86.

⁶¹ LIVROS Apreendidos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ago. 1970. Primeiro caderno, ano LXXX, n. 106, p. 7.

2	Ariella	Filme	A Paranóica	Lançamento: 1980 Direção: John Herbert
3	Tessa, A Gata	Filme	Tessa, A Gata	Lançamento: 1982 Direção: John Herbert
4	A Mulher Serpente e a Flôr	Filme	A Serpente e a Flor	Lançamento: 1983 Direção: J. Marreco

FONTE: A autora (2021).

Rios afirma em MAFC que mais dois roteiros estavam escritos, mas que não mostram indícios de terem sido adaptados: *Devas*, *A Mulher dos Sete Exús* (baseado no livro *Patuá*) e *O Prazer de Pecar* (obra de mesmo nome) (RIOS, 2000, p. 35-36). Menciona ainda que *Muros Altos* era para ter virado filme, mas que devido a tantas alterações no roteiro, *Ariella* acabou sendo adaptado (RIOS, 2000, p. 36). *O Bruxo Espanhol* e *Nicoleta Ninfeta* também entraram em negociação para filmagem, mas sem sucesso (RIOS, 2000, p. 132).

Em 1985, a *Tribuna da Imprensa*⁶² afirma que *Muros Altos* está novamente em fase de adaptação; não há outras notícias depois disso. Na entrevista para *O Pasquim* em 1976, ela afirma que *Mutreta* estava em andamento; no entanto, não foram encontradas mais informações pelo qual houve o cancelamento. O *Correio da Manhã*⁶³, em 1970, afirma que *Tara* teve seus direitos comprados e estava em fase de escrita de roteiro; novamente, não há outras notícias sobre a adaptação.

Outras pesquisas brevemente organizaram temáticas/gêneros de livros a partir dos títulos publicados por Cassandra Rios. O levantamento de Vieira (2010) sugere uma divisão entre temáticas de gênero e sexualidade: o divide por protagonismo de personagens trans⁶⁴ ou relações homossexuais ou heterossexuais; conforme abaixo:

Caldas (1986) contabiliza quarenta e nove títulos [sic], e afirma que apenas dois, *O bruxo espanhol* e *As mulheres dos cabelos de metal*, não conteriam temática homossexual. Piovezan (2005) atribui a Cassandra “mais de cinquenta livros”, e conta outros cinco entre os de temática hetero [sic]: *Carne em delírio*; *Sarjeta*, *O gigolô*, *A santa vaca* e *A piranha sagrada*. Caberia mencionar uma obra, *Crime de honra*, centrada em romance homossexual masculino, e outra, *Uma mulher diferente*, protagonizada por uma travesti (VIEIRA, 2010, p. 108, grifos da autora).

⁶² “TROPCLIP” A certeza de que o sonho acabou. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, jul. 1985. Cinema & TV, ano XXXV, n. 11.050, p. 12.

⁶³ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, out. 1970. Primeiro caderno, ano LXX, n. 23.784.

⁶⁴ O termo utilizado pelo pesquisador foi travesti, mas readequo nesta pesquisa pelo termo Trans.

Na entrevista para o Pasquim (1976), Rios afirma que também *Veneno* e *A Lua Escondida* são de temática heterossexual. Com os levantamentos anteriores, há a sugestão de nove títulos focados em relações heterossexuais. São, ainda, dois de poesia e duas autobiografias. Demais obras não citadas sugerem temática de relacionamentos lésbicos.

Monto, a partir disso, o quarto quadro reunindo as temáticas da autora (na categorização “romance lésbico” foram retiradas as variações de títulos).

QUADRO 5 – TEMÁTICAS DAS OBRAS DE CASSANDRA RIOS

TEMÁTICA	QUANTIDADE	TÍTULOS
Poesia	2	Minha Metempsicose Canção das Ninfas
Autobiografia	2	Censura: Minha Luta, Meu Amor Mezzamaro, Flores e Cassis
Romance homossexual/gay	1	Crime de Honra
Romance heterossexual	9	Carne em Delírio A Sarjeta A Lua Escondida O Bruxo Espanhol Veneno A Piranha Sagrada As Mulheres dos Cabelos de Metal A Santa Vaca O gigolô
Protagonista Trans	2	Georgette Uma Mulher Diferente
Romance Lésbico	33	A Volúpia do Pecado Eudemônia O Gamo e a Gazela As Vedetes Macária A Paranóica A Dama do Colar Vermelho Copacabana Posto 6: A Madrasta Tara A Borboleta Branca A Breve Estória de Fábria A Noite Tem Mais Luzes A Serpente e a Flor Tessa, a Gata Um Escorpião na Balança Muros Altos Cascata do Amor Entre Quatro Paredes do SAM Mutreta Nicoleta Ninfeta Marcella As Traças Patuá Anastácia Marcellina Uma Aventura Dentro da Noite Maria Padilha

		O Prazer de Pecar Eu Sou Uma Lésbica Os Onze Livros Tentação Sexual Capela do Alto Entre o Reino de Deus e o Reino do Diabo
--	--	--

FONTE: A autora (2021) adaptado de VIEIRA (2010).

Já o quinto quadro de levantamento, abarca os títulos de Cassandra Rios que foram mencionados como “no prelo” ou “a sair” em outras obras, fosse nas orelhas ou contra capas, mas que não foram devidamente publicados ou que não há confirmação destas publicações efetivas. Conforme nota explicativa, neste quadro busquei suporte nos levantamentos de Isabela Silva Nóbrega (2015) e Pedro de Castro Amaral Vieira (2010), além de Vieira (2014).

QUADRO 6 – LIVROS DE CASSANDRA RIOS COMO “NO PRELO/A SAIR”

	TÍTULO DA OBRA	SITUAÇÃO	FOI CITADO EM
1	Cabeleiras ao Vento	No prelo	A Borboleta Branca (1968)
2	O Gatão	No prelo	A Borboleta Branca (1980)
3	Gatas da Noite	No prelo	A Borboleta Branca (1980)
4	Pantanal da Vida	A sair	A Paranóica (1969)
5	Mala Raça	No prelo	A Paranóica (1969)
6	O “Office-Boy”	A sair	Copacabana Posto 6: A Madrasta (1975)
7	Meu Resgate	Seria publicado após <i>MezzAmaro</i> , mas a escritora faleceu antes disso	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
8	A Profecia de Pavlova	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
9	Orgástica	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
10	Manual do Amor Cantado	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
11	Nas Telas das Pálpebras dos Meus Olhos	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
12	O Último Desejo	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
13	Telefona Pra Mim	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
14	Brasil no Meu Bolso	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
15	Motéis, Hotéis e Bibocas	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
16	O Profeta	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
17	O Livro de Sara	A sair	Mezzamaro, Flores e Cassis (2000)
18	Deus pode ser uma mulher	A sair	Jornal do Brasil (RJ), 1991
19	O Sonho do Futuro	A sair	Folha de S. Paulo, 1982
20	Gatas de Rua*	A sair	A Borboleta Branca (1962)

21	Antídoto*	A sair	As Mulheres dos Cabelos de Metal (1971)
22	A Hóstia do Diabo*	A sair	As Mulheres dos Cabelos de Metal (1971)
23	A Casa das Almas*	A sair	Maria Padilha (1979)
24	Mãe de Santo*	A sair	Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (2002)
25	O Livro Negro de Bonifácia*	A sair	Dicionário Crítico de Escritoras Brasileiras (2002)
26	Carla Naja*	No prelo	O Bruxo Espanhol
27	Os Cabelos de Nereide Sargitarius*	No prelo	As Mulheres dos Cabelos de Metal (1971)
28	Fria*	No prelo	O Gigolô (1979)
29	Mulher de Rua*	No prelo	O Gigolô (1979)
30	Marieta**	(autor não menciona)	(autor não menciona fonte)
31	A Raposa Vermelha**	(autor não menciona)	(autor não menciona fonte)
32	As Lágrimas do Amor***	(autora não menciona)	(autora não menciona fonte)

FONTE: A autora (2021) adaptado de VIEIRA (2010), VIEIRA (2014) e NÓBREGA (2015).

LEGENDA: Títulos sem marcação fazem parte do levantamento da autora. Títulos com * seguem datas e citações sugeridas por VIEIRA (2014). Títulos com ** seguem datas e citações sugeridas por VIEIRA (2010). Títulos com *** seguem datas e citações sugeridas por NÓBREGA (2015).

Há ainda o livro de poesias, “Cancioneiro do Amor”, que Rios afirma que nunca foi publicado e nem seria, assim como menciona “Araçoiaba da Serra” sem mais informações (RIOS, 2000, p. 321-323).

O sexto quadro deste tópico surge a partir de um documento encontrado no acervo digital do Arquivo Nacional datado de novembro de 1982, em que a RCA Eletrônica solicita o exame de nove letras musicais de Cassandra Rios à DCDP pelo Departamento da Polícia Federal. Era comum partir das próprias editoras e gravadoras o pedido de análise das obras antes de sua efetiva publicação, a fim de que não houvessem problemas com futuras censuras. Abaixo a relação de número e título das letras.

QUADRO 7 – OBRAS LÍTERO-MUSICAIS DE CASSANDRA RIOS

	TÍTULO LETRA MUSICAL
1	Trança de Flor
2	Tendências
3	Artifícios
4	Fingida
5	Aranha
6	Revanche
7	Solidão
8	Borboleta
9	Morte de Um Ídolo
10	Autobiografia

FONTE: A autora (2021).

NOTA: O título n. 10 diz respeito a uma declaração da escritora em MAFC (2000) p. 271.

Os censores deram seu parecer quatro dias após a solicitação, proibindo apenas a circulação de *Artifícios* (número 3). A letra foi considerada imprópria por relatar um relacionamento íntimo entre duas mulheres lésbicas. “Seu corpo e o meu amor comungou” e “a semente irreal em que seu corpo plantei, nem sequer germinou” (BRASIL, Parecer 1802/82-DCDP) foram os trechos utilizados como justificativa de atentado à moral e aos bons costumes. Outros versos, no entanto, eram mais escancarados: “Quanto tempo passou / desde que ela partiu / sem me dizer adeus / e do corpo de um homem / conseguiu o que eu / nunca pude lhe dar! [...] Esse amor que o próprio amor / não diz seu nome / esse amor que o próprio amor / renega o nome.”. A censura comentou “não outro homem?” para a frase “e do corpo de um homem”, o que deixava claro que se tratava de uma mulher falando de outra.

A DCDP relatou que *Tendências* (número 2) falava da “frustração de uma pessoa pela não realização e concretização de um amor homossexual” (BRASIL, Parecer 1801/82-DCDP), mas não vetou a letra por esta não apresentar aspectos “chulos ou grotescos, com seriedade e sem o menor caráter indutivo ou apologético” (BRASIL, Parecer 1801/82-DCDP). A letra demonstrava nas entrelinhas o amor lésbico: “tem medo de demonstrar / seu outro jeito de amar / e em vez de se bipartir / pra outra face virar! / ‘você tem medo de mim, / por que você tem medo de mim? / você tem medo de mim / porque também é assim!”.

Além das obras citadas no Quadro 7, a escritora relata que começou a escrever músicas quando ainda era adolescente, chegando a ser contratada pela Editora Ricordi de Música, e teve mais de 200 composições ao longo da vida (RIOS, 2000, p. 235).

Rios conta em MAFC que se apropriou de pseudônimos masculinos para comprovar sua teoria de que era proibida por ser uma mulher escrevendo sobre relacionamentos lésbicos, não por ser “pornográfica”, e que vendeu estes livros sob direitos autorais permanentes, aceitando o que lhe pagavam. Esta ação foi aparentemente bem-sucedida, visto que as obras fizeram boas vendas e não foram proibidas por nenhuma instituição, pois a escritora se colocava neste lugar de quem (homem) é autorizado a falar, e o que (relações heterossexuais) seria permitido

abordar. Assim sendo, o sétimo quadro sai das produções de Cassandra Rios e engloba os títulos publicados sob pseudônimos da escritora.

Uma busca ao acervo digital da Biblioteca Nacional com o descritivo “Oliver River’s” indicou *Mônica, A Insaciável* registrada como 2ª edição em 1979, publicado pela Editora Global, com 79 páginas. Optei, por este motivo, deixar em branco a data correta de publicação. *Valéria, A Freira Nua* aparece como publicação em diversas pesquisas. O livro *Andra, Traição Sexual* aparece como publicado em 1980 pela Editora Global com 72 páginas e consta como disponível para consulta nas instalações da Biblioteca. Já *Rosa, A Irresistível* teria sido publicado em 1980 pela Editora Global com 70 páginas.

Em meu acervo pessoal, *Sonho de Viúva*, de Clarence Rivier, foi publicado pela FarmaLivros com 80 páginas. Uma pesquisa feita na plataforma digital com “Clarence Rivier” não gerou resultados.

Os livros publicados por Clarence Rivier foram publicados na Love Sex Collection pela FarmaLivros. Já os dois primeiros livros de Oliver Rivers fizeram parte também da Coleção Erotismo – Só Sexo, publicados pela Editora Gama.

QUADRO 8 – LIVROS SOB PSEUDÔNIMOS DE ODETE RIOS

	TÍTULO DA OBRA	SITUAÇÃO	SOB QUAL PSEUDÔNIMO
1	Mônica, a Insaciável	Publicado em 197-	Oliver Rivers
2	Valéria, a Freira Nua	Publicado em 1979	Oliver River’s
3	Andra, Traição Sexual	Publicado em 1980	Oliver River’s
4	Rosa, A Irresistível	Publicado em 1980	Oliver River’s
5	Sonho de Viúva	Publicado em 1980	Clarence Rivier
6	Andarilho do Sexo	No prelo (consta na edição de Sonho de Viúva)	Clarence Rivier

FONTE: A autora (2021).

NOTA 1: Não constam informações de que os livros aqui citados, exceto *Mônica, A Insaciável*, tiveram mais de uma edição de publicação pela mesma editora.

NOTA 2: Clarence Rivier manteve a grafia durante as publicações, enquanto “Oliver” variou no sobrenome com “Rivers” ou “River’s”.

Em MAFC, a escritora afirma que utilizou sobrenomes como River’s, Strom’s, Rivier e Fleuve (2000, p. 134), palavras para Rios em outros idiomas, mas as pesquisas deram conta de levantar apenas Rivers e Rivier. No documentário *Cassandra Rios: A Safo de Perdizes* (2013) a escritora comenta, em entrevista a Jô Soares, sem dizer sob qual pseudônimo publicou, outros títulos como *Gemido de Prazer* e *O Gigolô*. “Esses livretos, de oitenta a cem páginas eu escrevia até em quatro horas, profissional da

Literatura na qual eu me transformara por via das circunstâncias.” (RIOS, 2000, p. 135)

Transformou-se, nesse período, em uma concorrente de si mesma: “Não eram os meus livros que estavam proibindo e sim a escritora que na época mais vendia.” (RIOS, 2000, p. 134).

Todos os levantamentos aqui organizados nos dão uma base geral da produção em vida e póstuma da/sobre a autora, e nos garantem que ainda há muito o que explorar. Narrativas distintas, vivências sequeladas e personagens que poderiam ser reais, são suportes amplos para inúmeras pesquisas sobre a faces de Odete, além do período de sua maior produção: a Ditadura Militar Brasileira.

3 “PROBLEMÁTICO QUERIA DIZER HOMOSSEXUAL.”

“Por vergonha de si próprios, diante dos outros, escondiam-se, como se fossem defeituosos, como se fossem os únicos seres vivos no mundo, com suposto defeito, anomalia abjeta, por serem como eram, por sentirem-se emocionalmente diferentes. Passei coragem, aos que pensavam em suicídio, para continuarem lutando pelo que sentiam [...]” (RIOS, 2000, p. 72)

3.1 CENSURA A LIVROS NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

Marcada na vida e memória, a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) foi certamente o período de maior repressão conhecido no país. Este regime político autoritário era responsável pela restrição da liberdade de direitos, censura à imprensa e perseguição aos que eram contra suas determinações. A partir de um golpe de Estado, este período ficou majoritariamente conhecido por suas ações de violência e tortura, além de promover a criação de leis (os Atos Institucionais) que davam respaldo às ações contra os “subversivos” – estudantes, artistas, militantes, intelectuais, enfim, pessoas que se prostravam contra a censura.

FIGURA 9 – POLICIAIS ARMADOS



FONTE: Correio da Manhã, 1968, Arquivo Nacional.

Tendo como base arquivos oficiais, Sandra Reimão (2011) discute a interdição a livros nacionais durante o período ditatorial brasileiro. A autora caracteriza a censura como “[...] parte de um aparelho de coerção e repressão que, muito mais do que afetar a circulação de alguns bens culturais, restringia a produção e circulação da cultura,

implicando uma profunda mudança no exercício da cidadania e da cultura em geral.” (2011, p. 14).

Especialmente no que diz respeito a censura das artes em geral, a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) foi instaurada a partir do Decreto N.º 70.665 em 1972⁶⁵.

A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) tem antecedentes no Decreto N.º 24.651, de 10 de julho de 1934, que criou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, retirando do Ministério da Educação o controle da propaganda, do rádio e do cinema; o Decreto-Lei N.º 1.915, de 27 de dezembro de 1939, que criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), subordinado diretamente à Presidência da República e ao Ministro da Justiça; e no Decreto-Lei N.º 7.582, de 25 de maio de 1945, que criou o Departamento Nacional de Informações, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Decreto-Lei N.º 8.462, de 26 de dezembro de 1945, criou o Serviço de Censura de Diversões Públicas, subordinado ao Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP).

Em 24 de janeiro de 1946, o presidente interino José Linhares assinou o Decreto N.º 20.493, regulamentando o Serviço de Censura de Diversões Públicas, legislação essa que teve a maior influência no organismo de censura federal instaurado pela ditadura civil-militar, uma vez continuara a ser a base legal da censura durante todo o período da ditadura instaurada em 1964.

Mesmo com a promulgação da Constituição de 1946, que resguardava o direito de liberdade de manifestação de pensamento e a de comunicação escrita, manteve-se a censura prévia no tocante às apresentações artísticas. [...]

No ano de 1961, o então presidente Jânio Quadros assinou o Decreto N.º 50.518, de 5 de maio, concedendo aos Estados o direito de censura. Ainda neste ano de 1961, o Departamento de Polícia Federal (DPF) contou com seus primeiros censores em finais deste ano, e o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) passou a ser o órgão central da censura no Brasil, mesmo que as polícias estaduais cooperassem com a censura, por meio das suas Divisões de Censura de Diversões Públicas, ocasionando atritos sobre quem teria a competência para o que.

No ano de 1966, pelo Decreto N.º 43, de 18 de novembro, o governo federal tem a competência exclusiva sobre a censura de diversões pública agora considerada vital para a Segurança Interna. Com a Constituição de 1967, isso fica oficializado na carta máxima, que determina que fosse de competência da União – e não das unidades federativas –, por meio da Polícia Federal, prover a censura de diversões públicas.

Pela Lei N.º 5.536, de 21 de novembro de 1968, foi criado o Conselho Superior de Censura (CSC), subordinado ao Ministério da Justiça, com a competência de apenas rever, em grau de recurso, as decisões censórias proferidas pelo diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF). [...]

Com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, houve a implantação sistemática da censura, incluindo aí a de imprensa, mesmo que não existisse legislação específica para isso, diferente do que ocorria com as diversões públicas – teatro, cinema, espetáculos de todo tipo, incluindo os musicais –

⁶⁵ A citação a seguir (dividida em duas partes) é um excerto do site Instituto de Políticas Públicas En Derechos Humanos do Mercosur (ver mais no link disponível nas referências desta pesquisa); a necessidade de trazê-la no corpo do texto foi devido a grande variedade de datas ao afirmar quando oficialmente a DCDP foi instaurada.

que atentassem contra a moral e bons costumes. [...] (Instituto de Políticas Públicas En Derechos Humanos Mercosur, não p., grifo meu)

A Divisão tinha como premissa a atribuição ao Departamento da Polícia Federal a função de, entre tantas, exercer a censura de diversões públicas. O Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) não possuía em seu texto a proibição da categoria livros, mas sim as classes de cinema (filmes), teatro (peças teatrais, roteiros), rádio (CD/discos, novelas faladas, programas de rádio), televisão (novela, propaganda, programas etc.), circos, parques, enfim, quaisquer tipos de veículos de entretenimento.

FIGURA 10 – ESTUDANTES CERCADOS



FONTE: Correio da Manhã, 1968, Arquivo Nacional.

Embora a SCDP já estivesse em ação, foi a partir de 1968 com a instauração do Ato Institucional N.º 5⁶⁶ (que durou até 1978), que as atividades de censura ficaram mais duras. O Ato vislumbrava a proibição de qualquer ação contrária à vigência, fosse manifestação pública ou artística, intervenção dos municípios e estados, suspensão do *habeas corpus* e de direitos políticos, por exemplo. A justificativa para tal era a de atos subversivos contra o regime, a fim de que se preservasse “[...] a ordem, a segurança, a tranqüilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social”

⁶⁶ “O Ato Institucional nº 5, AI-5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva, foi a expressão mais acabada da ditadura militar brasileira (1964-1985). Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados.” (FGV – CPDOC) Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5> Acesso em 21 out. 2021.

da “Revolução Brasileira” (BRASIL, Ato Institucional N.º. 5, não p.). Reimão afirma que assim se iniciaram os Anos de Chumbo brasileiro (período que perduraria até 1974).

A lei não previa, mas é de saber histórico que este foi o período de início de perseguições, prisões, torturas, estupros, desaparecimentos, sequestros, assassinatos e muitos exílios de quem tinha condições para tal. Qualquer ato tido como ilegal era punido. A opressão policial e política utilizava a tortura como método interrogativo a fim de saber quais eram os “outros” que também se rebelavam contra o sistema (especialmente estudantes e operários que organizavam manifestações).

Regime de poder, regulação dos corpos, implantação da heteronormatividade, censura à diferença e silenciamento dos “anormais”: todas estas características podem ser encontradas tanto na caça aos livros durante a ditadura militar, quanto em implementações político-jurídicas que impediam o ensino ou circulação de materiais sobre a diversidade de gênero e sexual na época:

Nos dez anos de vigência do AI-5 (de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1978), segundo estimativas apresentadas por Zuenir Ventura, 1607 cidadão foram atingidos diretamente e explicitamente por este Ato com punições – como cassação, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público. No que tange o cerceamento da produção artística e cultural, nos dez anos de vigência do AI-5 foram censurados, ainda segundo dados apresentados por Zuenir Ventura, ‘cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio, 100 revistas, mais de 500 letras de música e uma dúzia de capítulos e sinopses de telenovelas’. (REIMÃO, 2011, p. 28)

A não inclusão do livro na DCDP não impediu que as proibições ocorressem, especialmente por conta do Decreto-Lei N.º 1.077 de 1970. Os livros, já censurados pelo Decreto de 1970, eram apenas uma parcela das diversões públicas que, depois de dois anos, se oficializaram em um órgão que regulava de maneira formal todas as criações artísticas⁶⁷.

[...] O Decreto-Lei N.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970, estabelece maiores medidas para a censura à imprensa, mas volta-se, também, à censura às manifestações artísticas, dadas as alegações acerca da defesa da moral e dos bons costumes. Por esse Decreto, estabeleceu-se a censura prévia a livros e periódicos. Por ele também foi regulamentada a competência exclusiva da União para o provimento e execução da censura, conforme disposto em legislação do ano de 1966 e ratificado na Constituição de 1967.

⁶⁷ A citação abaixo é uma continuação da citação do Instituto de Políticas Públicas En Derechos Humanos Mercosur; o texto foi dividido nesta pesquisa de modo a destacar separadamente o funcionamento do Decreto-Lei N.º 1.077 e a oficialização da DCDP (conforme citação, utilizarei neste trabalho a data oficial de 1972 para falar sobre o órgão).

O Decreto Nº 70.665, de 2 de junho de 1972, criou a Divisão de Censura e Diversões Públicas (DCDP), subordinada ao Departamento de Polícia Federal (DPF). A DCPD, com sede em Brasília, possuía ramificações em todo o país, por meio dos Serviços de Censura de Diversões Públicas (SCDP). O término da censura prévia às diversões públicas ocorreu em 1979. A DCDP foi desativada no ano de 1988, com a promulgação da nova Constituição de 1988 pôs fim à censura no Estado brasileiro. (Instituto de Políticas Públicas En Derechos Humanos Mercosur, não p., grifo meu)

O Decreto-Lei N.º 1.077 previa que não seriam “toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes”, pois visava “proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores [sic] éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade” (BRASIL, Decreto-Lei N.º 1.077). Além disso, a justificativa de sua criação era a de que circulavam em demasia livros que iam contra a moral comum e insinuavam o amor livre, e que esta circulação era parte de um plano subversivo que colocaria em risco a segurança nacional. Especialmente criado para censurar livros, este decreto previa ainda que a circulação de livros proibidos acarretaria multa no mesmo valor da venda e a incineração das obras.

FIGURA 11 – MANIFESTAÇÃO CONTRA A DITADURA MILITAR



FONTE: Correio da Manhã, 1968, Arquivo Nacional.

Reimão afirma que o decreto de 1970 gerou revolta entre escritoras, e que estas afirmavam que não enviariam os originais aos censores. O decreto, que originalmente previa que originais fossem analisados para que fossem publicados ou não, após manifestação alterou suas normas para que apenas aqueles que atentassem os bons costumes deveriam passar pela revisão. “[...] mas é claro, também, que os limites para decidir se um texto enfoca ou não, engloba ou não, tangencia ou não temas de moralidade públicas, bons costumes ou sexo são bastante móveis [...]” (REIMÃO, 2011,

p. 30). A autora cita a Revista Veja ao afirmar que a censura acontecia após uma denúncia aos ministérios por meio de alguém que tinha lido o livro e, assim, o censor lia a obra e decidia o parecer; por fim, a Polícia Federal apreendia as obras disponíveis para venda. “[...] a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo não executável.” (REIMÃO, 2011, p. 31)

Muitas artistas se beneficiaram criativamente com as repressões sobre o que poderia ou não ser dito durante a censura. As criações artísticas (manchetes, livros, poesias, peças, músicas e etc.) eram feitas em massa e repletas de metáforas, sátira e escárnio. Se tornavam uma substituição do que era censurado pelo permitido: não mais o que dizer, mas como dizer. Exemplo disso são inúmeras letras musicais, como a atemporal *Cálice* de Chico Buarque em alusão a “cale-se”, denunciando o sistema ditatorial. Rios utilizou destes truques de palavras em muitas publicações (afirma que foi chamada por um general após publicar uma poesia com início “Li algo esses dias”, aludindo ao nome de um juiz; ver tópico 3.3), fazendo parte dos protestos em forma de duplo sentido. Outro “benefício” concedido a Rios foi a de se tornar representante subversiva, afirmando que

Nunca pretendi ser uma escritora versada em política, mas me vi às voltas com acusações de subversiva, talvez pelas misérias que retratei através de alguns personagens, com pinceladas que assustou a ficção que não quis aceitar tão brutal realidade. (RIOS, 2000, p. 306)

Reimão afirma que “os documentos remanescentes desse Departamento [DCDP] encontram-se atualmente no Arquivo Nacional em Brasília” (2011, p. 13) e que neste constavam, à época de sua pesquisa, 490 livros e 97 revistas preservadas e catalogadas como submetidas à DCDP⁶⁸, um número pequeno se comparado às produções de cinema e teatro. O número mais alto de livros vetados foi em 1975, com 109 proibições de 132 denúncias.

A autora constrói uma tabela (que aqui opto por apenas inserir em formato livre) de livros vetados. De acordo com ela (importante saber que estes foram os números pelo acervo disponível da DCDP no Arquivo Nacional, embora se saiba que muito material foi perdido durante os anos de sua existência) foram: 5 em 1970, 2 em

⁶⁸ Deonísio da Silva em *Nos Bastidores da Censura: Sexualidade, Literatura e Repressão Pós-64* (1989) surge com um número menor, de 430 livros censurados, mas reproduz a lista completa com títulos e autoras.

1972, 4 em 1973, 1 em 1974, 109 em 1975, 61 em 1976, 30 em 1977, 62 em 1978, 38 em 1979, 1 em 1981. Curiosamente, os anos de 1971, 1980, 1982 e 1988 constam com um total de zero livros vetados. Reimão não explica a ausência de vetos.

Reimão diz também que do total de 490 obras submetidas, 140 livros eram de autoria nacional, sendo que destes 70 foram oficialmente vetados. Deste número, 60 foram classificados como eróticos/pornográficos. “(Os números são sempre aproximados, pois há livros que foram apresentados mais de uma vez e há livros que foram apresentados com nomes diferentes.)” (REIMÃO, 2011, p. 33).

Especialmente sobre livros eróticos/pornográficos nacionais, Reimão compara seu levantamento de 70 títulos com os 69 levantados por Deonísio da Silva (1989); a autora exclui as repetições fazendo com que sobrem cerca de 100 livros, entre estes, afirma que “[...] dezoito são de autoria de Cassandra Rios, treze de Adelaide Carraro, 22 são assinados por Dr. G. Pop, dezessete por Brigitte Bijou e seis por Márcia Fagundes Varella.” (REIMÃO, 2011, p. 48). Um total de 76 censuras (a autora não menciona os 24 que faltam).

De Cassandra Rios, a autora sinaliza que *foram proibidos entre 1968 e 1978*: A Borboleta Branca; Breve História de Fábria; Copacabana Posto Seis; Georgette; Maçaria; Marcella; Uma Mulher Diferente; Nicoleta Ninfeta; A Sarjeta; As Serpentes e a Flor; Tara; Tessa, A Gata; As Traças; Veneno; Volúpia do Pecado; A Paranoia; O Prazer de Pecar e Tentação Sexual (REIMÃO, 2011, p. 48).

Fazendo parte do grupo de subversivos, Cassandra Rios era o nome mais repetido nas instâncias oficiais do governo e proibido nos círculos sociais. Seu nome e sua carreira significavam tudo que a norma proibia: uma mulher lésbica, escritora, que descrevia relações LGBTIA+ em seus livros e usava do bordão “a autora mais proibida do Brasil” a seu favor.

3.2 MEZZAMARO, FLORES E CASSIS ENTRE DRINKS E MEMÓRIAS

Produzido a partir de um elaborado mix de ervas importadas, perfeitamente harmonizadas e que lhe conferem um sabor meio doce e meio amargo, o *bitter Mezzamaro* é um sucesso em sua categoria. É um produto de sabor diferenciado, mais equilibrado e menos amargo que os existentes no mercado. (LOJA STOCK DO BRASIL, 2021, não p.)⁶⁹

⁶⁹ BITTER MezzAmaro 1000ML. Loja Stock do Brasil. Disponível em: <https://www.lojastockdobrasil.com.br/bitter-mezzamaro-1000ml> Acesso em 30 set. 2021.

É assim que o *Bitter*⁷⁰ MezzAmaro da Stock, é descrito em todos os sites de venda (e grifado, inclusive, com o mesmo design na capa de MAFC). Era considerado um dos favoritos de Cassandra Rios, frequentemente citado em MAFC como parte de suas receitas de drinks.

As flores, outra paixão da escritora, a fizeram voltar a escrever após longo silêncio, causado pela morte de sua mãe em fevereiro de 1998, aos 95 anos. Rios conta que dona Damiana lhe visitou em sonho trazendo três rosas de ouro para ela, cantando uma música e dizendo para que não chorasse mais. Parte daí o “rosas para você” dedicado a cada início de capítulo do livro, pois era a flor favorita de sua mãe.

Nas festas de ano novo, natal, aniversário, páscoa, mamãe sempre me dava uma rosa, que colhia do jardim e do quintal onde as cultivava. [...] Creio que é por isso que eu adoro rosas [...] Pelo significado que as rosas oferecidas por minha mãe exaltavam, eu sentia fluir delas, bençãos e perdões, que são as mais puras dádivas que um ser humano pode oferecer a outro, por isso vou distribuindo rosas a cada início de capítulo. (RIOS, 2000, p. 237)

Já a Cassis (conhecida também no Brasil como groselha negra) é muito utilizada em licores e para a produção de sobremesas. Seu sabor é doce e amargo ao mesmo tempo, assim como o bitter. Rios menciona que adorava licores, especialmente o de Creme Cassis, também da Stock, que bebia pequenos goles e achava “[...] as garrafas muito bonitas, elegantes, com seus rótulos, seus contornos, muito chic mesmo, gosto de colecioná-las, cheias e fechadas, com seus selos originais.” (RIOS, 2000, p. 225).

Assim é uma tentativa de “decodificar” o título da obra *MezzAmaro, Flores e Cassis* de Cassandra Rios. Publicado em 2000 pela Editora Pétales⁷¹, o livro é estruturado em sete capítulos⁷², em que cada um corresponde à “rosa para você” e a

⁷⁰ “Bitter é uma bebida alcoólica que contém extratos de ervas, que fixam o gosto amargo ou agridoce. Em sua composição e durante o seu processo de fabricação a bebida tem contato com flores, frutas, açúcar, ervas, raízes, cascas e algumas especiarias infundidas no álcool.” ARAÚJO, Rafael. Já ouviu falar de Bitter? O coringa dos drinks. **Blog Cachacaria Nacional**. Disponível em: <https://blog.cachacarianacional.com.br/aprenda-a-fazer-drinks-com-bitter/> Acesso em 30 set. 2021.

⁷¹ Suspeita-se que a Editora Pétales era da própria autora, pois na ficha catalográfica contém o endereço de um apartamento, telefone fixo e celular, além do e-mail particular da escritora (possivelmente o endereço e telefones eram dela também). Rios, a princípio, fez tudo sozinha (de escrita, revisão, capa, editoração, até mesmo a solicitação de impressão particular). Consta, ainda na ficha catalográfica, outra editora: Cassandra Rios Editora.

⁷² Para fins de localização a partir das referências, coloco aqui a distribuição dos capítulos que correspondem às rosas. Cap. 1: p. 11-76; cap. 2: p. 77-114; cap. 3: p. 115-136; cap. 4: p. 137-146; cap. 5: 147-184; cap. 6: 185-266; cap. 7: 267-408.

autora oferece ao fim de cada capítulo um drink às leitoras, prosseguido da receita de como prepará-lo (parte daí a intenção de descrever a possível escolha para o título da sua segunda autobiografia).

FIGURA 12 – CAPA DO LIVRO MEZZAMARO, FLORES E CASSIS



FONTE: Reprodução.

NOTA: Rios fala sobre a produção da capa na autobiografia: “Nunca pensei, que essa foto tirada em mil novecentos e setenta, que saíu [sic] em outras matérias das revistas da Editora Abril, um dia significaria tanto, pelo que expressa! Os dois lados de Cassandra, isto é, um lado Cassandra, um lado Odete.” (RIOS, 2000, p. 304).

O drink do capítulo “Cinco rosas para você” tem como parte da composição o Bitter Mezzamaro:

... a vida é mesmo agri-doce [sic], às vezes tem sabor forte e amargo, azeda como limão, outras vezes suave, doce, pelas delícias dos afetos, é como um drink Mezzamor, que é feito com uma parte de Bitter Mezzamaro, uma parte de Vermouth Bianco Stock, dois toques de licor Amaretto Dell Orso. Coloca-se as bebidas no copo on the rocks com gelo e mistura-se com a colher do bar. A vida não é assim?! Não tem sempre alguém metendo a colher? ... O certo é não deixar a colher na mão de ninguém, e nós mesmos prepararmos tudo pra sair do jeitinho que a gente gosta... (RIOS, 2000, p. 184, grifos da autora⁷³)

⁷³ A citação está toda em itálico pois assim está na obra citada.

As chamadas do livro são duras, e Rios se apossa das extravagâncias já utilizadas durante o período da Ditadura Militar: “Cassandra Rios AMEAÇADA DE MORTE publica autobiografia e mostra-se até do avesso”, na contracapa e “Se você for assim tão sensível, tão suscetível, NÃO LEIA ESTE LIVRO!”, na segunda orelha.

Após o recado para suas leitoras no início do livro, há um “certificado de propriedade” em que a leitora preencheria seu nome. Em minha edição particular, adquirida em sebo virtual, a certificação foi preenchida pela própria Cassandra, como “ao grande jornalista Donizete Costa”. Há abaixo um autógrafo da autora, e na próxima folha uma dedicatória pessoal que finaliza com: “Ah! Que bom se todos os jornalistas fossem educados como você”, datada de 03 de outubro de 2000, coincidentemente aniversário da escritora. A escritora o conheceu no final dos anos 1990, e o menciona em MAFC: “Passados quase vinte anos, de literatura engavetada, de furtar-me a entrevistas, atendi ao jornalista Donizete Costa, da Revista Já, do Diário Popular [...]” (2000, p. 253). Relata que lhe deu uma edição caseira de *Entre o Reino de Deus e o Reino do Diabo* e que ficou muito feliz pela matéria publicada, pois percebeu a diferença no tratamento que encontrou.

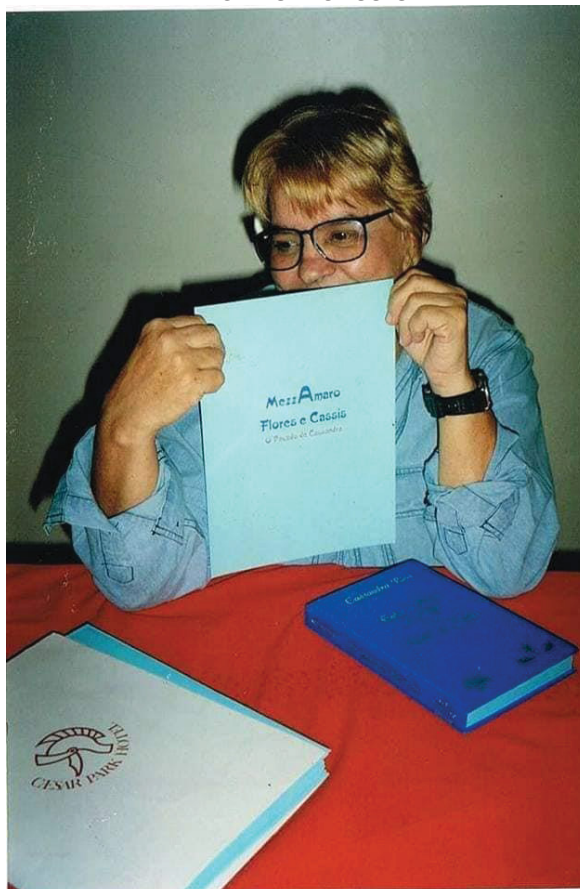
A primeira dedicatória oficial do livro é oferecida a seus quatro familiares próximos: o pai Graciano, “que foi meu melhor amigo”; a irmã Ruth, “a mais pura companheira”; a mãe Damiana, “favoreceu minha existência, sempre, em vida e em sonho me deu rosas” (os três já falecidos à época); e a irmã Judith, “tão cheia de vida” (RIOS, 2000, p. 9). A segunda dedicatória é para “[...] as pessoas que deram razão para os meus gatinhos” (RIOS, 2000, p. 10), seguido de diversos nomes.

Rios conta que a ideia de MAFC surgiu em 1976, como um diário, ao qual ela havia intitulado de *Meu Complicado Vernáculo e Complexo Léxico*, e que havia separado em vários cadernos conforme tópicos de amizade, amor, artes e poesias, por exemplo. A versão final, provavelmente continuada e resgatada no fim dos anos 1990, carrega vestígios de despedida. Nas primeiras páginas de *Crime de Honra* (2000)⁷⁴, Rios fala sobre MAFC:

Romance autobiográfico, escrito em espaços de tempo de 1976 a 2000, sendo feitas inserções dos acontecimentos durante últimas revisões nos primeiros dias do ano 2000. Quinquagésimo livro publicado, patrocínio da Distillerie Stock do Brasil. (RIOS, 2000, não p.)

⁷⁴ RIOS, Cassandra. **Crime de Honra**. São Paulo: Editora Cassandra Rios, 2000.

FIGURA 13 – CASSANDRA RIOS SEGURANDO UMA FOLHA COM O TÍTULO *MEZZAMARO, FLORES E CASSIS*



FONTE: Reprodução acervo pessoal (s/d).

De acordo com o levantamento feito no tópico 2.3 desta pesquisa, *Crime de Honra* foi o último livro publicado pela escritora e, dada a informação de patrocínio, é sabido de onde veio a “inspiração” de receitas de drinks nos finais de capítulos.

MAFC alterna entre passado e presente e não possui uma linha cronológica – muito provavelmente a escritora começou quando teve a ideia e continuou quando sua mãe estava doente. Rios dá o tom narrativo em forma de despedida e relata como seria a última festa de sua vida: convidados famosos e anônimos, motivos pelos quais os chamaria, local da festa, bebidas, comidas e músicas que tocariam. As explicações da festividade desejada são, por vezes, cansativas em suas minúcias descritivas; ela se demora em contar a melhor lembrança de cada pessoa que passou por sua vida, assim como o nome completo da atendente da padaria, inclusive. “Todos bem vindos [sic] para esta festa da minha despedida abençoada! Que lista! Que salão! Que imenso coração o meu! Como é festivo! Como ama arte, as artes, todas as artes, todos os artistas!” (RIOS, 2000, p. 221).

Os relatos do que passou e resistiu durante a Ditadura Militar são escassos, ditos de maneira breve e despercebidos aos olhos menos atentos. Em meio ao elogio a uma artista ou ao contar sobre como um prato era delicioso, uma breve frase de memória, um lampejo de proibição. Muito resistente em expor seus percalços e sua vida de Cassandra, Rios traz à tona Odete, embora se aproprie da imagem escandalosa e vendedora daquela que foi pioneira na escrita brasileira de temática lésbica.

Narra por vezes os mesmos fatos ou retoma algo há muitas páginas ditas, e faz questão de se defender em qualquer fina oportunidade. Embora este tópico seja destinado a falar da obra e seu processo de escrita, é improvável permanecer apenas no objetivo, visto que a autobiografia abre espaço para a retomada do tópico 2.2, *(Re)Construindo Cassandra Rios*, com curiosidades que ficaram para trás. Desta vez a adição é o aprofundamento na tristeza relatada pela escritora enquanto sente o fim dos seus dias chegar. Em tom melancólico, a certeza do diagnóstico cancerígeno e a espera do milagre de cura pela fé vão se cruzando.

A “rainha das bichas” faz questão de reafirmar, como em toda sua vida, que sua carreira foi muito dificultada pelas críticas e proibições “Eu também, escreveria sim [falsas notícias], mas se fossem verdades, porque nunca tive medo de nada, muito menos agora que sei do meu tempo, talvez, limitado, do risco que corro!” (RIOS, 2000, p. 148); mas que, impulsionada pela “purificação” de seu espírito, iria colocar tudo para fora:

Não posso ir embora assim, como se não me importasse o que falaram do meu trabalho, não posso deixar calúnias a meu respeito, nem que me enterrem com suas mentiras e teçam a meu respeito uma falsa personalidade como escritora e como mulher. (RIOS, 2000, p. 152)

Algo que a ressentiu em cada retomada de crítica, foi a exclusão dos círculos de escritoras. Embora mantivesse algumas amizades valiosas, poucas eram aquelas que a defendiam e elogiavam seus livros publicamente. Chama de “[...] os metidos a sábios da Literatura!” (RIOS, 2000, p. 30) as membras da Academia Brasileira de Letras (ABL), visto que sua escrita era considerada de baixo valor, tanto no sentido literário quanto no enredo⁷⁵. Afirma que, para uma obra ser considerada de qualidade e valor,

⁷⁵ Conforme manifestado já no início desta dissertação, a pesquisa não entrará nos méritos de cânone literário ou Cassandra Rios ser literatura, literatura de massa ou subliteratura, visto que é uma discussão da área de Literatura, e não de Educação a qual esta se encontra.

deveria ser feita uma pesquisa ao público, ou elegido a partir do número de edições e vendas – como assim aconteceu com ela. Critica a ABL por ser um grupo seletivo que escolhe obras por próprios interesses, que muda os membros a partir de indicações. Diz que, se houvesse voto popular, talvez até fosse eleita no seu período de publicação, dos anos 1940 a 1970. “[...] é que me refiro a *alguns* clubinhos que se *entendiam* dignos de avaliar apenas *alguns* autores.” (RIOS, 2000, p. 30, grifos da autora)

Em sua última entrevista à Revista TPM, um ano antes de sua morte, Fernando Luna pergunta qual o lugar de Cassandra Rios na literatura brasileira, ao que ela responde: “Na mão do leitor! *[Risos]* Não quero receber troféus, honrarias ou méritos. Quero ser lida, mesmo que achem uma droga.” (LUNA, 2001, p. 8, grifos do autor). Mas se contraria quando parece aborrecida pelos lugares que não ocupou à época e por ser rebaixada à subliteratura por várias críticas literárias. Reitera diversas vezes a coragem de publicar as temáticas que escreveu, visto que a época de seu auge de publicações era marcada por censuras políticas e morais severas. Mesmo tendo driblado o conservadorismo de seus pais pedindo a eles para não lerem suas obras e deixando vibrar apenas as suspeitas, conta que era de se imaginar que não efetivasse seu sonho de ser escritora, tendo em vista a criação tranquila que teve e as instâncias religiosas que sempre frequentou.

Não sei como tive coragem de publicar meus livros, tanto tumulto, revolta, indignação causava e como ia contra os princípios, idéias, critérios, educação e religiosidade daquela espanhola rigorosa [sua mãe], tradicionalista, com tantos atávicos dogmas e *preconceitos e preceitos de uma família, onde tudo era pecado e feio!* Nós [ela e suas irmãs] a chamávamos [sic] de generala pelo seu modo forte de ser. Não sei como consegui driblar tantas revoltas, tanta intolerância, tanta cobrança, porque eu os tinha enganado com meus contos, músicas, crônicas, *scripts*, poesias, argumentos pueris pelas rádios, jornais e revistas! (RIOS, 2000, p. 230, grifo meu)

O medo do julgamento se esvai com a morte de sua mãe, ao mesmo tempo em que tem ciência de seu estado de saúde e se apega ao Johrei, método purificador de espírito da Igreja Messiânica do Brasil (conforme relatado no tópico 2.2). Sendo MAFC a grande despedida, guiada por melancolia e intenções de perdão, a escritora afirma ter seus pais e sua irmã à sua espera no céu, por isso precisa se preparar para a sua última viagem e reencontro: “Não quero levar na minha cabeça, trancado como um segredo inviolável, o meu mundo, o mundo que vivi, deixando dúvidas e questionamentos a respeito [...]” (RIOS, 2000, p. 237).

Para Maria Lygia Quartim de Moraes (2013) “[...] a força expressiva de um texto bem escrito constitui a melhor maneira de transmitir uma experiência traumática.” (p. 143). A escrita de Rios, por exemplo, é permeada fortemente pelas sombras da Ditadura Militar, da morte da mãe e do diagnóstico da própria morte. Esta mistura de sentimentos pode ser um grande impeditivo na clareza dos relatos, pois há “[...] dificuldades em testemunhar, em recordar, em se aproximar de novo da experiência limite da dor, da privação, do medo, do horror.” (MORAES, 2013, p. 148).

Moraes afirma que por conta da mudança ocorrida na personalidade do indivíduo após o trauma, os relatos podem demorar muito a acontecer ou nunca serem feitos. E, quando feitos, há a dificuldade em encontrar alguém disponível para escutar. Rios quebra a barreira entre escritora e leitora, a usando como uma pessoa para escutá-la, após reiterar diversas vezes que os sujeitos ao seu redor reclamam de seus desabafos:

[...] em vez de ficar resmungando por aí nas orelhas dos outros prefiro escrever, é o meu modo de ser [...] você está agora do outro lado da minha linha, está sendo minha extensão, e isso me faz muito bem, mesmo que você, um de vocês dos que estão me lendo, mande-me para aquele lugar. (RIOS, 2000, p. 197)

E, baixando a própria qualidade de narrativa, afirma que “[...] eu devia, sem dúvida, escrever na capa deste livro, ‘comprem esta bosta, por favor’” (RIOS, 2000, p. 268).

Maria Isabel de Lima (2006)⁷⁶ questiona como a autobiografia foi delegada à baixo nível literário após a inserção de narrativas de mulheres no gênero. Ao afirmar que estes relatos de vida haviam sido sempre produzidos pelo sujeito normativo (homem e heterossexual), a autora aponta que às mulheres havia sobrado o espaço doméstico de histórias, sem que contassem suas trajetórias e percalços para além do ambiente domiciliar. A crítica feminista, porém,

[...] desestabilizou esse sujeito coerente, universal, que luta pela auto-identidade, buscando discutir quem é esse “eu”, quais contradições essas narrativas do “eu” carregam, uma vez que este sujeito está inserido numa vasta rede de discursos. [...] dedicando-se a analisar e discutir a enorme gama de questões que permitem explorar os espaços controversos, fragmentados, misteriosos e surpreendentes desse tipo de narrativa. (LIMA, 2006, p. 1)

⁷⁶ O artigo em questão é um recorte da dissertação de mestrado de Maria Isabel de Lima, intitulada “Cassandra, Rios de Lágrimas: Uma leitura crítica dos inter(ditos)” (2009).

Lima cita como exemplo para estudo a segunda autobiografia de Cassandra Rios, MAFC, que “[...] parte de sua posição de mulher não confinada à esfera privada, uma mulher escritora, solteira, sem vínculos familiares que a obrigassem a orbitar na esfera doméstica.” (2006, p. 2). Desse modo, ao verificar que a autobiografia de Rios não pode, assim como sua escrita literária, se encaixar em padrões canônicos esperados, Lima questiona de que lugar falava a escritora e de qual identidade ela abraçava. Concordando que existem privilégios que marcam a escritora e sua autobiografia (já que fala do lugar de branca, cisgênera e classe média), a autora afirma de que o ato de Rios em não assumir a sexualidade lésbica vinha do medo de enfrentar a sociedade heteronormativa – embora a escritora encare esse medo em suas obras, se “escondendo” por meio de personagens. Mais ainda:

A problemática de classe também intersecta o ‘eu’ autobiográfico de Rios. Incomodada com a pecha de subliterata e com os constantes ataques à escritora, e não à sua obra, Rios procura mostrar ao leitor sua posição de mulher de uma classe privilegiada, educada. (LIMA, 2006, p. 3)

Esta busca aparece com maior evidência no capítulo um, “uma rosa para você”, em que Rios fala sobre retórica, gramática e ortografia, além do processo de escrita do próprio livro. A atitude em se mostrar conhecedora de arte, lugares, pessoas e línguas é reafirmada a cada página na citação de uma música, um restaurante, um amigo famoso, um idioma que falava, transcrevendo inclusive estas falas ou demonstrando conhecimento gramatical em Língua Portuguesa. Lima declara que:

O “eu” que fala na autobiografia de Rios negocia com o leitor uma posição de vítima da sociedade, vítima da moralidade hipócrita, ao mesmo tempo em que se apresenta como aquela que lutou bravamente, sem medo, para manter seu trabalho, sua temática, para não sucumbir às pressões sociais, mostrando querer ser reconhecida por sua obra pioneira. (LIMA, 2006, p. 4)

Esta incoerência tão evidente à Lima e a tantas pesquisadoras, é reflexo de impactos tanto da heteronormatividade, que regulava o exercício de sua sexualidade, quanto da Ditadura Militar, que proibia e censurava suas manifestações artísticas. De tantas faces construídas, todas elas se ramificam em Odete, que ora delega voz ao heterônimo, ora à sua identidade privada. Os diversos comportamentos a que se referia Woodward (ver tópico 1.2) podem ser vinculados a esta mulher que, feito camaleão, se adaptava às mudanças e assumia uma face conforme o ambiente inserido. Seu

comportamento, fala e vestimentas se transformavam buscando dar significado àquela que ora incorporava. Escritora defensora dos direitos de pessoas LGBTIA+ *versus* mulher conservadora e antifeminista.

A “dualidade” de faces de Rios possibilitou a escolha de temas a serem analisados nesta dissertação. Não sendo uma análise metodológica sobre autobiografia, mas sim deixando a autobiografia no campo do gênero literário, *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000) surge como escolha, entre tantas opções, porque é uma obra que expõe o pessoal e profissional de uma mulher proibida em tantas instâncias durante a ditadura militar no Brasil. Os vestígios da época ditatorial ocasionalmente se manifestam na sociedade ultraconservadora brasileira de hoje. Mesmo que não seja do mesmo modo, as repressões às artes, aos gêneros e às sexualidades (tal qual expostos ao longo das discussões aqui realizadas) evidenciam uma nação que não lembra da própria história, e que por isso tornam a repeti-la. O que vivemos é uma democracia, não mais uma ditadura, por isso não são o mesmo tempo, porém as similitudes aparecem no “Pai Nosso” realizado em sala de aula, na cruz fixada no tribunal e nas mortes violentas por LGBTIA+fobia.

A leitura da obra foi realizada de maneira cuidadosa: enquanto lia, organizava um fichamento do texto a cada vinte páginas, escrevendo resumos e extraindo trechos relevantes. Categoricamente falando, após leitura concluída foi preciso escolher pontos de destaque que pudessem ser discutidos teoricamente sem perder de vista a narrativa. Desse modo, “Ditadura Militar”, “Gênero” e “Lesbianidade” foram nomeados como categorias relevantes, visto que são compatíveis com as vivências de Rios (sendo ela uma mulher lésbica escritora que publicou durante a ditadura militar) e se relacionam com o campo educacional aqui tratado. Estas entradas de problematização permeiam toda a pesquisa, mas estão organizadas especialmente no tópico 3.3, promovendo paralelos e aproximações entre a escritora e os tópicos. Os trechos selecionados no fichamento foram muitos e não serão tabelados aqui; a intenção é puramente conectar as passagens mais relevantes com a teoria discutida, para que se possa problematizar como o corpo da escritora foi afetado pelas estruturas de opressão.

Na carne de Odete, “conservadora e moralista” (LUNA, 2001, p. 10), Cassandra Rios cometeu “o pecado de ser escritora” (RIOS, 2000, p. 25), sofrendo por sua arte que relatava a diversidade do amor. A considerada ousadia era movida a raiva, e um ano antes de sua morte a autora rememorava: “Se não for perseguida de novo, vai ser muito chato!” (LUNA, 2001, p. 11). Rios trabalhava com a perseguição, sendo vendida

e impulsionada pela publicidade da censura. “A autora mais proibida do Brasil”, como afirmavam as capas de seus livros, enfrentava uma sociedade cristã em que “tudo era feio, tudo era pecado” (LUNA, 2001, p. 6), ficcionando o desejo, relatando o sexo e denunciando ações conservadoras que permeiam a sociedade mesmo após vinte anos de seu falecimento.

3.3 *MEZZAMARO, FLORES E CASSIS* E MULHERES LÉSBICAS NO PERÍODO DITATORIAL

Tânia Navarro Swain (2016) questiona quem é a/o “verdadeira/verdadeiro” homossexual a partir de curiosidades ainda comuns de o que é o amor entre mulheres e o porquê do imaginário comum ser focado especialmente no erótico, que culminam na busca do “verdadeiro” exercício da sexualidade dentro de uma multiplicidade.

A palavra lésbica vem de “Lesbos, ilha onde morou Sapho, considerada a décima musa grega, poeta do amor entre as mulheres.” (SWAIN, 2016, p. 13). Com o tempo, passado por vários campos durante os séculos, se estabeleceu como designo para as relações afetivas e/ou sexuais entre mulheres. Tendo sido escandalizada desde os primórdios, a lesbianidade relocou estas mulheres ao espaço de margem e punição, especialmente daquelas que recusam os papéis de gêneros estabelecidos pela heteronormatividade, levando-as ao longo do tempo “[...] à morte, à prisão, ao internamento, à exclusão, caso sua atitude ameace o institucional e o normativo.” (SWAIN, 2016, p. 14).

Adrienne Rich (2010) afirma que a heterossexualidade é um regime que direciona as experiências das mulheres aos homens e que, a partir disso, a existência lésbica é apresentada como invisível. A autora busca fazer uma conexão entre duas tratativas: 1) a invalidez da conexão feminina, seja entre amigas, colegas ou amantes; 2) a negligência da existência lésbica, seja no feminismo enquanto movimento ou suas produções acadêmicas. A partir disto, Rich organiza algumas ações do poder masculino sob as mulheres, que culminam sempre na crença de que o casamento e a orientação heterossexual são inevitáveis e os únicos caminhos a serem seguidos. Rios também, de algum modo, fala sobre isso por meio de suas personagens, ao relatar as lésbicas como “escape” para os desejos, e que a “lésbica genuína”, isto é, aquela que nunca se relacionou com homens, é difícil de ser encontrada.

Swain afirma que “[...] quando se diz ‘lésbica’ faz-se aparecer um personagem, e seu perfil obedece às características traçadas pelo momento de sua enunciação.” (2016, p. 15), ou seja, para a autora é a declaração que completa a historicidade do sentido concedido, já que a palavra lésbica hoje, por exemplo, não possui o mesmo peso e significado de séculos atrás. São estas práticas de enunciação que “[...] engendram definições, criam personagens desviantes ou anormais, na medida em que deles fazem uma tipologia” (SWAIN, 2016, p. 15), pois criam um normativo essencial sobre aquilo que se é, especialmente pejorativo se é desviante⁷⁷.

A autora questiona como criar uma identidade (seja individual ou grupal) a partir de uma orientação (neste caso, de mulher por outra mulher), e se pergunta em que medida estas definições da identidade não delimitam as transformações de gênero (SWAIN, 2016, p. 16). Swain exemplifica algumas das desqualificações designadas às lésbicas:

[...] mulher-macho, paraíba, mulher feia, mal amada [sic], desprezada. As imagens revelam assim ou uma caricatura do homem ou uma mulher frustrada, uma mulher que foge ao paradigma da beleza, da ‘feminilidade’ e escolhe a companhia feminina por não atrair os homens. (SWAIN, 2016, p. 17)

No Brasil, foi após quinze anos da instauração do regime militar que a organização ativista lésbica surgiu. Muito embora tenha emergido no início da pausa de carreira de Cassandra Rios, ao longo deste presente tópico serão exibidos excertos de *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000) que abordam Ditadura Militar, Gênero e Lesbianidade, simultaneamente ou não. A intenção é construir aproximações entre movimentos sociais, teoria lésbica e relatos de Cassandra Rios sobre suas vivências no que concerne a estes temas, além de ter trabalhado ao longo de toda sua carreira, de certo modo, na resistência desses sujeitos por meio da linguagem. Além disso, serão também utilizados trechos dos livros *Eu Sou Uma Lésbica* (2006) e *Nicoleta Ninfeta* (1973) para ilustrar algumas afirmações.

Rios fala em MAFC de maneira restrita e contida sobre o período ditatorial. Embora tenha sido proibida na década de 1950, é a partir dos anos 1970, com os Atos Institucionais e a criação de departamentos censórios (ver tópico 3.1) que a

⁷⁷ É em recusa a se associar com os significados pejorativos que remontam a palavra “lésbica” que Swain utiliza a palavra “lesbiana” em seu texto (2016, p. 15-16); nesta dissertação será utilizada “lésbica” e mantida “lesbiana” apenas quando forem citações diretas. Aspas aqui foram utilizadas apenas para fins de demarcação textual.

perseguição à escritora culmina. São inúmeros atos de violência direcionados à sua moral e à sua carreira; em MAFC, entretanto, são poucas e pontuais as vezes em que diz dos males que sofreu em meio a tantas homenagens a amigos, lembranças de eventos, relatos de sua doença e observações gramaticais. Em continuidade ao que sempre relatou publicamente, Odete se descreve como moralista, reservada e uma pessoa completamente diferente de Cassandra, seu heterônimo.

Receosa ao que significava se assumir lésbica – tendo o peso dobrado por ser uma lésbica escrevendo sobre relações eróticas em um período ditatorial –, Rios vai Tateando memórias que a remetam a injustiçada, em que raras ocasiões provocou deliberadamente escândalos relacionados a seu nome. Kyara Maria de Almeida Vieira (2014) afirma que

[...] Cassandra Rios sabia que não era a timidez que era estampada em seus livros, nem a mulher do lar, ou pudica que circulava nas tramas de seus romances. Também sabia que seus romances, incluindo Eudemônia (1949), abalavam várias estruturas sociais, desde o referencial da família nuclear burguesa, aos ideais de casamento, amor, relação entre homens e mulheres, papéis sociais das mulheres. Dizer-se não assumir posição alguma, não a eximia das muitas posições que assumia. *Narrar-se como defensora da moral não era congruente com os livros que fazia circular*. Portanto, não era tão inesperado assim que delegados de polícia dos Estados, juizes e promotores, que técnicos do SCDP lançassem seus olhares para seus livros. (VIEIRA, 2014, p. 174-175, grifo meu)

Esta incoerência em não assumir as “cutucadas” tanto no sistema ditatorial quanto no sistema heteronormativo, não livram Rios de suas tentativas bem-sucedidas. Injúrias, desmoralização, processos jurídicos, proibição de livros e letras musicais, roubos e tantos outros prejuízos ao longo de sua vida são prova de que a subversão foi bem-sucedida. As lésbicas que rodeavam suas obras e se escondiam na vida real eram relatadas de diversas maneiras: fetichizadas, invisíveis, erotizadas, santificadas, não-assumidas, prostitutas, estereotipadas e variavam entre crianças e adultas, solteiras ou casadas.

EXCERTO NÚMERO 1

Naquele tempo, as mulheres aproveitavam o carnaval para usar calças compridas, camisas, gravatas, caracterizando-se de homem para serem melhor identificadas pelas outras mulheres, as “passivas”. (RIOS, 2006, p. 95)

EXCERTO NÚMERO 2

Eu era mulher, essencialmente feminina, apenas gostava de mulher. Só isso. Não gostava de homens para sexo, mas para amizade. Imitá-los, nunca! Sentia-me muito bem na minha condição de homossexual, sem precisar caracterizar-me ou realizar *performances* de machão para agradar

mulheres. O modo como eu gostava de me trajar nada tinha a ver com masculinidade ou com a minha androginia. (RIOS, 1973, p. 66, grifos da autora)

Assumindo o lugar de ficcionista da vida real, Rios deu abertura para que fosse mártir da luta nos movimentos LGBTIA+ por meio da literatura, sendo reestabelecida como pioneira anos após sua morte, mesmo renegada à paraliteratura desde que iniciou suas publicações.

As violências que sofreu são relatadas em MAFC de maneira dispersa, desorganizada em meio a pensamentos, mas podem ser suprimidas na afirmação de que permaneciam violentas na memória da escritora; “[...] são narradas como efeitos drásticos, sempre retomando que era a única mulher a viver exclusivamente de direitos autorais.” (VIEIRA, 2014, p. 168). Rios sempre enfatiza que a censura não a calou, muito embora tenha publicado seu último livro antes da pausa pouco tempo antes do fim da ditadura. Ao mesmo tempo em que diz não querer nem troféus nem reconhecimento, que escreve por predestinação, se sente amargurada por ter sido excluída de grupos literários e de não figurar em homenagens nacionais.

Rios tinha em suas mãos o poder das palavras. Bordões e a apropriação do “papisa do homossexualismo”, por exemplo, declarações como a de que não leria Cassandra se não fosse ela própria, tudo isto fazia circundar em torno de si a dolorida trajetória de uma mulher “[...] distante do enredo que aparecia em seus livros, convocando o ideal da mulher do mundo privado, pura e sensível [...]” (VIEIRA, 2014, p. 174), como tantas vezes declarou a moralidade e assexualidade de Odete.

Usava, por vezes, versos que ecoavam perfeitamente o nome de juízes que a censuravam (RIOS, 2000, p. 206), ou publicava livros como resposta à censura, caso de *A Santa Vaca* (1978) e a própria autobiografia *Censura, Minha Luta, Meu Amor* (1977). Relata ao longo de MAFC, inclusive, que muitas vezes mantinha relações de respeito e cordialidade quando era chamada a explicar alguma obra, trocando apertos de mãos e, tendo explicado suas intenções, absolvida.

EXCERTO NÚMERO 3

Pedi-me uma sugestão [sic] do que poderíamos fazer para que eu não tivesse prejuízo pela apreensão e queima do livro. Sugeriu tirar a poesia do livro, que já estava empacotado para ser entregue, era costurado, mas poderia cortá-lo e a poesia seria destruída, entretanto, como não sobraria espaço de papel para costura-lo outra vez o livro seria grampeado. [...] Ele [o general] não gostou do que leu, mas entendeu a mágoa e acabamos trocando aperto de mão. A poesia ficou lá, na sua escrivaninha, ofensiva, mas perdoada, pela minha coragem de entrega-la a ele pessoalmente, e confessar a intenção ofensiva do verso [...]. (RIOS, 2000, p. 307)

As publicações por pseudônimos masculinos também se deram a partir da mágoa em ser proibida, por pura provocação, como relatado em entrevistas e em MAFC, para ver se seria censurada em obras de romance heterossexual e erótico. Apesar de falar que:

EXCERTO NÚMERO 4

Com o mais deslavado cinismo dos hipócritas, quando, oportunamente inquiridos, do por que agiam assim comigo, respondiam-me que o meu nome era um “prato cheio” para sensacionalismos nas manchetes dos jornais. (RIOS, 2000, p. 103)

A escritora também fazia da censura um “prato cheio” para sua produção incessante, que vendia no mínimo duzentos e cinquenta mil exemplares por obra, e a proporcionava uma vida luxuosa de muitos imóveis, automóveis, viagens, itens de coleção e idas a lugares de alto padrão social. Vieira afirma que ao se colocar nessa posição de vítima, instaurando a escrita como vocação, algo intrínseco à sua existência, Rios justificava sua “inocência” nos temas abordados evocando distância entre ela mesma e suas personagens (2014, p. 181).

Não é negar os percalços sofridos por Rios em um período de tortura, perseguição e privação de liberdade, mas verificar o “morde e assopra” que permitiu a escritora uma vida de alto padrão mesmo escrevendo sobre gênero e diversidade sexual. Mesmo sem estar tão atenta às necessidades LGBTIA+ e feministas, e muitas vezes menosprezando o feminismo, utilizou destes movimentos como discurso base em sua campanha a deputada, conforme ver-se-á adiante.

Marisa Fernandes (2018) fala sobre a criação do coletivo de mulheres lésbicas a partir de fevereiro de 1979 com o SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual, o primeiro grupo organizado por homens gays no Brasil⁷⁸. Fernandes escreve a partir também de suas vivências, dado que esteve presente nestas aproximações de mulheres lésbicas com o movimento gay.

A participação de lésbicas no SOMOS, culminou em uma matéria no jornal *Lampião da Esquina*⁷⁹ em maio de 1979, intitulada “Amor Entre Mulheres – Nós

⁷⁸ A quem desejar ler mais sobre o movimento homossexual brasileiro indico a leitura de: TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

⁷⁹ “O *Lampião da Esquina* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. [...] O jornal inicialmente estava mais preocupado em retirar o ‘gay’ da margem social, abrindo o discurso às

Também Estamos Aí”. A matéria foi elaborada a partir da contribuição de 25 mulheres e se tornaria o início do movimento lésbico no país. Fernandes afirma que, percebendo ao longo do convívio atitudes machistas nos companheiros militantes, as lésbicas organizaram suas atividades criando o subgrupo Lésbico Feminista (LF) em julho de 1979, cinco meses após a entrada no SOMOS. Algumas das justificativas para a formação de um coletivo próprio foi a percepção da discriminação de gays do SOMOS contra lésbicas, na utilização do termo “bicha” para todos os integrantes ou “rachada” para indicar as mulheres em geral, e a invisibilidade de discursar nos momentos em que as pautas da organização eram discutidas. A exigência do uso da palavra “lésbica” determinando aquelas mulheres representava subversão, “[...] à qual se tinha imputado uma conotação pejorativa e agressiva, então era preciso usá-la para esvaziar seu conteúdo violento.” (FERNANDES, 2018, p. 93).

A unificação entre movimento gay e movimento lésbico causava certo apagamento na identidade lésbica destas mulheres, evidenciada especialmente a partir dos exemplos de Fernandes (2018). Sobre estas ações, Rich comenta e elenca as diferenças de privilégios:

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez. [...] Mas há diferenças: a falta de privilégio econômico e cultural das mulheres, comparado aos homens; diferenças qualitativas nas relações masculinas e femininas [...] (RICH, 2010, p. 36-37)

A criação do LF promoveu a atuação dupla lésbico-feminista, que pautava

[...] encaminhar a discussão sobre machismo e feminismo no SOMOS; ter um grupo de acolhimento e afirmação de identidade só para lésbicas; apresentar um temário específico para ser debatido por todos; responder toda a correspondência enviada por mulheres para o SOMOS e buscar alianças com o movimento feminista. (FERNANDES, 2018, p. 93)

Ou seja, era importante que as pautas e necessidades lésbicas fossem discutidas em um espaço de segurança por aquelas que experienciavam as violências

minorias. Já em sua fase final o jornal se adapta ao gueto e torna-se mais ousado, contendo até mesmo ensaios sensuais e abordando temas mais polêmicos do que fazia em sua fase inicial.” **Grupo Dignidade.** Todas as edições do jornal podem ser acessadas em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/> Acesso em 18 maio 2022.

sofridas. Tratar o específico como coletivo culminaria na preferência de uma necessidade (muito provavelmente dos gays, já que eram um grupo de número maior).

Fernandes relata que as “LFanas”, como eram chamadas, sofreram hostilização dentro do SOMOS, sendo chamadas de histéricas e divisionistas, mas que as provocações não foram impeditivas para “[...] a potencialidade revolucionária dos discursos sobre o desejo, o prazer sexual e a possibilidade de subverter uma realidade imposta, a heterossexualidade compulsória.” (2018, p. 94), pois elas “partiram do lugar de onde falavam, com base apenas nas suas vivências concretas, de nunca terem sido vistas como mulheres, por serem inomináveis e invisíveis.” (FERNANDES, 2018, p. 102).

O grupo cresceu em pouco tempo, chegando a ter mais de trinta integrantes, “[...] desde empregada doméstica até programadora de software, todas mulheres que não vinham da Academia, mas dos ‘armários’ e do ‘gueto.’” (FERNANDES, 2018, p. 94), com propósito de firmar um lugar seguro de resistência e debates. As reuniões giravam em torno de discussões feministas e do fim da monogamia, para fugir com o estereótipo de mulher como propriedade privada. Especialmente sobre o último tópico, a autora afirma que a pauta por si só era conflituosa e gerava dificuldade, pois não havia experiência em trabalhar a diversidade de desigualdade de gênero, classe e raça entre as integrantes; relata, por exemplo, que as lésbicas do “gueto” reproduziam relacionamentos a partir de papéis masculinos e femininos, “[...] a masculinizada era a ‘fanchona’ e a feminina era a ‘lady’” (FERNANDES, 2018, p. 95).

A lesbofobia e os estereótipos de aparência eram denunciados nas personagens de Rios que, majoritariamente brancas e de classe média, tinham aversão as “sapatões caminhoneiras”. *Eu sou uma lésbica*, publicado originalmente em quatro folhetins em 1980 pela revista Status⁸⁰, é uma das obras *Magnum opus* da autora e nos dá uma ideia disso:

EXCERTO NÚMERO 5

Como eu supusera: uma machona, como as que eu já vira na rua e que me causavam repulsa e aversão. Metida a homem, andar de fanfarrão, impostando a voz, sacudindo as pernas arreganhadas, como se

⁸⁰ A revista Status foi uma revista pornográfica para o público masculino, de circulação mensal, em que seu foco eram ensaios fotográficos nus femininos. Chama a atenção o fato de Cassandra Rios ter publicado em quatro partes (e conseqüentemente meses) o livro *Eu Sou Uma Lésbica* na revista, pois caberia sugerir que, a aparição de textos eróticos lésbicos em uma revista nacional masculina contribui para a fetichização desta sexualidade. A revista foi lançada em 1974 e perdurou até o final dos anos 80. Em 2011 voltou a circular pela Editora Três, mas encerrou as atividades em 2015.

tivesse um enorme saco entre elas, gesticulando, falando do seu caso como se fosse uma mulher objeto. As expressões, o modo de andar, tudo nela me enojou. (RIOS, 2006, p. 67)

Assim como em *Nicoleta Ninfeta* (1973):

EXCERTO NÚMERO 6

Nicoleta dançava com uma psico-hermafrodita, cabelo curtinho, gestos masculinos, bem integrada naquilo que escolhera ser: uma ridícula imitação de homem. (RIOS, 1973, p. 146)

O “gueto” é citado por Fernandes como nome utilizado para falar de bares e boates frequentados por pessoas LGBTIA+ à época da Ditadura. As integrantes da LF que vinham do “gueto” eram mulheres que advinham destes espaços e buscavam superar as violências enfrentadas. Rios comenta sobre estes bares e boates em MAFC:

EXCERTO NÚMERO 7

Todos os lugares, imagináveis e possíveis, onde os homossexuais se reunissem e que ficassem sabendo ser ponto de encontro deles, eram visados, considerados Antros de Perdição, logo proibidos de funcionar [...]. (RIOS, 2000, p. 118)

Rios diz que frequentava estes lugares, tendo sempre que sair na surdina para não terem a “impressão errada” dela (a de lésbica) a fim de venderem escândalos (embora continue negando em MAFC sua sexualidade, frequentava estes espaços para socialização amorosa).

Fernandes relata que nos anos de 1980 e 1981, o LF passou a coordenar o Congresso da Mulher Paulista, recebendo espaço para abordar suas ideias, mas que foram recebidas como radicais, sendo escandalizadas pelas mulheres feministas não-lésbicas. Se as ideias de uma organização como a LF, com união militante, eram vistas como subversivas, como Cassandra Rios arriscaria publicizar suas convicções senão pelo meio literário? Aliás, os direitos que defendiam as lésbicas dos movimentos eram aqueles que Rios ficcionava em suas personagens:

[...] que as mulheres lutassem pelo prazer e pela sexualidade como um direito; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina, que não aceitava a igualdade da mulher; e que tomassem conhecimento de que a heterossexualidade é imposta e transformada em norma [...] (FERNANDES, 2018, p. 95)

Para Fernandes, as tentativas do LF eram de trazer a lesbianidade como questão política, e não mais privada, mas foram tidas como mulheres que queriam ser homens, e não puramente mulheres que amavam outras mulheres. A utilização da

linguagem para Rios surge como meio de promover reflexão, ainda que individual, entre cada leitora que encontrasse uma cena de sexo lésbico ou um divórcio de casamento heterossexual para viver a atração por outras mulheres.

O ano de 1980 foi intenso para todas as ativistas LGBTIA+. O I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)⁸¹ ocorreu em abril com a participação de gays e lésbicas, e a I Passeata LGBTIA+ de São Paulo aconteceu em junho, como forma de repúdio às ações violentas da polícia ditatorial. Em novembro do mesmo ano, uma operação policial prendeu diversas lésbicas que estavam em bares com o argumento de serem “sapatões”. Rios chega a comentar brevemente sobre estas operações ao dizer como se sentia orgulhosa no fim da década de 1990 em presenciar maior liberdade de expressão:

EXCERTO NÚMERO 8

Assisti no seu programa [de Silvia Poppovic], gente, explicando sua genuinidade, com todos os direitos de um ser humano respeitado, quando antes, criaturas da mesma propensão natural eram perseguidas, jogadas como animais ou bandidos, dentro de camburões que varriam a cidade e invadiam restaurantes por denúncias feitas, numa *blitz* vergonhosa, caçando e prendendo Homossexuais. (RIOS, 2000, p. 115, grifos da autora)

O LF, dividindo sede com o grupo Outra Coisa, passou a promover atividades que arrecadavam dinheiro, como shows e bingos em boates lésbicas, vendendo também boletins, livros, revistas, pôsteres e cadernos nos eventos.

Fernandes (2018) afirma que em maio de 1980, o LF se desmembrou do SOMOS, formando seu grupo independente, se renomeando como Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF), mas esta mudança de nome levou tempo, não sendo imediata como afirma a autora. Míriam Martinho (2021), ex-LF e uma das fundadoras do novo grupo, mantém desde 2004 o site Um Outro Olhar, tendo publicado sob forma de boletim e revista a Rede de Informação Um Outro Olhar, de 1989 a 2002; no site em questão, afirma que o GALF surgiu em outubro de 1981 e que o LF permaneceu ativo até junho de 1981:

Há 40 anos, oficialmente no dia 17 de outubro de 1981, eu fundava, com Rosely Roth e colaboradoras, o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), estatutariamente sob o codinome de Grupo Ação de Liberação Feminista. O registro do grupo como feminista, preservando a sigla “GALF”, visava evitar problemas com os cartórios (que costumavam dificultar o registro de grupos de gays e lésbicas na época) [...] Visava também proteger as lésbicas que nos

⁸¹ Em 1993 o EBHO promoveu seu sétimo encontro, decidindo a partir dali alterar o nome para Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL) (FERNANDES, 2018, p. 103).

escreviam (a maioria no armário), caso tivessem que escrever o nome do grupo por extenso. (MARTINHO, 2021, não p.)

Martinho divide a história do GALF⁸² em dois momentos: de outubro de 1981 a agosto de 1985, e a partir de 1985 a seu fim em 1989, que aconteceria efetivamente em março de 1990. A ex-presidenta do grupo relata que a primeira fase do GALF incorpora toda a história do LF, por isso, talvez, as informações errôneas.

Fernandes afirma que em 1981 “Com a volta do crescimento do GALF, nele ingressaram duas importantes ativistas lésbicas feministas: Vange Leonel e Rosely Roth.” (2018, p. 99). Os documentos históricos, inclusive, fornecidos por Martinho em seu site, afirmam que Rosely Roth foi uma das fundadoras do GALF, logo, se pode sugerir que foi a partir desta entrada que o novo grupo surgiu de fato. Martinho foi participante anterior do SOMOS e cofundadora do LF.

Eu [Míriam Martinho] só passei a conviver com Rosely em julho de 1981 quando a conheci na inauguração da sede que deveria ter sido do Lésbico-Feminista e acabou sendo do GALF. Quando fundamos o GALF, éramos apenas amigas e ainda levaria mais de um ano até começarmos a namorar. (MARTINHO, 2021, não p.)

A criação do novo grupo contou com mais quatro mulheres na assinatura dos documentos (Maria Estevania de Lucena, Rosemari Mercedes Lopes, Nancia Maria Degan e Maura Pizzaia Mulinaria) (MARTINHO, 2021, não p.).

Martinho (2021) afirma que não esteve com Roth no LF, e sim que as duas se uniram para criar o novo coletivo, e se diz arrependida de ter se deixado tocar por um “sentimentalismo barato pelo fim do coletivo anterior” e que deveriam “ter deixado o Lésbico-Feminista morrer em paz em vez de ter-lhe dado uma sobrevida artificial de três anos e meio.” (não p.); também comenta que o LF era um “[...] grupo fundamentalmente de socialização e pegação com um núcleo de militância. Nesse sentido, chegou a ter umas 30 mulheres circulantes, mas com no máximo 10 delas tendo algum ativismo real.” (MARTINHO, 2021, não p.).

⁸² Importante salientar que Martinho (2021) afirma que tanto o GALF quanto o ChanacomChana não atuavam contra nem como resistentes à Ditadura Militar (inclusive porque à época de inauguração estava regente a abertura política), embora o movimento existisse dentro deste regime.

Patrícia Lessa, em sua tese de doutorado (2007)⁸³, traz outra informação advinda da revista Um Outro Olhar (1998):

O Grupo Lésbico-Feminista, em seu curto espaço de vida, de maio de 1979 a outubro de 1981, recebeu diversas denominações que registraram não só seu processo de autonomia do SOMOS como também o seu caráter anárquico (no bom e no mal sentido). Entre as denominações resgatadas por meio de histórias e cartas oficiais da organização, listamos as seguintes: 1) núcleo de ação lésbico-feminista; 2) subgrupo lésbico feminista; 3) facção lésbico-feminista; 4) grupo lésbico-feminista; 5) grupo de atuação lésbico-feminista; 6) ação lésbica-feminista; 7) grupo ação lésbico-feminista; 8) grupo de ação lésbica-feminista. *Vale salientar que esta última denominação, grupo de ação lésbica-feminista, vai ser incorporada pelas ex-integrantes do LF que permaneceram militando, após a extinção do grupo, como nome de sua nova organização que, por sua vez, ficou mais conhecida pela sigla GALF e durou por toda a década de 80 até abril de 1990. (REVISTA UM OUTRO OLHAR, 1998, p. 8 apud LESSA, 2007, p. 167, grifo meu)*

Ao passo que Martinho (2021) reafirma que o GALF possuiu apenas três identidades: “a do cartório, Grupo Ação de Liberação Feminista, Grupo de Ação Lésbico-Feminista (como aparece nos dois primeiros números do Chana, 82-83) e Grupo Ação Lésbica-Feminista de maio de 1983 em diante.” (não p.).

Em janeiro de 1981, o grupo inaugura o boletim ChanacomChana⁸⁴ em uma edição independente, e relança em caráter experimental a edição dentro do III Congresso da Mulher Paulista em março do mesmo ano. Primeiro jornal de/sobre lésbicas no Brasil, o boletim começou a circular efetivamente em dezembro de 1982 de forma bimestral, encerrando as atividades em 1987, tendo publicado edições do número 0 ao 12⁸⁵. Em relato anterior ao citado, Míriam Martinho (2019) diz que após 1987, “[...] o CCC cede lugar ao título Um Outro Olhar, outro boletim que o GALF publicará até fevereiro de 1990, no total de 10 edições” (não p.).

A ativista afirma ainda que

após tentativas frustradas de reunir ex-integrantes do LF e outras feministas homossexuais em torno ao menos da elaboração da segunda edição do

⁸³ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividade (Brasil, 1979-2006). 2007. 248 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.

⁸⁴ Patrícia Lessa realizou um mapeamento dos movimentos e atividades lésbicas brasileiras a partir da década de 1970, especialmente do boletim ChanacomChana. O material é: LESSA, Patrícia. **Chanacomchana e outras narrativas lesbianas em Pindorama**. Montes Claros: Luas Editora, 2022.

⁸⁵ Todas as edições do boletim estão disponíveis no arquivo on-line do Acervo Bajubá e podem ser consultadas em: <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/> Acesso em 18 maio 2022.

tabloide ChanacomChana (1ª ed. 02/1981), Míriam e Rosely decidiram seguir adiante com outras pessoas e nova configuração. (MARTINHO, 2019, não p.)

Ou seja, foi mediante a não concordância referente ao boletim que ocorreu a criação do novo nome do grupo. Martinho (2021) é sucinta ao dizer que o GALF “sempre foi um grupo pequeno, com uma média de 5, 6 integrantes durante sua longa trajetória, e com um perfil fundamentalmente de estudo e militância. Nada do clima ‘relações abertas, sexo, drogas e rock’n’roll’ característico do LF [...]” (não p.), alfinetando novamente a vivência e organização do LF.

Em 1982, o GALF realiza uma ação em um debate do grupo feminista SOS-Mulher, cujas discussões giravam em torno da violência à mulher. As integrantes do GALF adentraram o auditório mascaradas e distribuíram panfletos falando sobre a violência que sofriam as mulheres lésbicas, que não estavam sendo abordadas no evento em questão. O texto, escrito por Míriam Martinho, fazia relação com as máscaras que usavam as ativistas:

Estamos aqui para expor a nossa opressão. Olhem para nossos rostos e verão máscaras.
 Estamos aqui para mostrar como temos que viver diariamente: temos que viver assim, com máscaras.
 Temos que viver mascaradas, nas casas de nossos pais, para não perdermos relações afetivas que nos são caras.
 Temos que viver mascaradas nas escolas, para não sermos ridicularizadas, humilhadas, agredidas e, até mesmo, impedidas de conseguir um nível mínimo de educação.
 Temos que estar aqui, mascaradas, porque não podemos denunciar nossa opressão sem máscaras, porque corremos o risco de perder nossas famílias, nossos empregos, nosso direito de estudar sem qualquer tipo de pressão.
 A sociedade nos impõe a esquizofrenia como estilo de vida e nos deixa num beco sem saída na medida que, praticamente, impossibilita a própria denúncia desta situação.
 Precisamos romper esse círculo vicioso.
 Queremos tirar a máscara antes que ela nos cole à face e não possamos mais nos distinguir dela. Queremos que cada mulher tire sua máscara.
 Queremos propor que o movimento feminista seja um espaço onde as mulheres homossexuais não precisem utilizar nenhum tipo de máscara.
 Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias.
 Igualmente prioritárias mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é dona-de-casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência. (MARTINHO, 2019, não p.)

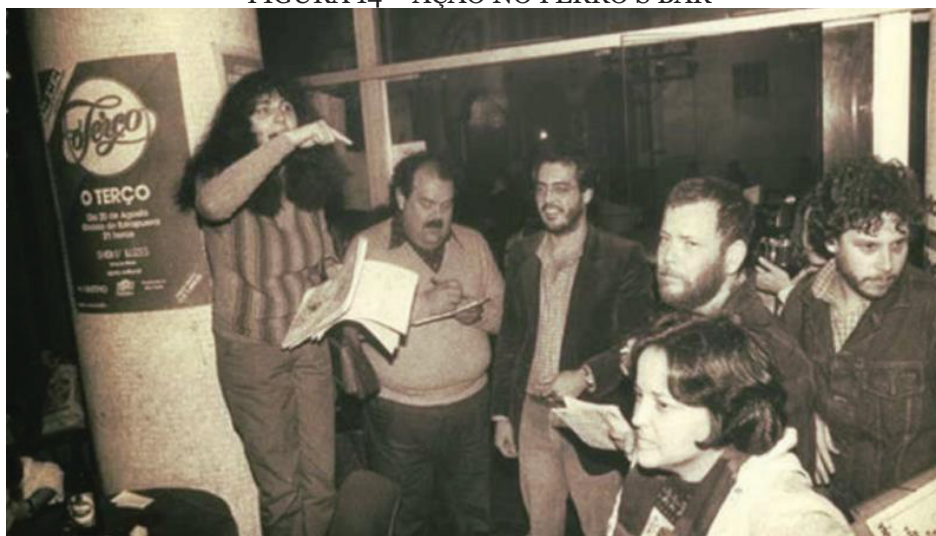
Neste período (1980-1983), Martinho (2021) afirma que o GALF era “arqui-inimigo” do SOS-Mulher, já que o grupo feminista “ocultava” as demandas lésbicas e

priorizava as violências que sofriam as mulheres heterossexuais. Na transição do LF para o GALF, muitas das integrantes migraram para o SOS-Mulher, causando revolta por parte das que permaneceram no ativismo lésbico. “Nossas respostas a esse grupo se deram na forma de tirinhas irônicas (desenhos) [no ChanacomChana], intervenções, debates, sempre gerando enormes pitis de parte das alienadas.” (MARTINHO, 2021, não p.). Em 1983, o boletim ChanacomChana se tornava popular e era vendido em diversos locais frequentados por mulheres lésbicas de São Paulo; entre estes, o mais marcante foi o Ferro’s Bar. Em julho do mesmo ano, o dono do estabelecimento proibiu as ativistas de venderem o jornal lá, o que culminou em um ato político de resistência, organizado por Rosely Roth. A ação, realizada em 19 de agosto de 1983, tinha como propósito ocupar o Ferro’s reivindicando a liberdade de circulação do boletim.

Míriam Martinho (2018) relembra os acontecimentos daquela noite elencando matérias que foram publicadas em jornais da época:

Houve alguma resistência, logo vencida. O porteiro, assim que começou a invasão, fechou as portas e segurou-as com o corpo. Dentro do bar, tumulto total: gritos de "entra, entra", tentativas inúteis de parlamentar com o porteiro, um discurso da vereadora Irede Cardoso que, doente, saiu de casa só para apoiar a manifestação. Alguém força a passagem, o porteiro empurra violentamente dois rapazes, enfia a mão no rosto da militante Vanda. De repente, cessa a resistência: alguém tirou o boné do porteiro e o atirou no meio das mesas. Enquanto, desesperado, o porteiro sai atrás do boné, completa-se a invasão. (BRICKMANN, 1983 *apud* MARTINHO, 2018, não p.)

FIGURA 14 – AÇÃO NO FERRO’S BAR



FONTE: Reprodução.

À época com 23 anos, Roth organizou a manifestação chamando políticos, advogados, defensores dos direitos humanos, movimentos gay e movimentos

feministas para apoiarem o protesto. "Nós sustentamos esse bar e temos o direito de vender nosso boletim", ela dizia em meio ao tumulto gerado. Na mesma noite a decisão do dono do bar foi revogada:

“O dono do bar está dizendo que foi tudo um mal entendido, que ele ama as lésbicas, quer que venham aqui e vendam seu boletim em paz. Quer que conversem com o outro sócio, também, para acabar com todos os mal-entendidos. Ele reconhece que vive de vocês. E viva a democracia!” (BRICKMANN, 1983 *apud* MARTINHO, 2018, não p.)

Fernandes (2018) comenta que foi graças a este evento, e em homenagem às contribuições de Roth ao movimento lésbico brasileiro, que o dia 19 de agosto foi estabelecido em 2003 como o Dia do Orgulho Lésbico em São Paulo. A data foi lançada a partir de 2003 pela Rede de Informação Um Outro Olhar, de Martinho, e a Associação da Parada LGBTIA+ de São Paulo, mas foi oficialmente definida em 2008 pela Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa paulista. O evento ficou conhecido também como o “Stonewall Brasileiro”.

O segundo período do GALF, de acordo com Martinho (2021), se desenrola a partir de 1985, deixando de se associar ao LF e das sedes em que aconteciam suas reuniões, para se reunirem no apartamento de Martinho; para acabar com a restrição de participação no grupo, o GALF volta a ter sede no Enfin’s Bar em 1987. Foi nesta segunda fase que Roth apareceu de forma mais intensa na mídia (fim de 1984), e também neste ano que a Ditadura Militar é destituída. A partir desta data, o GALF, para além dos eventos que organizava e participava no país, iniciou suas ações em eventos internacionais de militância feminista e/ou lésbica. Também nesta segunda fase o grupo iniciou uma associação para arrecadação de fundos, com vendas de informativos que se uniriam ao ChanacomChana em 1988. O GALF ainda realizou Encontro de Associadas, sendo o I e o II em 1987.

FIGURA 15 – ENTREVISTA DO GALF COM CANDIDATAS



FONTE: Martinho (2019), não p.

LEGENDA: Na parte inferior da foto estão Cassandra Rios, Irede Cardoso e Rosely Roth.

Ainda em 1986, o GALF realiza entrevista às candidatas ao cargo de deputada estadual de São Paulo: Cassandra Rios, Irede Cardoso e Dulce Cardoso. A entrevista, realizada no Ferro's Bar, foi feita por Rosely Roth, Maria Luiza e Célia, teve duração de quatro horas e saiu no número 11 do boletim ChanacomChana. Especialmente sobre Rios (além dos trechos mencionados no tópico 2.2 desta pesquisa), ela inicia suas respostas a partir da terceira pergunta, sobre quais eram os principais pontos do seu programa. A escritora fala sobre a liberdade de ir e vir, de ser quem se é, focando nas pessoas LGBTIA+:

O amor é sempre amor, independente de raça, ou cor. [...] nós temos que pensar no seguinte que eu sou dona do meu coração, mas meu coração não manda em mim nem eu mando nele. [...] Então, é por isso que nós temos que preservar a liberdade do indivíduo diante do amor. (GALF, 1986/7, p. 16)

As perguntas à Rios focam na diversidade sexual e seu posicionamento diante das necessidades de direitos, ainda mais escassas à época. Rios fala em adoção por casais do mesmo gênero, igualdade salarial entre gêneros, necessidades do povo indígena, racismo e ecologia. Quando perguntada sobre o que as mulheres lésbicas podem esperar dela, se eleita, afirma que continuará lutando – como já vinha com suas

obras – pelas lésbicas, e que doaria os direitos autorais de um de seus livros para o movimento GALF. Por fim, indagada se lutaria ela mesma por isso, responde:

[...] a vida inteira eu deixei de viver a minha própria vida para viver por eles. Se eu fui até chamada de papiza [sic] do homossexualismo [sic]. Foi um codinome que faz jus ao meu trabalho porque se você fizer uma pesquisa, eu desafio a qualquer um a encontrar um livro sobre homossexualismo como eu escrevia, antes da aberta [política]. Depois da abertura é que houve uma invasão. [...] meu nome foi palavrão. Fui marginalizada. Eu levei prisão, fui perseguida, fecharam minha livraria, me esbofetaram, me chamaram disto e daquilo. [...] (GALF, 1986/7, p. 21)

Em MAFC, a autora fala também sobre estas violências físicas e morais em diversos trechos:

EXCERTO NÚMERO 9

Até meu nome para os meus perseguidores era considerado palavrão! (RIOS, 2000, p. 78)

EXCERTO NÚMERO 10

Na boca desses hipócritas eu era tudo o que há de mais errado [...] Punham-me cognomes como demônio das letras, papisa do Homossexualismo, rainha das lésbicas, quando deveriam ter empregado pelo menos, com mais acuidade, na terminologia correta, “Homossexualidade” [...]. (RIOS, 2000, p. 199)

EXCERTO NÚMERO 11

Até bofetada de delegado, na cara, levei. O que mais temiam? Já não estava eu proibida? Hoje entendo. Ruminavam que eu precisava ser algemada, amordaçada, enxovalhada de todas as humilhações, desacreditada na minha conduta moral, para denegrirem meu talento e consagrarem suas aleivas pessoas!! Verdade que, na época, assim diziam, só eu vendia! O público consumidor via, só nas páginas dos meus livros, gente com as quais hoje cruzam nas ruas, livres, sem ter que disfarçar e pagar pelo que nasceram. (RIOS, 2000, p. 107)

Apesar de defender o direito das mulheres na entrevista ao GALF, Rios deu diversas declarações anteriores de que não era preciso que as mulheres tivessem um movimento próprio. No *Lampião da Esquina* (1980), fala que não existiriam mulheres objetificadas pelos homens se estas não se deixassem objetificar, e mesmo de forma ficcionada, suas personagens possuem a mesma opinião:

EXCERTO NÚMERO 12

Sou antifeminista. A mulher não precisa sair por aí empunhando estandartes para gritar seus direitos de igualdade junto ao homem. (RIOS, 1973, p. 25)

Em maio de 1987 se encerram as publicações do *ChanacomChana* (edição n. 12), e em dezembro iniciam as publicações do boletim *Um Outro Olhar pelo GALF* (MARTINHO, 2021, não p.). Em novembro de 1989, o *Um Outro Olhar* oficializa, por

meio de Míriam Martinho, o término do GALF a partir de março de 1990, e que este seria substituído pela Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar.

Outros grupos lésbicos que atuaram politicamente na década de 1980 são listados por Martinho como:

Terra-Maria, Opção Lésbica (SP); Grupo Libertário Homossexual (BA); publicava o boletim Amazonas; Iamaricumás publicava o boletim de mesmo nome (RJ); Terceira Dimensão (RS); Grupo Gaúcho de Lésbicas Feministas (RS); Boletim Xerereca (RJ). (MARTINHO, 2021, não p.)

Como o LF e o GALF foram os grupos de maior destaque, midiático principalmente, opto por não aprofundar os estudos nos demais movimentos citados.

A causa de encerramento do grupo ativista em 1989, afirma Martinho (2019), ocorreu em função do “[...] esgotamento de seu ciclo de ativismo junto ao Movimento Feminista. Ficou claro para suas integrantes o quanto era contraproducente levar as lésbicas para o feminismo e, ao mesmo tempo incentivá-las a sair do armário [...]” (não p.), ou seja, o movimento feminista da época não pretendia abordar as questões lésbicas, mas sim mantê-las no ambiente privado, como “opção” individual. Era comum também

[...] encontrar grupos feministas formados majoritariamente por lésbicas, mas exclusivamente referentes às chamadas questões de gênero, ou seja, questões voltadas para a resolução dos problemas das mulheres heterossexuais em seus relacionamentos com homens. (MARTINHO, 2019, não p.)

Sucinta, Martinho finaliza: “Não havia mais porque manter um grupo lésbico-feminista nesse contexto.” (2019, não p.).

Rich (2010) fala sobre essa solidão da existência lésbica ao sugerir o *continuum lésbico*. A expressão é cunhada pela autora ao defender que “lesbianismo” tem projeção limitada, e que “*continuum*” pode sugerir o conjunto de vivências lésbicas, “[...] experiências de identificação da mulher, não simplesmente o fato de que uma mulher tivesse alguma vez tido ou conscientemente tivesse desejado uma experiência sexual genital com outra mulher.” (p. 35-36); ou seja, a partir do momento em que Martinho (2021) sugere este deslocamento do movimento lésbico da época com o feminismo heterossexual, o GALF cria o que Rich chama de criação contínua nesta existência, já que não se viam nem se encontravam mais somente no movimento feminista ou no lésbico, e surge a necessidade de criar um grupo que una as duas vivências.

Swain (2016) diz que “A regra geral é o silêncio: silenciar para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão ‘natural’ e evidente [...]” (2016, p. 18) ao mencionar a transgressão da existência lésbica. A autora continua dizendo que o *continuum*, por exemplo, que vislumbra a união entre mulheres nem sempre sendo sexual, permite edificar uma postura política em oposição à masculina. Este posicionamento lésbico desencontra a definição desta sexualidade como tendo obrigatoriamente o sexo, mas como uma recusa ao patriarcado (SWAIN, 2016, p. 19).

Rich afirma que a existência lésbica interrompe e rejeita o ciclo da heteronormatividade, e que a potencialidade do *continuum* se dá também a partir do erótico lésbico, que não é propriamente a erotização, não apenas confinado ao corpo e suas ações, mas um compartilhamento da amizade, do trabalho e da alegria entre mulheres que nem sempre se reconhecem como lésbicas, mas que vão para dentro e para fora deste *continuum* ao longo da vida. É o que se dá fora da dependência do convencional heteronormativo. Swain, por outro lado, questiona o que significa ser lésbica a partir da matriz heterossexual, que prevê o direcionamento da mulher para o homem; esta matriz se viabiliza, para a autora, como “inevitável e natural” desde o sexo biológico, às práticas sexuais e construção social (2016, p. 20). Não há por definitivo uma resposta ao que significa ser lésbica, já que há sempre multiplicidades “tão numerosas quanto as próprias mulheres, assim construídas socialmente” (SWAIN, 2016, p. 22), e mesmo as práticas sexuais não são tidas como únicas, a eroticidade se exercendo mediante diversas manifestações.

Rich diz que o fato mais apagado das vivências femininas têm sido a sensualidade erótica, e que “A identificação entre mulheres é uma fonte de energia e de poder feminino potencial, contido e minimizado pela instituição da heterossexualidade.” (RICH, 2010, p. 40). Em outras palavras, o sistema heteronormativo tenta de todas as maneiras minimizar a união entre mulheres, especialmente a erótica, para que estas não descubram a possibilidade de subversão criada a partir daí. Podemos citar a rivalidade feminina, por exemplo, que se encarrega de criar hostilidade seja no ambiente de trabalho, amoroso ou de amizade, sempre mantendo uma competição entre quem é melhor ou age da melhor maneira, por assim dizer. Rich ainda fala que estas relações, muitas vezes dissimuladas, representam uma perda no poder das mulheres em mudarem sua sociabilidade umas com as outras (2010, p. 40).

A narrativa da mulher “presa no armário”, por exemplo, é enredo da maioria dos livros de Rios, podendo também ser justificado pelo período histórico em que foram escritos. Martinho (2021) vai chamar o período de “ditadura da heterossexualidade compulsória.” (não p.), não só pelas ações movidas pelo regime militar em proibir e condenar Rios e todas as mulheres lésbicas, mas por ser um regime enclausurado em um sistema heteronormativo, que previa o direcionamento nas relações erótico-afetivas de homens e mulheres. Especialmente sobre as lésbicas, Rich declara que:

Essa mentira [da heterossexualidade compulsória feminina] coloca um sem-número de mulheres aprisionadas psicologicamente, tentando ajustar a mente, o espírito e a sexualidade dentro de um roteiro prescrito, uma vez que elas não podem olhar para além do parâmetro do que é aceitável. Ela absorve a energia de tais mulheres e drena até mesmo a energia das lésbicas “no armário” – a energia exaurida em uma vida dupla. A lésbica que está presa “no armário”, a ideia que está aprisionada por ideias prescritivas do que é “normal” compartilha as dores das alternativas não alcançadas, das conexões rompidas, do acesso perdido à sua autodefinição de modo livre e poderosamente assumido. (RICH, 2010, p. 41)

Os “distúrbios emocionais” que sofriam as personagens de Rios levavam-nas, muitas vezes, a deixarem de lado o exercício da sexualidade:

EXCERTO NÚMERO 13

[...] às vezes uma revolta interior que se não leva ao suicídio, pede uma neutralização de todo ser, um comedimento absoluto, para que se torne indiferente, frio, assexuado, insensível, materialista, empenhando-se apenas em não aparentar coisa alguma. (RIOS, 1973, p. 76)

A “mentira” da heterossexualidade de que fala Rich, leva as mulheres à camada romântica de envolvimento com homens, as levando a acreditar que estes sejam os protetores emocionais e econômicos de mulheres fragilizadas que só seriam completas com a participação masculina em sua sexualidade e sociabilidade (como a unidade familiar, por exemplo) (2010, p. 41). Outra possibilidade da mentira é levar à união feminina por meio do ódio mútuo aos homens, encontrando uma na outra (no relacionamento lésbico) um “espaço seguro” dos abusos masculinos. Sobre esta segunda via, a autora fala ainda que “[...] há um conteúdo político feminista nascente no ato de escolher uma mulher como amante ou companheira diante da heterossexualidade institucionalizada.” (2010, p. 43); ou seja, é preciso que se trate a existência e resistência lésbica como um todo, não como fragmentada que vem sendo,

para assim poder “[...] desfazer o poder que os homens exercem sobre as mulheres em todos os lugares [...]” (RICH, 2010, p. 44).

As lésbicas são mulheres que não dependem dos homens nem econômica, emocional ou materialmente, elas não aceitam as determinações dos homens de como uma mulher deve agir, aparentar, viver e sentir, rejeitam a subordinação, a opressão e a ‘natureza’ inexistente da heteronorma, que de forma cruel retira das mulheres suas potencialidades, apenas pelo fato de ser mulher. (FERNANDES, 2018, p. 102-103)

Os movimentos sociais que surgiram durante e/ou após a abertura política da ditadura, ajudaram a dar passos largos nos avanços dos direitos LGBTIA+. Em seus últimos anos de vida, Rios declarou se sentir feliz pelos progressos vistos, e por se considerar parte importante na vivência de identidade sexual e de gênero:

EXCERTO NÚMERO 14

Eu não sabia, até a publicação do meu primeiro livro, que eles eram tantos! Quantas Lieths e Irez! Quantas Anas Marias! Georgettes! Marcelinas e Anastácias! Quantas Calíopes, Eudemônias, Macárias, Ariellas! Milhares! Quantos personagens de ficção com os quais se identificavam pessoas reais! Milhares e milhares de cartas revelavam-me a importância da minha literatura, pelo que me diziam e comprovavam! (RIOS, 2000, p. 72)

EXCERTO NÚMERO 15

O que interessa é que finalmente foram sendo reconhecidos seus direitos! Os direitos de viver! Como são! Isso basta! E penso: Tudo o que sofri não foi em vão. (RIOS, 2000, p. 149)

Em 17 de junho de 2002, três meses após o falecimento da escritora, a V Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, a maior do país, homenageou Cassandra Rios e a cantora Cassia Eller (falecida em dezembro de 2001) com um público de aproximadamente 500 mil pessoas. Fernandes (2018, p. 109-110) atribui estas homenagens às insistências e lutas de mulheres lésbicas para que tivessem mais espaço nos movimentos majoritariamente gays; apesar do avanço, as sucessões políticas têm estado em tendência minimizadora dos direitos e conquistas que abrangem a gênero e diversidade sexual. As mulheres lésbicas continuam experienciando violações, invisibilidade e silenciamento nos espaços em que se inserem.

Agindo a partir da “[...] ideologia do romance heterossexual, irradiada na jovem desde sua mais tenra infância [...]” (RICH, 2010, p. 31), a heterossexualidade compulsória realiza seu trabalho nos mais diversos ambientes, seja na escola, na igreja ou no poder político. Deste modo, as marcas de um corpo são produzidas a partir da observação, para assim corrigi-las e moldá-las constantemente; é preciso que, desde o princípio, se garanta a aquisição da heterossexualidade para que, no decorrer da

experiência de vida do sujeito, esta seja determinada como natural. O corpo, como parte desta formação, também é alvo: é preciso que se vista certo tipo de roupa, que se use determinados acessórios, que o corte de cabelo seja compatível ao gênero determinado, por exemplo. Este tipo de controle se faz de modo diário, especialmente discursivamente, para que a diferença seja o lugar de não-pertencimento e a normalidade se desdobre em sujeitos adultos, inclusive, ultraconservadores e moralistas.

4 “MINHA ARMA É A PALAVRA!”

“Todas as coisas ruins, o que não prestasse, tudo quanto pudesse acontecer de pior, o suspeito teria que ser sempre um homossexual, coisas tão abomináveis e brutais, que levaram muitos jovens, envergonhados perante a família, com medo do terrível monstro-sociedade, a cometerem suicídio. Será que por algum momento a consciência dessa gente, da nossa ilibada sociedade, doeu?” (RIOS, 2000, p. 117)

4.1 O ULTRACONSERVADORISMO E A PERSEGUIÇÃO A LIVROS NO SEXÊNIO 2016-2021

Um salto temporal nos leva a setembro de 2021, em que a Locomotiva Pesquisa & Estratégia divulgou⁸⁶ dados da sondagem *Ultraconservadores: Quem Seriam Os Talibãs Brasileiros* com propósitos de “dimensionar a quantidade de brasileiros próximos a um ideário ultraconservador semelhante a alguns dos principais valores notoriamente defendidos pelo Talibã⁸⁷ [...]” (LOCOMOTIVA, Carta Capital, 2021, não p.).

A pesquisa, realizada de 15 a 22 de julho de 2021, entrevistou 2.420 pessoas acima de 16 anos em 71 cidades brasileiras. O estudo considerou como ultraconservador o indivíduo⁸⁸ que concordasse absolutamente com as três afirmativas seguintes: “o Estado brasileiro deve ser cristão”, “mais pessoas deveriam ter acesso ao porte de armas” e “mulheres são melhores para realizar tarefas domésticas”. Os resultados mostram uma concordância de 24% para a primeira afirmação, 28% para a segunda e 17% para a terceira. Se comparados a números absolutos, 6,4 milhões de

⁸⁶ Os dados da pesquisa foram divulgados em primeira mão pelo Estadão (disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/pesquisa-aponta-que-6-5-milhoes-de-eleitores-podem-ser-classificados-como-ultraconservadores.70003837738>), porém os excertos aqui utilizados foram colhidos no site Carta Capital (ver referências), que divulgou a pesquisa completa em apresentação PDF.

⁸⁷ De acordo com o Instituto Locomotiva, na própria apresentação da pesquisa, “Talibã é um grupo nacionalista revolucionário afegão, que ficou conhecido por seu posicionamento extremista e radical em favor das leis religiosas do islamismo. Os seus atos violentos e que violam totalmente os direitos das mulheres, fizeram com que o Talibã fosse classificado como uma organização terrorista pela União Europeia, Estados Unidos e Rússia, assim como pela maioria dos países do Ocidente.” (LOCOMOTIVA, Carta Capital, 2021, não p.). Após vinte anos afastados e tendo derrubado o governo do Afeganistão, o grupo voltou a ser pauta ao redor do mundo em agosto de 2021 (muito provável que a pesquisa tenha se desdobrado a partir do assunto em alta).

⁸⁸ Neste tópico, “ultraconservador” será correspondente/igual a “indivíduo ultraconservador”, suprimindo a utilização de coletivo feminino aderida nesta pesquisa ao falar de grupos (como “brasileiras” em vez de “brasileiros”, por exemplo).

brasileiros adultos são considerados ultraconservadores, ou, de acordo com a Locomotiva, “talibãs brasileiros”.

Segundo a pesquisa (os dados a seguir estão inseridos de forma igual à apresentada pelo Instituto), 60% dos ultraconservadores são homens, 8 em cada 10 possuem Ensino Superior e 56% possuem mais de 45 anos. Proporção de ultraconservadores é maior entre homens, mais velhos e na Região Norte do Brasil. Dentre aqueles que concordaram com as três afirmativas, 17% se consideram de esquerda no que se refere à posição política, 5% de centro, 50% de direita e 28% não saberiam se classificar.

O estudo deu conta ainda de classificar outros dados: 70% dos ultraconservadores acham que casais do mesmo gênero não devem ter o direito de se casar, 67% acham que a Bíblia tem a receita completa do que é certo e do que é errado, 63% acreditam que cotas para negros nas Universidades prejudicam a sociedade, 61% afirmam que a polícia precisa ser violenta no combate ao crime, 43% acham que em 1964 (início da Ditadura Militar) os militares fizeram uma revolução que foi boa para o Brasil e, por fim, 65% não confiam nas urnas eletrônicas.

Em um momento tão conturbado politicamente⁸⁹, a pesquisa apontou as crenças de diversas brasileiras, especialmente aquelas de direita política. Embora não dê conta de indicar se os ultraconservadores apoiam o presidente Jair Messias Bolsonaro, os resultados foram divulgados pelo Estadão logo após a manifestação contra o Supremo Tribunal Federal (STF) de bolsonaristas, no dia 7 de setembro de 2021. O favorecimento ao porte de armas e Ditadura Militar, a crença inquestionável na Bíblia e a aversão a pessoas LGBTIA+, evidenciam a incapacidade destas pessoas de conviver com a diversidade.

Unindo Ciência, Fundamentalismo Religioso e Diversidade, Tamires Tolomeotti Pereira e Jamil Cabral Sierra (2019) discutem sobre, de que forma, estes dois primeiros grupos produzem e alimentam discursos de ódio contra o terceiro grupo, especialmente no que condiz à gênero e sexualidade. As autoras afirmam que o fundamentalismo religioso é alicerce do ultraconservadorismo brasileiro dos últimos anos, e que este “[...] rejeita o tempo presente a partir da mobilização das camadas tradicionais da sociedade e de seus sistemas de valores aos sistemas tradicionais”

⁸⁹ Opto por não aprofundar o cenário caótico (especialmente durante a pandemia mundial COVID-19), machista, negacionista e LGBTIA+fóbico durante o mandato do presidente brasileiro Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018 (empossado em 2019).

(PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 248). É o regresso que sustenta a força conservadora, especialmente nos espaços políticos.

As ações de condenação a uma educação que compreenda gênero e diversidade sexual, por exemplo, ocorrem a partir da concepção de que as relações devem permanecer heterossexuais e engessadas, afirmam as autoras. Especialmente no que concerne a masculinidade, é:

[...] baseado na dominação sexual das mulheres e na discriminação da feminilidade, o que justifica porque gays afeminados são tão repudiados. [...] Nessa perspectiva, mulheres masculinizadas, homens afeminados e pessoas trans têm seus corpos e modos de viver deslegitimados porque não seriam “homens”. (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 249)

A não coerência com o que se espera da masculinidade hegemônica ou heteronormatividade, causa punições, exclusões e ódio. Pereira e Sierra afirmam que as ramificações do fanatismo e ultraconservadorismo podem se desmembrar em assassinatos de pessoas LGBTIA+⁹⁰, por exemplo, “justificadas” por uma “[...] aplicação apropriada e ‘sensata’ de justiça (seja ela qual for) e da manutenção da moralidade, da virtude e da ordem contra uma forma subversiva, antinatural e perigosa da conduta sexual.” (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 250).

Pereira e Sierra continuam dizendo que, embora os estudos científico-biológicos tentem determinar um meio para as dissidências de sexualidade e gênero, não há nenhuma evidência de causa biológica segura. No âmbito político, por outro lado, o discurso descabido é o de que estas “fugas” à heterossexualidade devem ser proibidas em quaisquer espaços, especialmente o escolar. Isto faz com que o fundamentalismo religioso argumente que

[...] se não há como provar cientificamente que homossexualidade e transexualidade são um ‘fato da natureza’, investe-se, pois, no argumento de que devem ser ‘desvios comportamentais’ e, como tal, as terapias de reorientação sexual devem permanecer como ‘um direito a quem deseja mudar’. (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 251)

⁹⁰ O Grupo Gay da Bahia (GGB) anunciou o número de 300 mortes (entre homicídios e suicídios) em 2021 provocadas por LGBTIA+fobia no Brasil, um aumento consideravelmente maior que o ano anterior (237 mortes em 2020). Os dados de 2021 indicam que das 300 mortes, 12 são de mulheres lésbicas, um total de 4%. Todos os relatórios podem ser vistos em: <https://grupogaydabahia.com/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/> Acesso em 31 mar. 2022.

Deste modo, as autoras fazem uma busca nas produções acadêmicas de Biologia entre 1935 e 2003 para verificar o que se tinha dito a respeito das sexualidades dissidentes. No artigo, os argumentos discursivos de ódio que se apoiam no biologicismo são visualizados na rede social Twitter no período de 2012 a 2019. A intenção das autoras advém de apurar como o dispositivo da sexualidade, neste caso por meio da ciência biológica, permite que a religiosidade tenha uma base de argumento para suas repulsas.

As pesquisadoras mostram alguns tweets que se posicionam de maneira odiosa. “Só existem 2 sexos. Macho e fêmea. Homem e mulher. Quem não aceita essa Nomenclatura (sic) propõe criar outra raça (sic) outra espécie, um mutante! (Tweet 1, 2012)” e “Masculino e feminino possuem diferenças genéticas, biológicas, anatômicas. O resto é conversa fiada de libertinos q (sic) querem destruir a família. (Tweet 3, 2016)” (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 253).

Importante perceber a preocupação em justificar a aversão e ódio sob a afirmação de que gênero se estabelece no nascimento ou pela genitália. As autoras chamam de “estabilidade de identidade” esta consonância em ser menino se assim o foi determinado pela sociedade.

[...] se as sexualidades e gêneros dissidentes não são um destino genético, seriam, portanto, antinaturais. As pessoas “nasceriam com um sexo biológico heterossexual” e depois “aprenderiam” a ser homossexuais por experiências negativas sempre arraigas na psicologia, como: abuso sexual na infância, relacionamento problemático com a família etc.; [...] (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 254)

A utilização da biologia para justificar a homossexualidade é um dos artifícios que preveem a coerência entre sexo > gênero > desejo sexual. Logo, quem desvia desta tríade deveria ser “curado”. Esta argumentação tem base também no antigo termo “homossexualismo”: até 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) considerava que esta orientação sexual era uma doença (inclusive pelo sufixo “ismo”, que tem como base doença, anormalidade), à inserindo na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), tendo respaldo especialmente da psicologia e psiquiatria.

Questionamos se o problema da “cura gay” não poderia estar relacionado a necessidade de coerência do sistema sexo-gênero-desejo que atravessa as relações sociais, afinal, não por acaso os discursos de ódio e violência contra as experiências dissidentes de sexo e gênero operam atribuindo a elas um “gênero danificado”, chamando homens gays de “afeminados” e as lésbicas de

“masculinas”, por exemplo. Cria-se um terror aos atos sexuais dissidentes, um terror de “perder” o gênero - “não é um homem de verdade ou não é uma mulher de verdade” [...]. (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 262)

A “cura” seria um efeito de proteção às famílias tradicionais que se sentem “desprotegidas” por essas pessoas marginalizadas; composição de família esta que, aliás, ainda é cisheteronormativa. Este efeito se desdobra à diversas instituições (médicas, psi, acadêmicas, como já mencionadas), inclusive a política, em que a garantia de Estado Laico se rompe a partir do credo pessoal e o “minha religião *me* proíbe” se transforma em “minha religião *te* proíbe”. O controle de si ultrapassado no âmbito legislativo destrói a subjetividade do outro ao ser imposta como verdadeira.

De acordo com o dicionário *on-line* Dicio⁹¹, o significado de Proibição, substantivo feminino, é de “Ação ou efeito de proibir (não permitir); em que há impedimento; interdição.”.

FIGURA 16 – MANCHETE DA FOLHA DE S. PAULO

Governo de RO manda recolher 'Macunaíma' e mais 42 livros e depois recua

Determinação também incluía obras de Kafka, Euclides da Cunha, Ferreira Gullar e Rubem Fonseca, entre outras

FONTE: Frame de reportagem do jornal Folha de S. Paulo (2020).

A manchete⁹² acima demonstra uma recente proibição a livros considerados “impróprios” a crianças e adolescentes estudantes.

Em fevereiro de 2020 começou a circular uma lista, feita pela Secretaria de Estado de Educação de Rondônia, de obras que deveriam ser apreendidas das escolas.

⁹¹ PROIBIÇÃO. Significado. **Dicio** – Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/proibicao/> Acesso em 01 ago 2022.

⁹² As manchetes de proibição trazidas nesta pesquisa têm como centralidade as proibições e perseguições brasileiras a livros que abordam/discutem gênero e/ou sexualidade/diversidade sexual, sejam eles fictícios ou didáticos no período de 2016 a 2021. Uma rápida pesquisa *on-line* é capaz de mostrar censura a livros que tratam de racismo e/ou comunismo, como foi o caso da Fundação Palmares em junho de 2021, que censurou 5.300 obras. Outras pesquisas também apontam inúmeros casos de censura a livros que tratam de diversidade ao redor do mundo.

A lista, com um total de 43 títulos, continha inclusive títulos clássicos. Caio Fernando Abreu, Machado de Assis, Rubem Fonseca e Mário de Andrade são alguns dos escritores nacionais citados. Franz Kafka e Edgar Allan Poe figuram na lista dos estrangeiros. A relação com os títulos contém uma observação: “todos os livros do Rubem Fonseca devem ser recolhidos”. O autor é o mais citado, com dezenove obras das 43. Com o argumento de que os títulos poderiam ser nocivos às crianças e adolescentes estudantes é que o conteúdo destas foram eleitos como “inadequados” pelo memorando, que solicitava o recolhimento imediato.

A primeira declaração da Secretaria, após o vazamento da lista, foi de que esta era falsa; a Folha de S. Paulo confrontou o secretário de educação que, por fim, confessou se tratar de uma lista verdadeira, mas feita sem seu conhecimento. Com a circulação negativa da notícia – a Academia Brasileira de Letras, a Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia e o Ministério Público Federal publicaram notas de repúdio contra o ato –, a Secretaria lançou nota cancelando o recolhimento e afirmando que o documento foi criado após denúncias de conteúdos impróprios.

Esta não foi a única ação recente nem isolada contra obras literárias em nosso país. Em 2019, na Bienal do Livro do Rio de Janeiro (RJ), ocorreu a proibição e perseguição à HQ *Vingadores – A Cruzada das Crianças*, de Allan Dois e Jim Cheung, decretada pelo ex-prefeito Marcelo Crivella.

FIGURA 17 – MANCHETE DO JORNAL DO BRASIL

Marcelo Crivella manda censurar gibis dos Vingadores na Bienal do Livro, no Rio

Publicado 05, Sep, 2019,23:09



O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), anunciou em postagem nas redes sociais que mandou censurar exemplares do gibi "Vingadores - A Cruzada das Crianças", expostos na Bienal do Livro.

FONTE: Frame de reportagem do Jornal do Brasil (2019).

À época, Crivella disse em vídeo que “livros assim precisam estar embalados em plásticos preto [sic] lacrado [sic] e, do lado de fora, avisando o conteúdo [...]” (JORNAL DO BRASIL, 2019, não p.), pois em uma das passagens da HQ acontece um

beijo entre dois personagens masculinos. O ex-prefeito ainda afirmou que a medida era protetiva às crianças e adolescentes – por mostrar no livro ações [sexuais] que não condizem com sua idade – e, inclusive, ordenou funcionários para no dia seguinte à proibição lacrarem todos os exemplares que fossem encontrados na Bienal. Os exemplares da HQ esgotaram rapidamente após a notícia da proibição.

Com intuito de exercer protesto contra a restrição, o youtuber Felipe Neto comprou cerca de quatorze mil exemplares de livros com temática e/ou personagens LGBTIA+. Os livros foram distribuídos gratuitamente, plastificados em preto com a frase “Este livro é impróprio para pessoas atrasadas, retrógradas e preconceituosas. Felipe Neto agradece a sua luta pelo amor, a inclusão e a diversidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2019, não p.).

Judicialmente, Crivella teve sua decisão vetada. A organização da Bienal do Livro recorreu para que o evento pudesse continuar funcionando de maneira plena e impedindo que livros fossem lacrados ou recolhidos. A prefeitura recorreu mais uma vez contra a decisão e conseguiu mais uma vez com que livros com temática LGBTIA+ ou “impróprios” fossem recolhidos. As varreduras aconteceram, mas nenhum exemplar foi encontrado.

As intervenções repressivas geraram comoção tanto do público quanto dos organizadores e livreiros. O público chegou a promover um “beijão” em protesto. Os não-presentes se manifestaram de forma *on-line*. O Supremo Tribunal Federal revogou, por fim, sua última decisão.

FIGURA 18 – PERSONAGENS SE BELJANDO



FONTE: Reprodução (2019).

LEGENDA: Frame do quadrinho da HQ que gerou a polêmica.

Não distante destes dois marcantes episódios, diversos casos de proibição elaborados por pais de estudantes ou políticos (inclusive pelo presidente Bolsonaro), se propagaram nas notícias dos últimos anos.

Em 2018, já como candidato a presidente, Bolsonaro alimentava a notícia falsa criada em 2011 em torno das ações do programa Escola Sem Homofobia, que “[...] incluía a distribuição de materiais didáticos voltados ao combate da discriminação sexual e de gênero que logo ficariam conhecidos pejorativamente como ‘kit gay’” (PEREIRA; SIERRA, 2019, p. 245). Distorcendo ações e espalhando notícias falsas, Bolsonaro afirmava que os kits eram distribuídos nas escolas públicas e que ensinavam a como fazer sexo, além de ridicularizar as relações homoafetivas.

FIGURA 19 – BOLSONARO MOSTRANDO LIVRO



FONTE: Reprodução internet/TV Globo (2018).

Em uma de suas mais famosas aparições enquanto candidato, Bolsonaro mostrou um livro em rede nacional afirmando que este fazia parte do kit. O título exibido não fazia parte do programa educacional, que inclusive que não chegou a ser executado e foi tirado de pauta no Congresso. O programa previa uma série de ações para combater a LGBTIA+fobia nas escolas, e pretendia distribuir materiais de suporte para que as professoras tivessem subsídio para abordarem os temas, a partir de estudos de gênero e sexualidade. O Ministério da Educação declarou, à época, que o programa foi cancelado.

Após a polêmica declaração de Bolsonaro na televisão, o Tribunal Superior Eleitoral ordenou a retirada do vídeo de todos os meios de comunicação por se tratar de uma declaração falsa.

FIGURA 20 – REUNIÃO ENTRE PREFEITO E VEREADORES



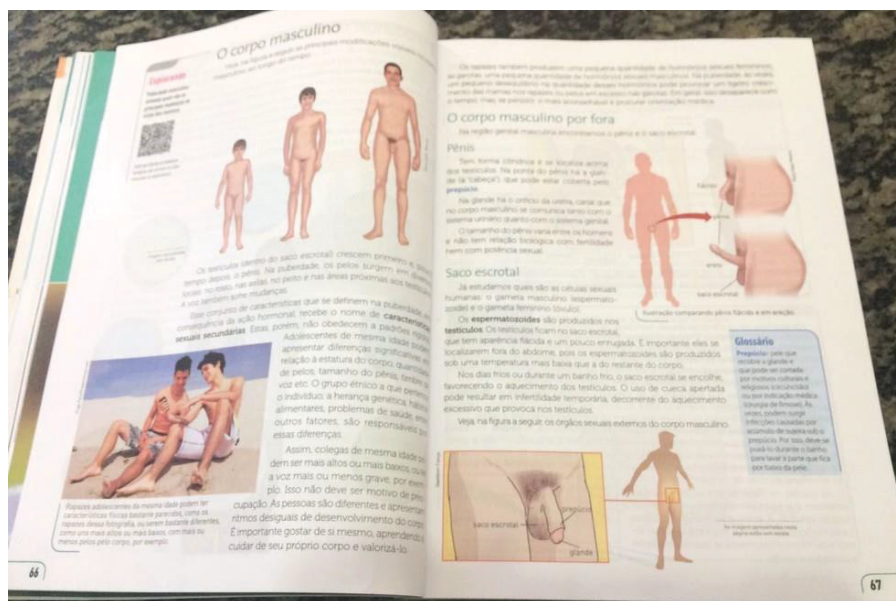
FONTE: Fotografia de Jeferson Carlos/G1, 2017.

Já em 2017, duas “proibições” a livros didáticos chamaram a atenção novamente em Rondônia.

Na primeira ocorrência, a prefeitura de Ariquemes (RO) instruiu que a escola estava proibida de entregar os livros didáticos sem que antes o poder municipal investigasse seu conteúdo. O objetivo era de arrancar as páginas em que diversidade sexual ou sexualidade eram debatidas. Os vereadores da bancada evangélica protocolaram um pedido para que a fiscalização ocorresse antes do início das aulas, de forma a evitar que as crianças e adolescentes tivessem acesso ao conteúdo que, para eles, era indevido, forçado e contra a família tradicional, pois a “ideologia de gênero” poderia ser prejudicial visto a “incapacidade de compreensão”. Em 2016 a prefeitura havia conseguido com que o mesmo ato proibitivo fosse efetivamente executado, mas sem a devolução dos livros às escolas após a “arrancada” das páginas.

Na segunda ocorrência em Ji-Paraná (RO), um grupo de mais de 150 pais e mães fizeram um abaixo-assinado contra o livro didático de Ciências, que mostrava a anatomia humana e seus órgãos sexuais (figura acima), assim como em desenhos instruíam o autoexame de mama. Os pais, alegando que os livros incentivavam a vida sexual das estudantes do nono ano do Ensino Fundamental, diziam que as informações deveriam ser repassadas por eles em casa, e não no ambiente escolar.

FIGURA 21 – LIVRO DE CIÊNCIAS



FONTE: Fotografia de Pâmela Fernandes/G1, 2017.

É válido afirmar que em ambos casos o Ministério da Educação havia liberado os conteúdos dos livros.

Já em 2016, a prefeitura de Nova Iguaçu (RJ) sancionou uma lei proibindo a circulação de materiais (didáticos ou paradidáticos, como livros, vídeos, textos e cartazes) que abordassem a diversidade sexual nas escolas municipais. O projeto, criado em 2015 por um vereador, teve sua aprovação unânime no ano seguinte, tendo como justificativa a preservação das crianças contra “apologias à homossexualidade”.

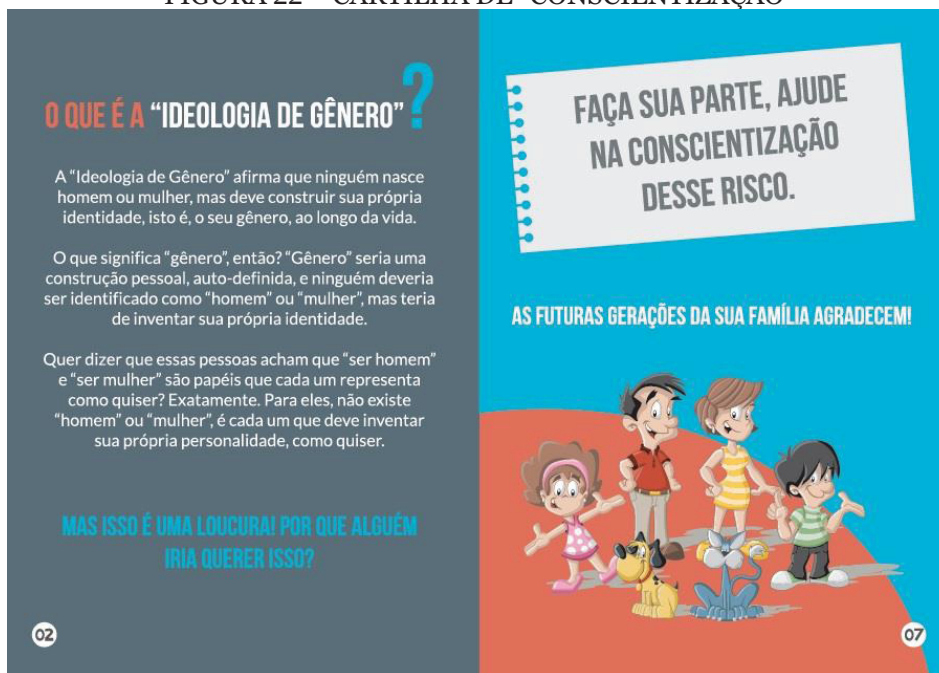
Originalmente, o parágrafo único da lei previa que:

O material a que se refere o caput [enunciado da lei] deste artigo é todo aquele que, contenha orientações sobre a prática de homoafetividade, de combate à homofobia, de direitos de homossexuais, da desconstrução da heteronormatividade ou qualquer assunto correlato. (NOVA IGUAÇU, Lei nº. 4576, de 15 de fevereiro de 2016)

O parágrafo foi retirado da lei após manifestações negativas da população e ativistas LGBTIA+.

Um ano antes, em 2015, o Projeto de Lei (PL) federal 2731 propunha a proibição à “utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero” (BRASIL, 2015). O parágrafo único do projeto era direto: “É proibida a utilização de qualquer tipo de ideologia na educação nacional, em especial o uso da ideologia de gênero, orientação sexual, identidade de gênero e seus derivados, sob qualquer pretexto.” (BRASIL, Projeto de Lei nº. 2731, de 20 de agosto de 2015).

FIGURA 22 – CARTILHA DE “CONSCIENTIZAÇÃO”



FONTE: Reprodução.

Além disso, o projeto tinha como proposta a alteração do Plano Nacional de Educação, informando que todos os Estados e Municípios deveriam cumprir sua determinação, sob risco de impedimento de repasse financeiro às instituições escolares. Previa ainda que profissionais da educação que não cumprissem o determinado seriam penalizados ou perderiam o emprego.

Violento à liberdade de ensino, o PL 2731 também tinha como justificativa a proteção à infância e juventude das estudantes:

Não cabe à escola doutrinar sexualmente as crianças, desprovidas que são das necessárias compreensão e maturidade, ainda mais quando essa doutrina vai contra todo o comportamento habitual e majoritário da sociedade, pois isso pode causar-lhes danos irreversíveis quanto à sexualidade e quanto a aspectos psicológicos. (BRASIL, Projeto de Lei n.º 2731 de 20 de agosto de 2015)

FIGURA 23 – CARTILHA DE “CONSCIENTIZAÇÃO” PARTE DOIS



FONTE: Reprodução.

NOTA: Parte de uma cartilha em PDF que, à época do Projeto de Lei, circulava de forma *on-line* com intuito de “conscientizar” os cidadãos sobre a “ideologia de gênero”.

As disputas políticas do projeto ainda implantaram erroneamente o termo “ideologia”, que nos estudos de gênero se refere à noção de “engano”, aquilo que não é verdadeiro. Na articulação do projeto a “ideologia de gênero” se torna um conjunto de ideias sobre quais os comportamentos identitários adequados, é dito que se pretende constituir e implantar à força novas identidades por meio dos dispositivos educacionais.

O projeto foi retirado de tramitação no mesmo ano à pedidos do deputado autor. Apesar disso, o PL “Ideologia de Gênero” fazia parte de um projeto muito maior denominado Escola Sem Partido, ou PL 867/2015. Um projeto igualmente polêmico, que previa:

[...] Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

§ 1º. As escolas confessionais e as particulares cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão obter dos pais ou responsáveis pelos estudantes, no ato da matrícula, autorização expressa para a veiculação de conteúdos identificados com os referidos princípios, valores e concepções. [...] (BRASIL, Projeto de Lei 867 de 23 de março de 2015)

E, de forma a efetivar suas ideias, anuncia:

Art. 5º. [...] § 1º. Para o fim do disposto no caput deste artigo, as escolas afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por estudantes e professores, cartazes com o conteúdo previsto no Anexo desta Lei, com, no mínimo, 70 centímetros de altura por 50 centímetros de largura, e fonte com tamanho compatível com as dimensões adotadas. [...] (BRASIL, Projeto de Lei 867 de 23 de março de 2015)

Há ainda uma lista com os deveres a serem executados pelas professoras e um anexo de justificativas do projeto. O documento deixa claro que os livros didáticos têm se “aproveitado” de sua circulação para incutirem nas alunas determinadas identidades políticas, de gênero e sexualidade (as “ideologias”). Além disso, inibe nas falas e/ou atitudes de professoras quaisquer abordagens que estejam fora do documento, afirmando que os assuntos proibidos devem ser apenas abordados pelos pais ou responsáveis das estudantes.

Diante dessa realidade – conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (BRASIL, Projeto de Lei 867 de 23 de março de 2015)

O movimento acabou enfraquecido e teve o fim das atividades decretado no meio de 2019 por seu criador Miguel Nagib. Ainda assim os resquícios da articulação, permaneceram em Projetos de Lei criados por deputados na tentativa de criminalizar a abordagem a “ideologia de gênero” ou política no ambiente escolar⁹³.

Estas ações eram e continuam perigosas, visto que desejam minar com a autoridade da professora em seu espaço de trabalho, além de deslegitimar teorias e estudos educacionais e práticas pedagógicas. Projetos preocupantes, que evidenciam LGBTIA+fobia utilizando o poder político (dado que muitos destes têm se apropriado das leis para realizarem suas convicções cristãs pessoais) e prevendo o silenciamento em torno dos poucos direitos conquistados por pessoas marginalizadas.

⁹³ Fernanda Pereira de Moura e Renata da Conceição Aquino da Silva mapearam os Projetos de Lei brasileiros de 2014 a 2020 que previam algum tipo de censura no ambiente escolar. A quem deseje pode visitar o site <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> ou acessar o documento: MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil:** levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordça, 2020.

O poder político tem sua ação garantida por meio da constituição que regula seu funcionamento, mas para além disso é organizado com normas internas que permeiam suas atividades. Se muitas das manchetes mostradas neste tópico estão ligadas a justificativas pessoais de pessoas políticas, é preciso que, mesmo brevemente, o discurso enquanto conceito seja explanado, dado que é por meio dele que as proibições e perseguições ultraconservadoras agem, por intermédio de projetos como o Kit Gay, o Escola Sem Partido, a Ideologia de Gênero e etc., muito diferente das censuras e repressões, por exemplo, que tinham como instrumento leis que asseguravam punições. Embora o ultraconservadorismo aja em vários campos como a política, ciência, finanças, por exemplo, o discurso surge como um dos veículos que permitem o trâmite do ultraconservadorismo na educação. Se menciono a intervenção de crenças pessoais de pessoas políticas em suas ações políticas, é porque também ocorrem outros atravessamentos como a posição do sujeito na sociedade, a construção de identidade influenciada pela cultura, a linguagem a que está ambientado, e demais fatores já estabelecidos ao longo desta pesquisa. No pós-estruturalismo, a virada filosófica que permitiu mudanças a partir da linguagem, o sujeito e sua localização histórica já eram vistos como importantes fatores de estudo, e a literatura e o discurso são ferramentas que surgem a partir daí e permitem verificar de que forma as diferenças são planejadas e construídas; a linguagem é, portanto, constatada como um dispositivo que mantém a dicotomia, logo, um instrumento regulatório de poder.

Michel Foucault (1999) se debruça a estudar o discurso (não sua origem, mas sua manifestação na sociedade), questionando qual o perigo de as pessoas falarem e seus discursos se proliferarem de forma indefinida; para isto, faz algumas suposições, primeiramente falando sobre procedimentos externos.

O autor diz que “[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos [...]” (1999, p. 8-9), ou seja, ainda que se objetive mascarar certa pacificidade nestas estruturas por meio do discurso, ele se mostra um método de poder e controle. Este é o primeiro e mais conhecido procedimento de todos: o de interdição a partir da exclusão. Organiza-se o que é permitido ou não dizer.

De acordo com Foucault, as temáticas mais “tabutizadas” de discursarem são a sexualidade, a política e a religião, pois as “[...] interdições que o atingem [o discurso] revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder.” (FOUCAULT,

1999, p. 10). Não são, portanto, somente manifestação do poder, mas objeto dele, que o mantém segregado para que não se possa externar o discurso que vai além do permitido.

Outro procedimento de exclusão é o da separação e rejeição, e o autor relaciona estes conceitos aos da razão e loucura. Foucault comenta que a rejeição pode ser comparada à loucura pois, desde a Idade Média, os discursos dos “loucos” eram costumeiramente desprezados, anulados, tidos como sem importância. O discurso poderia ser aceitado ainda de outra forma, se tornando real por sua excentricidade, uma sabedoria que poucos poderiam perceber, mas que entraria no campo da verdade.

Vale aqui uma conexão que será abordada adiante: nos discursos repressivos, o discurso do louco ou é aquele que busca compreender mecanismos que a sociedade tenta regular, ou o insensato, que repreende as manifestações da sexualidade, mas por possuir ferramentas discursivas, se estabelece como real, astuto. O discursador é anulado ou adorado: sofre de rejeição extrema ou de uma adoração intensa.

Foucault deixa claro que não são a razão ou a loucura os fatores que determinam a posição de separação e rejeição do sujeito, mas as palavras discursadas que os transformam em um ou em outro (1999, p. 10-11). A palavra é simbólica nesta ação. Estas interdições não são antigas como a Idade Média, mas evoluíram: a separação age de outra forma agora, como por meio das instituições médicas e psiquiátricas; estas exercem deslocamentos e ressignificados ao discurso do sujeito. Não é mais uma questão do que falar, mas de quem: o que é considerado lógico ou ilógico a partir de quem narrou.

O terceiro sistema de exclusão, de acordo com o autor, é a do verdadeiro ou falso. Parecido com o segundo sistema, este também estabelece confirmações ou separações de discursos a partir da vontade de saber. Dando outro exemplo, Foucault retoma o século VI em que a verdade era o discurso da justiça, que profetizava o futuro e que se tornava realidade por meio da incitação para que isto ocorresse. Um século depois, entretanto, o discurso se tornou o que se dizia, não o que se fazia agir. “[...] a verdade se deslocou do ato ritualizado, eficaz e justo, de enunciação, para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência.” (FOUCAULT, 1999, p. 15)

O autor afirma que no século XIX a verdade se tornou uma instituição, em que se buscava conhecimentos que seriam úteis e que ajudassem a cessar as individualidades (1999, p. 15). A ciência ocidental foi enquadrada como uma das

facetas desta verdade, pois as mais variadas profissões buscavam (e buscam) suporte em teorias e estudos ocidentais, apagando desajustes e mantendo o que serve para a maioria, para o controle do poder. Sabe-se, todavia, que esta ciência não é a única tampouco a única verdadeira.

São, então, os “[...] três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 19). O que falar, quem pode falar, de que forma falar⁹⁴.

Especialmente sobre a análise dos discursos da sexualidade, Foucault afirma que é imprescindível compreender suas interdições, pois é preciso analisar “[...] ao mesmo tempo os conjuntos dos discursos, literários, religiosos ou éticos, biológicos e médicos, jurídicos igualmente, nos quais se trata da sexualidade, nos quais esta se acha nomeada, descrita, metaforizada, explicada, julgada.” (1999, p. 67). Sendo sexualidade um dos focos nesta pesquisa, e vindo de uma elucidação sobre discurso neste tópico, é necessário compreender de que forma o teórico prevê a concepção dos discursos sexuais.

Em *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (2018), Michel Foucault mapeia a sexualidade e a regulação desta, denominada por ele como dispositivo da sexualidade. Foucault afirma que houve a partir do século XVII a incitação ao discurso, ou seja, a sexualidade saía do âmbito privado para se tornar confessada em um ambiente apropriado. O autor ainda diz que “reduzindo” a sexualidade ao nível de linguagem simplesmente, o pudor estaria mais presente nas palavras e, assim, o controle seria realizado “[...] por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõem o silêncio. Censura.” (2018, p. 19). Neste período as confissões em Igrejas, de acordo com Foucault, se tornam obrigatórias a todas as pessoas para que não só seus desejos “desviantes” fossem perdoados, mas para que todo desejo fosse efetivamente discursado (2018, p. 23).

[...] a questão colocada era a do comércio permitido ou proibido (adultério, relação fora do casamento, relação com pessoa interdita pelo sangue, ou a condição, o caráter legítimo ou não do ato de conjunção); depois, pouco a pouco, com a nova pastoral – e sua aplicação nos seminários, colégios e conventos – passou-se de uma problemática da relação para uma

⁹⁴ Foucault (1999) ainda fala em procedimentos internos de classificação (comentário; autor; disciplina) e procedimentos de condições de funcionamento do discurso (ritual; sociedades do discurso; doutrinas; educação), além de tarefas a serem executadas com/sobre o discurso e análise do discurso. O recorte para apenas os procedimentos externos de exclusão é justificado no texto para fins de conexão com o objeto tratado. A quem desejar pode consultar a obra completa referenciada.

problemática da “carne”, isto é, do corpo, da sensação, da natureza do prazer, dos movimentos mais secretos da concupiscência, das formas sutis da deleitação e do consentimento. (FOUCAULT, 2018, p. 117)

Estas confissões de “desejos da carne” possibilitaram um melhor mapeamento das sexualidades consideradas desviantes, e logo a homossexualidade foi sendo transferida para uma “espécie”, e não mais uma prática de sodomia. Isto permitiu a organização da regulação das sexualidades para além dos ambientes religiosos, como na linguagem e no discurso, nas organizações médicas e psiquiátricas/psicológicas ou escolares.

Por meio destes espaços é que se organizava (e se organizam ainda) quais corpos deveriam permanecer dóceis (obedientes e não desviantes) e quais precisariam ser ajustados, para que assim retornassem ao esperado (o sistema cisheteronormativo e reprodutivo), agindo assim o dispositivo da sexualidade. Se as pessoas homossexuais eram consideradas anomalias, por intermédio de instituições autorizadas elas eram curadas para que retornassem à sociedade e à verdade das práticas sexuais – a verdade então, produzida e consentida pelas ciências, que Foucault chama de *scientia sexualis*. A verdade nada mais é do que “[...] o conjunto dos efeitos produzidos nos corpos, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa [...]” (FOUCAULT, 2018, p. 139), e, como tal, necessita de constante regulação para que possa garantir o sucesso de seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES TRAÇADAS

“Silêncio fúnebre pela escritora supostamente enterrada!” (RIOS, 2000, p. 103)

A liberdade de vivenciar quem se é verdadeiramente também pode ser um martírio: foi o que nos mostrou Cassandra Rios em seus relatos de vida e obras de ficção. Se ela, figura que norteou esta pesquisa do início ao fim, pudesse se posicionar sobre as fobias ainda presentes na sociedade 74 anos após sua primeira publicação e vinte anos após sua morte, certamente seria com inquietações de o porquê tantas perseguições ainda se fazerem presentes. E a autora ficaria sem muitas respostas; se algumas delas pudessem ser ensaiadas, seriam como as trazidas ao longo desta pesquisa de Mestrado: perseguições ainda existem na sociedade pois grupos ultraconservadores promovem estas censuras em diversos campos, como aqui mostrados.

É possível observar o tratamento a gênero e sexualidade ao longo de toda esta pesquisa, conectando tais entradas de problematização à Rios e à educação. Na primeira parte deste trabalho, o foco permaneceu em apresentar de onde vieram as problemáticas que tornaram possível relacionar a linguagem como promotora da identidade na sociedade, mas também como fomentadora de um ultraconservadorismo que abomina a diferença, dita a heteronormatividade, a LGBTIA+fobia e tantos outros processos maléficos a pessoas marginalizadas. Aliás, é também a linguagem que nomeia a marginalização.

Amana Rocha Mattos (2018) sugere que no ambiente educacional as discussões sobre gênero e sexualidade têm baixo índice, muito embora se reconheça a diversidade presente no ambiente. Tomando como análise diários de bordo produzidos por alunas de uma disciplina que coordenou, a autora afirma que as estudantes constroem em suas narrativas a criticidade em relação ao período escolar, vivido essencialmente sob a vigilância da cisheteronormatividade. Mattos (2018, p. 580) diz que as estudantes percebem e pensam sobre as repressões à gênero e sexualidade, mesmo que depois do fim do ensino básico, ao contrário do que sugere o Escola Sem Partido, por exemplo, que crê que todas as alunas simplesmente acatam com a opinião de suas professoras. A autora ainda diz que reafirmar o costume, a tradição e o hábito são comuns entre muitas trabalhadoras de diversas escolas, mesmo em “singelos” binarismos de gênero, como a divisão de exercícios ou atividades “para meninos” e

“para meninas”. O desenrolar destas ações pretende culminar em corpos obedientes, que não reagem e não questionam a norma, quiçá desviam dela ou enfrentam os prejuízos causados pela marginalização.

Sem discutirmos e dialogarmos com o que chega às escolas e com os preconceitos que ali se acirram, o mais provável é que duas posições sejam reiteradas: que se ignorem situações de violência e discriminação, e que se responsabilize aquelas/es que estão sendo alvo dessa violência. (MATTOS, 2018, p. 581)

Dessa maneira, não é mais possível coagir com o silêncio ou dividir as discussões: estão emaranhados os corpos, os desejos, as sexualidades, os sujeitos, os discursos e a cultura. Isto posto, é mais do que necessário enxergar a sexualidade em um âmbito político: se há diferença, se há exercício de poder, determinadas identidades serão constantemente inferiorizadas (as identidades LGBTIA+, por exemplo). Há marcações. Há nomeações. Há a categorização do diferente a partir daquilo que se denomina normal. Este “normal”, tantas vezes discutido teoricamente, é uma sombra que rodeia as relações e o sujeito. A busca ou o confronto pelo normal, se dá no âmbito social de forma corriqueira, seja por meio dos signos, das ações e das subversões, conforme relatos ao longo da primeira parte desta pesquisa.

A segunda parte destacou a mulher lésbica e escritora Odete Rios, conhecida especialmente por seu heterônimo Cassandra Rios, fortemente censurada durante o regime ditatorial brasileiro, e traçou aspectos importantes da construção de sua trajetória pessoal e artística. O foco recai sobre a dualidade “Odete/Cassandra” e a elaboração de demais pseudônimos como tentativas de fuga ao fardo da censura e da história que conta para si mesma. Como relata Vieira (2014),

[...] ela sabia que seus livros punham em circulação histórias que destoavam dos códigos morais da época e do projeto dos presidentes-generais, calcados na defesa da ordem, do pudor, dos bons costumes e da moral, que se intensificaram a partir de 1964. Construindo sua vida como tragédia, assim como um herói trágico desafiava os deuses, *Cassandra Rios sabia que desafiava forças sociais, e mesmo assim jogou-se no abismo.* (VIEIRA, 2014, p. 176, grifo meu)

O pulo no abismo atingiu a marca de mais de 50 livros publicados entre o heterônimo e pseudônimos, mais de 30 obras a serem lançadas, entre muitas outras produções artísticas mapeadas também nesta pesquisa, além de seus majestosos mais de cem milhões de livros vendidos.

A forte tentativa de dissociação entre a mulher e a escritora foi também impulso para a publicação de duas autobiografias, especialmente *MezzAmaro, Flores e Cassis* (2000), que permeou este trabalho e foi base para a terceira parte da pesquisa, além de agrupar a censura a livros e os movimentos lésbicos da Ditadura Militar. A quarta e última parte da pesquisa organiza as perseguições vividas no sexênio brasileiro 2016-2021, promovidas especialmente pelo ultraconservadorismo. Os tabus que cercavam (e ainda cercam) gênero e sexualidade são acionados do início ao final para que, entre a despedida de Cassandra Rios, em MAFC, após saber seu diagnóstico de saúde e os movimentos lésbicos da era ditatorial, se possa verificar de que modo ainda é necessário construir resistência às violências.

Se Rios promoveu pela literatura histórias que a elegeram “rainha das bichas”, nos últimos anos têm surgido várias escritoras que fazem o mesmo trabalho: de protagonizar mulheres lésbicas em suas produções artísticas. Natalia Borges Polesso, Sofia Dolabela e Lívia Ferreira são exemplo de uma parcela de escritoras que vêm construindo história na literatura de temática LGBTIA+ brasileira. Estas autoras evidenciam por meio de suas obras fictícias que, muito embora o ultraconservadorismo esteja presente nos últimos anos, é preciso que a resistência continue sendo exercida, da maneira que for. A literatura é constantemente repreendida nos espaços educacionais, como mostrei ao longo desta pesquisa, mas é ela um dos principais processos que educadoras podem utilizar na mobilização de debates sobre gênero e sexualidade nas escolas. É preciso que haja uma abordagem que não só reproduza o que é a diversidade, mas que ouça como esta vem sendo vivenciada nos espaços, especialmente em idades como as das estudantes do ensino básico.

Mattos (2018) afirma que a estranheza atual das alunas em presenciar abordagens de suas educadoras sobre gênero e sexualidade é proveniente da caracterização construída em torno dos corpos (muitas vezes influenciada pelo ultraconservadorismo), da falta de abertura e escuta para ouvirem o que têm a dizer, mas que é preciso construir o “exercício de pensar os discursos analisando o que é por eles produzido e, conseqüentemente, ocultado [...]” (p. 583). Às professoras, a autora diz que é preciso que dialoguem em todos os espaços da escola, e “[...] nessa interlocução, recusem fórmulas prontas ou respostas autoritárias, desenvolvendo práticas reflexivas que estão muito distantes de qualquer sentido que se possa dar ao termo ‘doutrinação ideológica’.” (2018, p. 583). Poemas, contos e romances, fictícios ou não, podem ser lidos, escritos ou debatidos para que a normatização não seja

reforçada a todo instante; estas sugestões de trabalho podem desencadear questionamentos, promover desconstrução da heteronorma, conhecimento sobre identidade diversas e operar como exercício subversivo à norma, afinal, esta não espera a promoção da diversidade.

Apesar das moralidades promovidas pelo ultraconservadorismo e de suas investidas na educação, é preciso que continuem sendo construídos discursos de resistência em todos os ambientes da sociedade a cada dia, para que eventualmente ganhem mais força do que as declarações de ódio que foram estabelecidas. Ocupar os espaços com atitudes subversivas significa não só questionar onde as repressões de hoje podem nos levar, mas uma forma de evitar que a censura seja estabelecida mais uma vez, afinal, “há muito o que consertar no mundo!” (RIOS, 2000, p. 120).

REFERÊNCIAS

- BARREIRA, Gabriel. Lei veta material sobre 'diversidade sexual' em escolas de Nova Iguaçu. **G1 – Globo**, Rio de Janeiro, fev. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/02/lei-veta-material-sobre-diversidade-sexual-em-escolas-de-nova-iguacu-rj.html> Acesso em 03 jun. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º 867, de 23 de março de 2015. Autor: Izalci Lucas. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 23 mar. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668> Acesso em 03 jun. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n.º. 2731, de 20 de agosto de 2015. Autor: Eros Biondini. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 20 ago. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672692> Acesso em 03 jun. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. Ato Institucional N.º 5, de 13 de dezembro de 1968. **Casa Civil**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em 19 out. 2021.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Textos Temáticos**. Brasília: CNV, 2014. 416 p. (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 2)
- BRASIL. Decreto N.º 70.665, de 02 de junho de 1972. Altera, em caráter provisório, a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 02 jun. 1972. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70665-2-junho-1972-419313-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 05 jun. 2021.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153 § 8º, parte final, da República Federativa do Brasil. **Casa Civil**, Brasília, DF, 26 jan. 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1077.htm Acesso em: 05 jun. 2021.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. **Parecer 1802/82-DCDP de Edite K.N.** Pereira. Brasília, DF, 19 nov. 1982. Consulta no Arquivo Nacional.
- BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento de Polícia Federal. Divisão de Censura de Diversões Públicas. **Parecer 1801/82-DCDP de Ivan Batista Machado**. Brasília, DF, 17 nov. 1982. Consulta no Arquivo Nacional.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 17-70.

CAMARGO, Maria Sílvia; MARTINS, Lula Branco. Embaixo dos panos. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, nov. 1991. Ano CI, n. 230, p. 34-37.

CARLOS, Jeferson. Prefeitura manda tirar trechos de livros escolares com união entre gays. **G1 – Globo**, Ariquemes e Vale do Jamari, jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/ro/ariquemes-e-vale-do-jamari/noticia/2017/01/prefeitura-manda-arrancar-paginas-de-livros-escolares-sobre-homossexuais.html> Acesso em 18 fev. 2021.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, Sexualidade e Educação: Notas para uma “Epistemologia”. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 37-51, 2009.

CIRILO, Ione. Cassandra Rios: Um milhão de leitores, 36 livros apreendidos. Entrevistada: Cassandra Rios. **Pasquim**, Rio de Janeiro, ago. 1976. Ano VIII, n. 373, p. 6-9.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma agenda para jovens pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). **Caminhos Investigativos II: Outros Modos de Pensar e Fazer Pesquisa em Educação**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007. p. 139-153.

DIRETÓRIO BRASIL DE ARQUIVOS - DIBRARQ. **Fundo/Coleção NS - Divisão de Censura de Diversões Públicas**. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/divisao-de-censura-de-diversoes-publicas-3> Acesso em 05 jun. 2021.

ERNESTO, Marcelo. Bolsonaro condena ‘kit gay’, tenta expor material na TV e é repreendido por William Bonner. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, ago. 2018. Política. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/28/interna_politica,984245/bolsonaro-condena-kit-gay-tenta-expor-material-na-tv-e-e-repreendid.shtml Acesso em 17 fev. 2021.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. Estratégia discursiva da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): a legitimação através da escola. **Projeto História**, São Paulo, v. 66, p.115-144, 2019.

FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James N. et al. (Orgs.) **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018. p. 91-120.

FERNANDES, Pâmela; BERNARDI, Marco; CÍCERA, Sara. Pais acionam MP para proibir livro escolar com desenho de pênis em Rondônia. **G1 – Globo**, Ji-Paraná e Região, mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ji-parana-regiao-central/noticia/pais-acionam-mp-ro-para-proibir-livro-de-ciencias-com-ilustracao-de-penis-em-escola.ghtml> Acesso em 18 fev. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GALF. Entrevista com candidatas: Irede Cardoso, Dulce Cardoso, Cassandra Rios. Entrevista realizada por Rosely, Maria Luiza e Célia. **ChanacomChana**, out/jan 1986/7, n. 11, p. 11-22.

GANDARA, Nello Pedra. Cassandra Rios: Ela já vendeu mais de um milhão de livros. Entrevistada: Cassandra Rios. **Manchete**, Rio de Janeiro, nov. 1974. Ano 21, n. 1.176, p. 54-57.

INSTITUTO de Políticas Públicas en Derechos Humanos Mercosur. **Guia de Arquivos e Fundos Documentais**. Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Disponível em: http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/divisao-de-censura-de-diversoes-publicas-dcdp-2;isaar?sf_culture=pt&limit=10 Acesso em 18 out. 2021.

JUCÁ, Beatriz. Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do Rio. **El País**, São Paulo, set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html Acesso em 17 fev. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Org.). **Discursos fora de ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: FAPESP, 2012. p. 277-305.

KOCH, Jandiro. A companheira de Cassandra Rios: uma entrevista (póstuma). **Revista (Parêntese)**, Porto Alegre, 05 mar. 2021. Grupo Matinal Jornalismo. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/entrevista/a-companheira-de-cassandra-rios-uma-entrevista-postuma/> Acesso em 28 out. 2021.

KUIAVA, José; SIERRA, Jamil Cabral; WIACEK, Juslaine de Fátima Nogueira. A escrita de si na formação acadêmica e a possibilidade de inventariar-se em memórias-histórias de vida. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, vol. 5, n. 6, p. 163-184, 2009.

LEITE, Letícia. Cassandra Rios: a Safo de Perdizes – Entrevista com Hanna Korich. **Blogueiras Feministas**, 2014. Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2014/04/22/cassandra-rios-a-safo-de-perdizes-entrevista-com-hanna-korich/> Acesso em 22 fev. 2022.

LIMA, Maria Isabel de Castro. Autobiografia: Gênero Feminino? **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, Perspectivas interseccionais de gênero e classe - ST 17, Florianópolis, p. 1-6, ago. 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, Escola e Identidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-76, jul./dez. 2000.

LUNA, Fernando. A Perseguida. Entrevistada: Cassandra Rios. **Revista TPM**, São Paulo, jul. 2001, ano 01, n. 3, p. 3-12.

MALDITOS ou Populares? Apenas Escritores de Sucesso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, jan. 1975. Caderno B, ano LXXXIV, n. 282, p. 5.

MARCELO Crivella manda censurar gibis dos Vingadores na Bienal do Livro, no Rio. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, set. 2019. Caderno Niterói. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/2019/09/1015832-marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro--no-rio.html> Acesso em 17 fev. 2021.

MARTINHO, Míriam. 19 de agosto: há 38 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. **Um Outro Olhar**, 19 ago. 2019. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html> Acesso em 19 maio 2022.

MARTINHO, Míriam. 19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil. **Um Outro Olhar**, 17 ago. 2018. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2018/08/19-de-agosto-primeira-manifestacao-lesbiana-contradiscriminacao-no-brasil.html> Acesso em 19 maio 2022.

MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: 40 anos do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) entre fato e ficção. **Um Outro Olhar**, 28 out. 2021. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2021/10/memoria-lesbiana-40-anos-do-grupo-acao-lesbica-feminista-GALF.html> Acesso em 18 maio 2022.

MATOS, Alisson. Brasil tem 6,4 milhões de eleitores ultraconservadores, revela pesquisa. **Carta Capital**, São Paulo, set. 2021. Carta Expressa. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/brasil-tem-64-milhoes-de-eleitores-ultraconservadores-revela-pesquisa/> Acesso em 26 out. 2021.

MATTOS, Amana Rocha. Discursos ultraconservadores e o truque da “ideologia de gênero”: gênero e sexualidades em disputa na educação. **Psicologia Política**, vol. 18, n. 43, p. 573-586, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009. P. 9-29.

MOLINERO, Bruno. Censura a livros infantis é o reino encantado do ‘duplipensar’ de Orwell. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/09/censura-a-livros-infantis-e-o-reino-encantado-do-duplipensar-de-orwell.shtml> Acesso em 17 set. 2021.

MOLINERO, Bruno. Felipe Neto compra 10 mil livros com tema LGBT para distribuir na Bienal. **Folha de S. Paulo**, Rio de Janeiro, set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/felipe-neto-compra-10-mil-livros-com-tema-lgbt-para-distribuir-na-bienal.shtml> Acesso em 18 jun. 2021.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O que é possível lembrar? **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, n. 40, p. 141-167, jan-jun 2013.

NÓBREGA, Isabela Silva. **(I)moralidade e censura: prazeres desviantes e sexualidade na obra de Cassandra Rios (1968-1977)**. 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

NOVA IGUAÇU. Lei nº. 4.576 de 15 de fevereiro de 2016. **Câmara Municipal de Nova Iguaçu**, Nova Iguaçu, RJ, 15 fev. 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/n/nova-iguacu/lei-ordinaria/2016/457/4576/lei-ordinaria-n-4576-2016-veda-a-distribuicao-exposicao-e-divulgacao-de-material-didatico-contendo-orientacoes-sobre-a-diversidade-sexual-nos-estabelecimentos-de-ensino-da-rede-publica-de-nova-iguacu> Acesso em 03 jun. 2021.

PERDIZES (SP). 19º Cartório de Registro Civil - Perdizes. **Certidão de nascimento [de] Odete Rios**. Registro em: 18 out. 1932.

PEREIRA, Tamires Tolomeotti; SIERRA, Jamil Cabral. Quando ciência e fundamentalismo religioso se encontram: estratégias para a produção de ódio contra as sexualidades e gêneros dissidentes e seus efeitos nas políticas públicas. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, n. 2, ano 16, p. 244-266, maio/ago. 2019.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e a filosofia da indiferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 1-46.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança *queer*? **Jangada**, Viçosa, n. 1, p. 96-99, 2013. Tradução de Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: edUSP, Fapesp, 2011.

RIBEIRO, Hamilton. Qual o pecado de Odete?. **Realidade**, São Paulo, mar. 1970, p. 114-122. Entrevista.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas – Estudos Gays**: Gêneros e Sexualidades, UFRN, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

RIOS, Cassandra. Cassandra Rios ainda resiste: com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, out. 1978. Ano 1, n. 5, p. 8-9. Entrevista.

RIOS, Cassandra. Cassandra Rios: “Assim, até a bíblia é pornográfica!”. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, out. 1980. Ano 3, n. 29, p. 16-17. Entrevista.

RIOS, Cassandra. **Eu sou uma lésbica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

RIOS, Cassandra. **MezzAmaro, Flores e Cassis**: o pecado de Cassandra. 1º ed. São Paulo: Pétalas, 2000.

RIOS, Cassandra. **Nicoleta Ninfeta**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1973.

SÁ, Marcos. Esta é a mulher maldita. **O Mundo Ilustrado**, Rio de Janeiro, 1961, n. 207. Não p.

SALDAÑA, Paulo; COLETTA, Ricardo Della. Governo de RO manda recolher ‘Macunaíma’ e mais 42 livros e depois recua. **Folha de S. Paulo**, Brasília, fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/governo-de-ro->

[manda-recolher-macunaima-e-mais-42-livros-e-depois-recua.shtml](#) Acesso em 17 fev. 2021.

SARDENBERG SOBRINHO, Walterson. Cassandra Rios: “Sou moralista intransigente”. Entrevistada: Cassandra Rios. **Manchete**, Rio de Janeiro, set. 1980. Ano 29, n. 1.483, p. 22-24. Em Foco.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SOPELSA, Aline. “**Sendo eu sem querer ser eu...**”: Identidade, Gênero e Sexualidade na obra Nicoleta Ninfeta de Cassandra Rios. 2019. 46 f. Monografia (Licenciatura em Linguagem e Comunicação) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

SWAIN, Tânia Navarro. Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 23, n. 35, p. 11-24, set. 2016.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre a escrita. In: OLIVEIRA, Adriano de; ARAÚJO, Emília Rodrigues; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs.). **Formação do investigador**: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e orientação. Braga; Florianópolis: CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) e CED (Centro de Ciências da Educação), 2014. p. 62-73.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Olhares**. VII SEMANA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, Santa Maria, 1995.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. “**Onde estão as respostas para as minhas perguntas**”? Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). 2014. 235 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

VIEIRA, Pedro de Castro Amaral. **Meninas más, mulheres nuas**: Adelaide Carraro e Cassandra Rios no panorama literário brasileiro. 2010. 159 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

APÊNDICE 1 – LINHA CRONOLÓGICA DE CASSANDRA RIOS

A fim de construir um panorama geral da vida da escritora Cassandra Rios, construo abaixo um memorial cronológico com os principais acontecimentos de sua vida e carreira.

- 1932 – Nascimento de Odete Rios
 - 1945 – Publica o primeiro conto em jornal
 - 1948 – Publica seu primeiro livro
 - 1952 – Sofre a primeira proibição de seus livros
 - 1962 – Sofre a primeira intimação judicial por conta de seus livros
 - 1963 – É acusada de molestar uma jovem de 15 anos
 - 1963 – Funda a Livraria Cassandra Rios Editora
 - 1964 – Recebe a Comenda Cruz do Mérito Social do Instituto Brasileiro de Estudos Sociais
 - 1970 – Atinge a marca de 1 milhão de livros vendidos
 - 1970 – Aparece pela primeira vez na televisão no programa “Quem Tem Medo da Verdade”
 - 1977 – Lança sua primeira autobiografia (Censura: Minha Luta, Meu Amor)
 - 1977 – Teve poesias de “Canção das Ninfas” musicalizadas por Henrique de Curitiba para o IX Festival Internacional de Música do Paraná
 - 1980 – Estreia do filme “Ariella”
 - 1982 – Estreia do filme “Tessa, A Gata”
 - 1982 – O jornal O Fluminense afirma que a autora já vendeu 100 milhões de livros
 - 1983 – Estreia do filme “A Mulher Serpente e a Flôr”
 - 1984 – Lança o primeiro áudio-book brasileiro, de “Carne Em Delírio”
 - 1986 – Lança candidatura à deputada estadual, mas não é eleita
 - 2000 – Lança a segunda autobiografia (MezzAmaro, Flores e Cassis)
 - 2002 – Falecimento de Odete Rios
- Póstumo:
- 2013 – Lançamento do documentário “A Safo de Perdizes” sobre Cassandra Rios com direção de Hanna Korich

ANEXO 1 – MEMORIAL FOTOGRÁFICO DE CASSANDRA RIOS

Figura 1: Cassandra Rios (centro) em 1964, absolvida de um julgamento. Fotografia de Folhapress.

Figura 2: Cassandra Rios em 1967. Fotografia de Folhapress.



Figura 4: Cassandra Rios para Revista Realidade em 1970. Fotografia de Luigi Mamprim.

Figura 5: Cassandra Rios para Manchete em 1974. Fotografia de José Castro.



Figura 6: Cassandra Rios (terceira pessoa) em 1980 na estreia do seu filme Ariella.

Foto: Reprodução.



Figura 7: Cassandra Rios em sua campanha para deputada em 1986. Foto: Reprodução.



Figura 8: Cassandra Rios em 1986 na Rádio Bandeirantes. Foto: Reprodução.



Figura 9: Cassandra Rios em entrevista para Jô Soares em 1990. Fotografia de Folhapress.



Figura 10: Cassandra Rios em exposição em 1993. Fotografia de Marco Fernandes (Acervo O Globo).



Figura 11: Cassandra Rios. Fotografia de Vania Toledo (s/d).

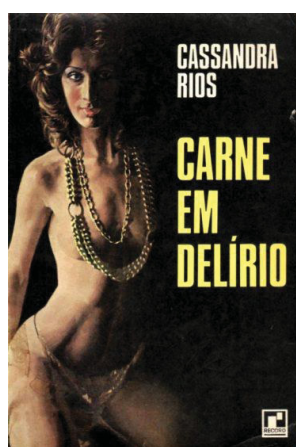
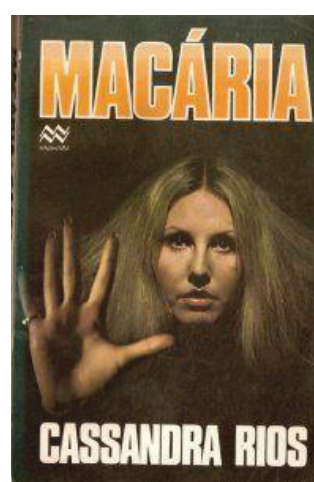
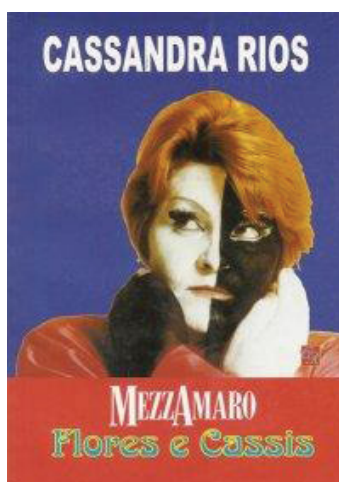
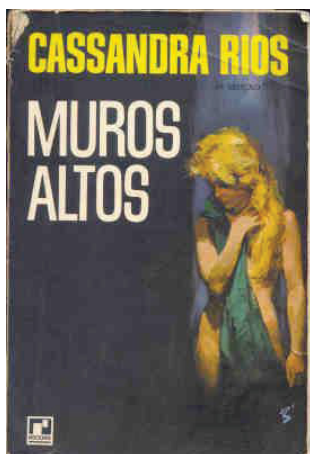
Figura 12: Cassandra Rios segurando um gato. Foto: Reprodução acervo pessoal s/d.

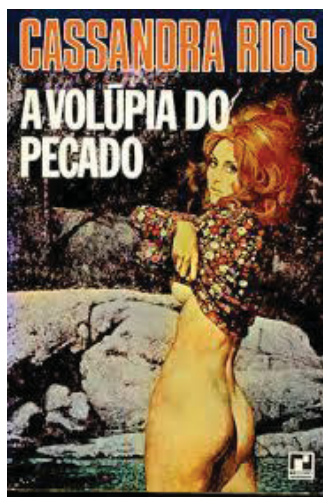
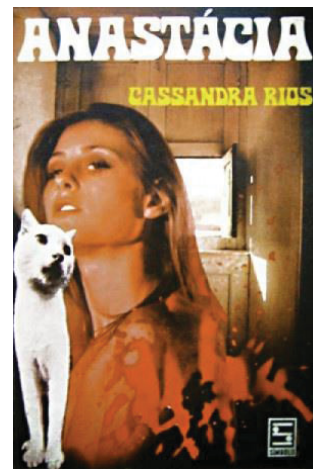
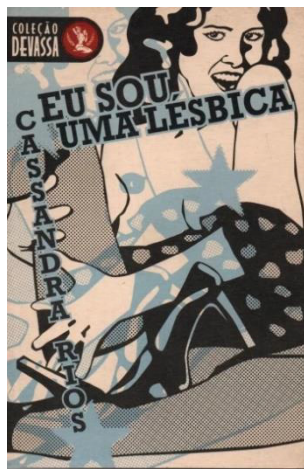
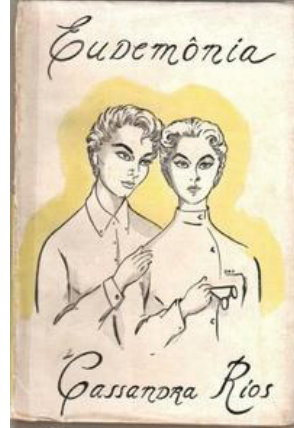
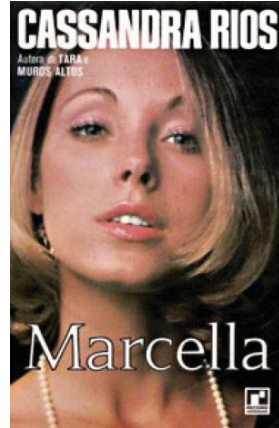
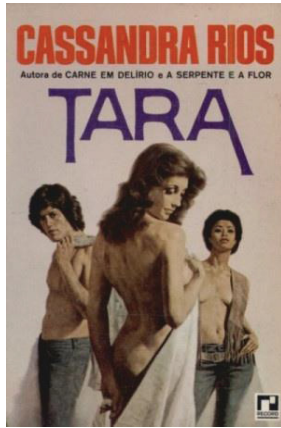


Figura 14: Cassandra Rios em seu apartamento para uma entrevista na Revista TPM em 2001, um ano antes de seu falecimento. Fotografia de Bob Wolfenson.

ANEXO 2 – LIVROS PUBLICADOS POR CASSANDRA RIOS

Algumas das capas de livros publicados por Cassandra Rios:





**ANEXO 3 – LIVROS PUBLICADOS POR ODETE RIOS SOB
PSEUDÔNIMOS**

ESQUERDA: Valéria, A Freira Nua (1979) de Oliver River's.

DIREITA: Sonho de Viúva (1980) de Clarence Rivier.



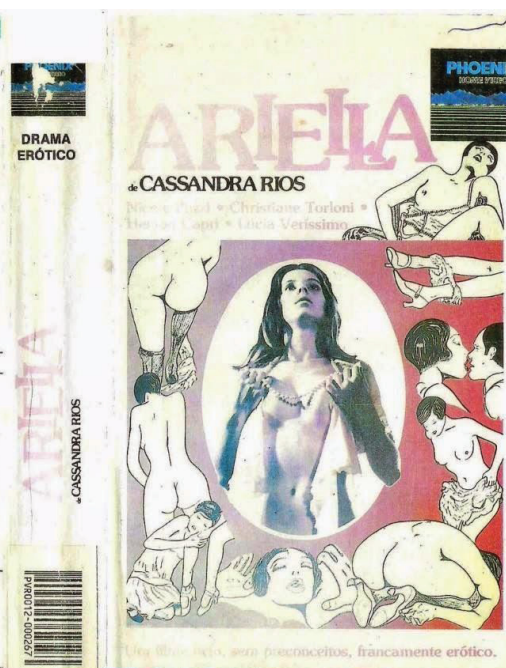
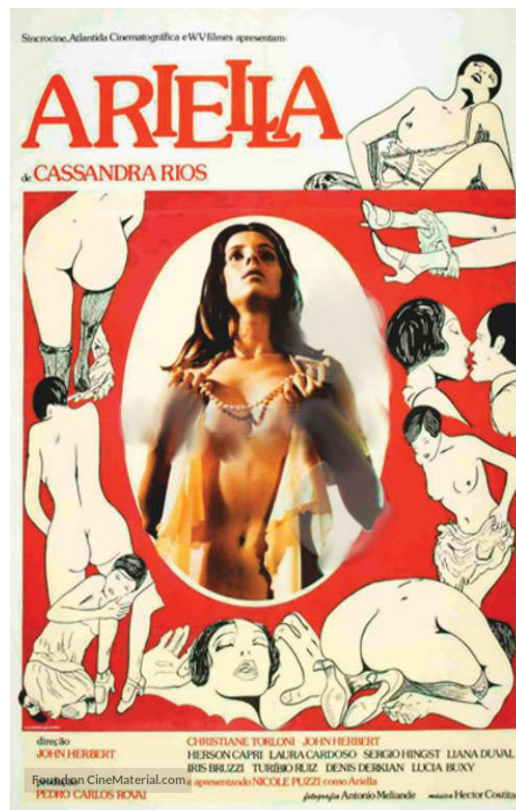
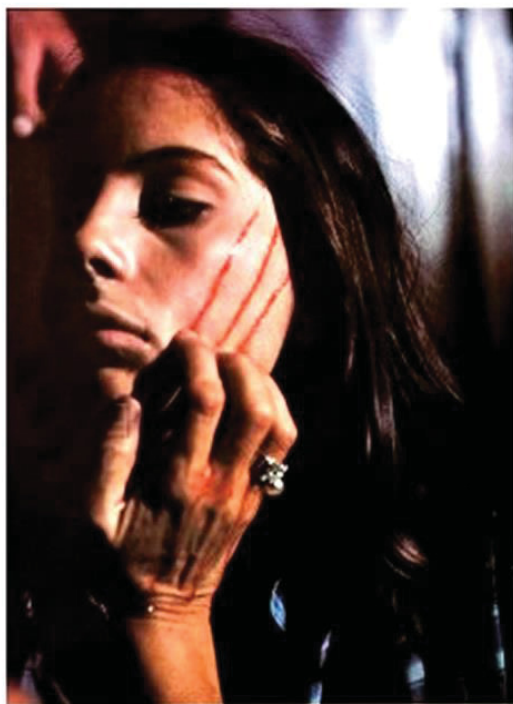
FONTE: Esquerda: Marcio Pinho – Leiloeiro Público. Disponível em:

<https://www.marciopinho.com.br/peca.asp?ID=3004158&ctd=49&tot=1110&tipo=&dia=&pesq=> Acesso em 22 out. 2021.

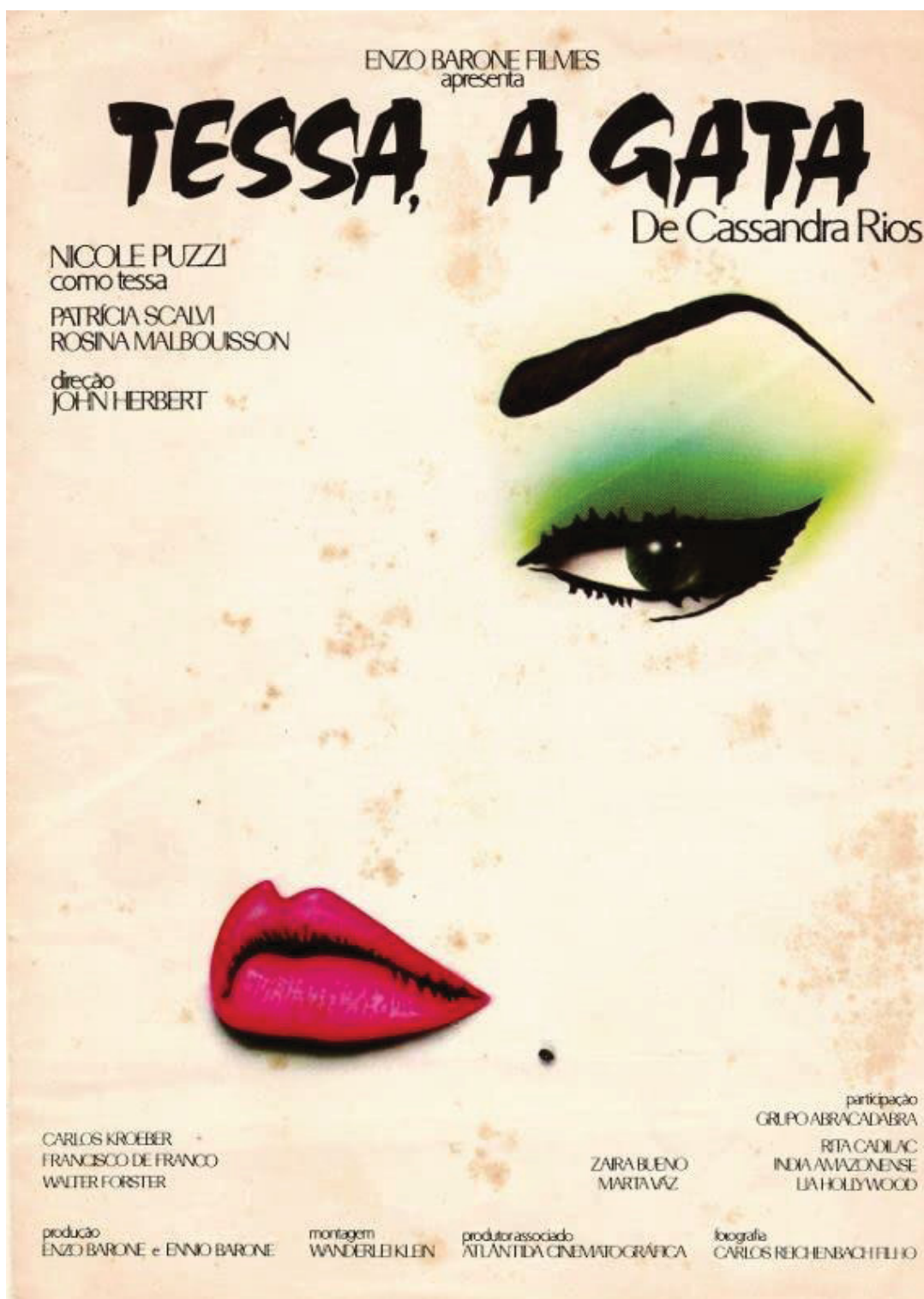
Direita: Acervo Pessoal.

ANEXO 4 – ADAPTAÇÕES DE OBRAS LITERÁRIAS DE CASSANDRA RIOS

Ariella (1980) – Imagens de pôster, capa DVD e capa VHS



Tessa, A Gata (1982) – Imagem de capa/pôster



A Mulher Serpente e a Flôr (1983) – Imagens de capa de DVD e VHS

